

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ALAN JULIANO DA ROCHA SANTOS

**EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL, POLITICAS
PÚBLICAS E JUSTIÇA ESPACIAL EM SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE

JULHO - 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ALAN JULIANO DA ROCHA SANTOS

**EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL, POLITICAS
PÚBLICAS E JUSTIÇA ESPACIAL EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, através do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr. Vera Lúcia Alves França

SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE

JULHO – 2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Alan Juliano da Rocha
S237e Exclusão multidimensional, políticas públicas e justiça espacial
em Sergipe / Alan Juliano da Rocha Santos ; orientadora
Vera Lúcia Alves França. – São Cristóvão, 2014.
145 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2014.

1. Geografia humana. 2. Pobreza – Sergipe. 3. Exclusão social – Sergipe.
4. Política social. 5. Justiça social. 6. Territorialidade humana. I.
França, Vera Lúcia Alves, orient. II. Título.

CDU 911.3:30(813.7)

ALAN JULIANO DA ROCHA SANTOS

**EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL, POLITICAS
PÚBLICAS E JUSTIÇA ESPACIAL EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal de Sergipe, por meio do Núcleo de
Pós-Graduação em Geografia, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Vera Lucia Alves França (Orientadora NPGE0)

Prof. Dr. Dean Lee Hansen (1º Avaliador NPGE0)

Prof. Dr. Ricardo Lacerda de Melo (2º Avaliador NPGE0)

Dedico este trabalho a meus filhos, André
Elias e João Pedro. Deles, nasce o meu
desejo e a esperança de que o mundo se
torne cada vez melhor e mais justo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por mais esta oportunidade. Por Sua exatidão e misteriosa precisão.

A meu pai, seu André Pereira que sempre me aconselhava: “para crescer e se destacar, meu filho, você precisa fazer algo inovador diferente do que todos fizeram”. Hoje, não esta aqui na terra, mas em pensamento em todos os momentos.

A minha mãe Dona Edna por ser a melhor mãe, no período que eu mais precisei, foi a mais cuidadosa.

A Aline Suzan, Ed Anderson e Alice Lany. Vocês fazem jus ao título de irmãos. São amigos e irmãos perfeitos.

Ao Prof. Juan Cordovez um equatoriano de incrível sabedoria e exemplo de ética. Foi responsável pela minha iniciação e experiência na área das geotecnologias, fato que mudou e definiu minha carreira profissional.

A Lucia Falcon, Ana Neri, Marcelo Deda, Paulo José e Vera França. Gestores públicos e cientistas sociais que agradeço pela inspiração e por despertar em mim a curiosidade e o estímulo de estudar a dinâmica espacial da exclusão.

Aos geógrafos amigos com que trabalhei na Diretoria de Cartografia e Geografia: Flávia Moreira, Edson Bastos, Walter Uchoa, Simone Sardeiro, Fernanda, Leandro, Rodrigo, Macio, Luana, Lucas Lira e Marcel Di Angelis. Por momentos de sabedoria contínuos, permitindo-me respirar geografia quase diariamente.

Aos chefes, diretores e gestores com que trabalhei. Pela compreensão das ausências e apoio neste momento de crescimento intelectual. Marcel Rezende, Marcio Reis.

A grande amiga Selma, agradeço por incontáveis momentos de ajuda e conselhos. Eis um dos anjos enviados por Deus na minha vida.

A minha orientadora Prof. Vera França devo todo avanço intelectual que adquiri neste período de estudo, por todos os cortes, estímulos e elogios. Eis uma orientadora da vida.

“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler; pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” (NARAYAN, 2000)

RESUMO

Este estudo consiste numa pesquisa aplicada, de natureza quantitativa, tendo como universo de análise o Estado de Sergipe, nas escalas municipal e territorial, considerando a primeira década do século XXI e tem como objetivo analisar os níveis e a composição multidimensional da exclusão social, assim como, as mudanças resultantes da intervenção do Estado através de políticas públicas. Para tanto, se fez necessário uma ampla pesquisa bibliográfica de teorias e métodos aplicados em mensurar e explicar a exclusão social. A partir do método de Lemos, o indicador de Exclusão Social formado por cinco indicadores de privações foi analisado, para os anos 2000 e 2010, permitindo o entendimento da composição da exclusão, ou seja, analisar quais privações têm maior contribuição para a exclusão, indicando ainda, em qual aspecto social a população esta mais carente e qual privação reduziu ou aumentou no intervalo de dez anos. Clusters de análise espacial bivariados foram elaborados com dados de privações, juntamente com dados de atendimento dos programas sociais, o que possibilitou ver a relação espacial entre uma política pública e a sociedade. Com base nos conceitos de Soja e Harvey, este estudo buscou verificar a ocorrência de uma possível Justiça Espacial tomando como premissa que os municípios que mais reduziram as privações, entre 2000 e 2010, foram aqueles que apresentavam as maiores privações, em 2000. Os ganhos sociais foram evidentes em todos os municípios, sendo que as políticas públicas têm sido utilizadas como estratégia para redução da pobreza e exclusão social com resultados positivos, mas, ainda são insuficientes para proporcionar a plena Justiça Espacial e redução das desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, Exclusão Social, Políticas Públicas, Justiça Espacial

ABSTRACT

This research has an applied quantitative nature, with the universe analysis of the state of Sergipe, using municipal and territorial scales, considering the first decade of this century and aims to analyze the levels and composition of the multidimensional social exclusion research, as well as any changes resulting from state's intervention through public policy. For this, a wide literature survey of theories and methods applied to measure and explain the social exclusion was necessary. From the Lemos's method, the Social Exclusion indicator consists of five indicators of deprivation, it was analyzed over the years of 2000 and 2010, allowing the understanding of the composition of exclusion, and analyzing, such as, hardships have higher contribution to the exclusion, pointing also, in which social aspect to this most needy population and what deprivation has reduced or increased in the ten years. Clusters of spatial bivariate analysis were developed with data from deprivation, with data from social service programs, making it possible to see the spatial relationship between public policy and society. Based on the concepts of Soy and Harvey, this study looked at the occurrence of a possible Spatial Justice taking as its premise that municipalities more reduced deprivation between 2000 and 2010, they were those with the greatest deprivation in 2000, and the ones with social improvement evident in all municipalities, and public policies that have been used as a strategy to reduce poverty and social exclusion with positive results, but there are still insufficient policies to provide full Spatial Justice and reducing inequalities.

Keywords: Poverty; Social Exclusion; Public Policy; Spatial Justice

LISTA DE SIGLAS

ONU - Organização das Nações Unidas

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Índice de Exclusão Social

ESDA - Análise exploratória de dados espaciais

PBF - Beneficiários do Programa Bolsa-Família

BPC - Beneficiários de Prestação Continuada

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

NBI – Necessidades Básicas Insatisfeitas

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PROUNI – Programa Universidade Para Todos,

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PTC - Programa Territórios da Cidadania

ZPE - Zonas de Processamento de Exportação

PNLT - Programa Nacional de Logística e Transporte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Modelo do Gráfico de Radar	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 Diagrama de Dispersão de Moran.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 3 Evolução do número de beneficiários do programa Bolsa-Família (PBF) e Beneficiários de Prestação Continuada (BPC).....	Erro! Indicador não definido.
Figura 4 Evolução do valor real do salário mínimo	Erro! Indicador não definido.
Figura 5 Evolução das contratações líquidas com carteira assinada	Erro! Indicador não definido.
Figura 6 Processo de construção do IDHM.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 7 Localização do Estado de Sergipe	Erro! Indicador não definido.
Figura 8 Estado de Sergipe.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 9 Territórios Sergipanos de Planejamento	Erro! Indicador não definido.
Figura 10 Sergipe - População 2000, 2010 e Variação Relativa	Erro! Indicador não definido.
Figura 11 População Urbana 2000, 2010 e Variação Relativa	Erro! Indicador não definido.
Figura 12 População Rural 2000, 2010 e Variação Relativa	Erro! Indicador não definido.
Figura 13 Composição da População por Idade.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 14 Esperança de Vida ao Nascer 2000, 2010 e Variação Relativa.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 15 Probabilidade de Sobrevivência até 60 anos	Erro! Indicador não definido.
Figura 16 Proporção de Extremamente Pobres.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 17 Privação em Esgotamento Sanitário	Erro! Indicador não definido.
Figura 18 Privação em Abastecimento de Água.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 19 Privação de Coleta de Lixo.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 20 Privação em Educação.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 21 Privação em Renda.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 22 Exclusão Social.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 23 Composição Multidimensional da Exclusão - Municípios com menor Exclusão Social em 2010.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 24 Composição Multidimensional da Exclusão –.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 25 Composição Multidimensional da Exclusão –.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 26 Semelhança na composição da Exclusão.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 27 Diferença na composição da Exclusão	Erro! Indicador não definido.
Figura 28 Dispersão da Privação em Esgotamento Sanitário.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 29 Variação Relativa da Privação em Esgotamento Sanitário.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 30 Justiça Espacial - Privação em Esgotamento Sanitário.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 31 Principais Ações do Governo Estadual.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 32 Transferência de Recurso Federal para Sergipe.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 33 Correlação ente a Privação em Água e a Variação Relativa.....	Erro! Indicador não definido.

Figura 34 Variação Relativa da Privação em Abastecimento de Água **Erro! Indicador não definido.**

Figura 35 Justiça Espacial - Privação em Abastecimento de Água...**Erro! Indicador não definido.**

Figura 36 Correlação ente a Privação em Lixo e Exclusão Social...**Erro! Indicador não definido.**

Figura 37 Correlação ente a Privação em Lixo e a Variação Relativa **Erro! Indicador não definido.**

Figura 38 Variação Relativa da Privação em Coleta de Lixo.....**Erro! Indicador não definido.**

Figura 39 Justiça Espacial - Privação em Coleta de Lixo**Erro! Indicador não definido.**

Figura 40 Consórcios Territoriais de Saneamento**Erro! Indicador não definido.**

Figura 41 Correlação ente a Privação em Educação e Exclusão Social **Erro! Indicador não definido.**

Figura 42 Mobilidade Social na Privação em Educação**Erro! Indicador não definido.**

Figura 43 Correlação ente a Privação em Educação e a Variação Relativa **Erro! Indicador não definido.**

Figura 44 Variação Relativa da Privação em Educação**Erro! Indicador não definido.**

Figura 45 Justiça Espacial - Privação em Educação**Erro! Indicador não definido.**

Figura 46 Correlação ente a Privação em Renda e a Variação Relativa **Erro! Indicador não definido.**

Figura 47 Mobilidade Social na Privação em Renda**Erro! Indicador não definido.**

Figura 48 Correlação entre A privação em Renda e a Variação Relativa **Erro! Indicador não definido.**

Figura 49 Variação Relativa na Privação em Renda**Erro! Indicador não definido.**

Figura 50 Justiça Espacial – Privação em Renda.....**Erro! Indicador não definido.**

Figura 51 Mobilidade Social na Exclusão Social.....**Erro! Indicador não definido.**

Figura 52 Variação Relativa da Exclusão Social**Erro! Indicador não definido.**

Figura 53 Justiça Espacial - Exclusão Social**Erro! Indicador não definido.**

Figura 54 Variação Relativa Multidimensional da Exclusão**Erro! Indicador não definido.**

Figura 55 Correlação entre o IDHM e a Variação Relativa**Erro! Indicador não definido.**

Figura 56 Variação Relativa Multidimensional do IDHM.....**Erro! Indicador não definido.**

Figura 57 Justiça Espacial no IDHM**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Abrangência das Políticas Sociais no Brasil**Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 2 Iniciativas da Agenda Social e os ODM correspondentes.**Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3 Composição da Exclusão Social e do IDHM**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estimação de Fatores, Escores Fatoriais e Pesos.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2	POPULAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3	Expectativa de vida ao nascer.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 4	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Erro! Indicador não definido.
Tabela 5	Proporção de Extremamente Pobres.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 6	Domicílios com Rendimento Nominal Per Capita	Erro! Indicador não definido.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	Erro! Indicador não definido.
2.1 AGENDA SOCIAL NO BRASIL	Erro! Indicador não definido.
2.1.1 Agenda Social Hoje	Erro! Indicador não definido.
2.2 POBREZAS, EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	Erro! Indicador não definido.
2.2.1 Desenvolvimento Urbano e Regional e Políticas Públicas Compensatórias	Erro! Indicador não definido.
2.3 ESTUDOS SOBRE POBREZA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Erro! Indicador não definido.
2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Erro! Indicador não definido.
2.3.2. Lemos e a construção de um Índice que afira Exclusão Social como Sinônimo de Pobreza	Erro! Indicador não definido.
2.3.3 Pobrezas como fenômeno Multidimensional	Erro! Indicador não definido.
2.3.4 Avaliação Participativa da Pobreza - APP	Erro! Indicador não definido.
2.3.5 Pobreza Multidimensional a partir do método Alqueire e Foster	Erro! Indicador não definido.
2.4 ESTUDOS SOBRE POBREZA E DESENVOLVIMENTO EM SERGIPE	Erro! Indicador não definido.
3. SERGIPE: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	Erro! Indicador não definido.
3.1 SERGIPE: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
3.1.1 Sergipe: uma breve caracterização social	Erro! Indicador não definido.
3.1.2. Esperança de Vida ao Nascer	Erro! Indicador não definido.
3.1.3. Probabilidade de Viver até 60 Anos	Erro! Indicador não definido.
3.1.4. Renda e Pobreza	Erro! Indicador não definido.
3,2 EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL EM SERGIPE	Erro! Indicador não definido.
3.2.1 Privação de Esgotamento Sanitário	Erro! Indicador não definido.
3.2.2 Privação em Água	Erro! Indicador não definido.
3.2.3 Privação de Coleta de Lixo	Erro! Indicador não definido.
3.2.4 Privação em Educação	Erro! Indicador não definido.
3.2.5 Privação de Renda	Erro! Indicador não definido.
3.2.6 Exclusão Social	Erro! Indicador não definido.
3.3 COMPOSIÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA EXCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.

4. EXCLUSÃO, DESIGUALDADE E JUSTIÇA ESPACIAL EM SERGIPE	Erro! Indicador não definido.
4.1 PAPEL DO ESTADO PERANTE A INJUSTIÇA ESPACIAL	Erro! Indicador não definido.
4.2 JUSTIÇAS ESPACIAL EM SERGIPE	Erro! Indicador não definido.
4.2.1. Privação em Esgotamento Sanitario	Erro! Indicador não definido.
4.2.2 Privação em Água	Erro! Indicador não definido.
4.2.3 Privações em Lixo	Erro! Indicador não definido.
4.2.4 Privações em Educação	Erro! Indicador não definido.
4.2.5 Renda	Erro! Indicador não definido.
4.2.6 Exclusão Social	Erro! Indicador não definido.
4.2.7 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Erro! Indicador não definido.
5. CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
REFÊRENCIAS	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o IBGE diversos estudos sobre a pobreza apontam para uma definição que diz que a mesma se apresenta como privação do bem-estar, pela ausência de elementos necessários que propiciem uma vida digna. Assim, corresponde à insuficiência de renda, à desnutrição, à saúde, à educação, à moradia, aos bens de consumo e aos direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem (IBGE, 2008).

Estudo sobre a pobreza elaborado pelo IBGE, em parceria com o Banco Mundial, representa uma das diversas tentativas de entender o que caracteriza esta situação:

“No âmbito das pesquisas quantitativas, várias metodologias se desenvolveram nas últimas décadas, mas destacam-se três práticas mais frequentes: as que medem a pobreza absoluta pela identificação de uma linha abaixo da qual as pessoas não teriam um padrão de vida considerado o mínimo aceitável; as que medem a pobreza relativa através do reconhecimento de pessoas que tenham um nível de vida baixo em relação a outros grupos da sociedade; e as que medem a pobreza subjetiva (percepção dos próprios indivíduos sobre as suas condições mínimas necessárias de sobrevivência)” (IBGE, 2008, pág. 03) .

Para solucionar o problema da pobreza, uma das estratégias é a adoção de políticas públicas voltadas para o atendimento dessas carências.

A evolução da gestão das políticas públicas, sobretudo em âmbito municipal, se opera de modo a valorizar determinadas porções do espaço geográfico em detrimento de outras áreas que apresentam alto grau de precariedade no tocante à condição ambiental. A deficiência da política social e dos investimentos públicos gerou uma crescente pobreza da população na América Latina, provocando um debate de âmbito universal das políticas sociais. Se, de um lado, as formas de seguridade social estão mundialmente em crise, de outro, não são novidade os programas de assistência social dirigidos às populações carentes. De modo geral, as estratégias de políticas sociais seletivas para a luta contra a pobreza são avaliadas como compensação social a um ajuste estrutural considerado necessário, apoiadas em um discurso de privatização, desregulamentação e descentralização do Estado. Estas políticas se manifestam pelo conjunto de programas de assistência social e fundos em diversos países da América Latina, tais como os Fundos de Inversão Social, financiados pelo Banco Mundial.

Na escala municipal é importante enfatizar que as políticas sociais interferiram na constituição das cidades e das metrópoles na América Latina já que, a precarização da infraestrutura urbana definiu grandes parcelas de população assentadas em extensas áreas de ocupação “ilegal”, onde se implantam políticas de habitação e de infraestrutura social primárias e insuficientes, como formas compensatórias da exclusão da cidadania, do emprego e da própria cidade.

A bibliografia usada nesta pesquisa indica que os autores são unânimes em reconhecer que a paisagem do município revela contrastes e indicam uma produção do espaço de forma desigual e se apresenta como concretização do processo de exclusão. O estudo de políticas públicas diante das condições de exclusão social se faz presente em nível mundial, pois, em 2000, 191 países firmaram um pacto internacional, a Declaração do Milênio. Na ocasião a Organização das Nações Unidas (ONU) deu início ao delineamento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem alcançados até 2015, através de ações de combate à pobreza e à fome, promoção da educação, da igualdade de gênero, de políticas de saúde, saneamento, habitação e meio ambiente. Para atingir esses objetivos, a ONU apresentou um conjunto de 18 metas, a serem monitoradas por 48 indicadores, que incorporam o que é possível implementar, mensurar e comparar em escala mundial (PNUD,2012).

O Governo Federal assumiu compromissos ambiciosos prevendo metas para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre eles, reduzir a um quarto a pobreza extrema da população que vive com renda inferior a 1 dólar por dia. Grande parte da redução das desigualdades, no Brasil, é consequência direta dos programas sociais de grande envergadura lançados pelo Governo, mas o Relatório Nacional menciona, 7,5 milhões de pessoas continuam vivendo em situação de extrema pobreza (IPEA, 2013).

A erradicação da extrema pobreza representa, atualmente, a meta mobilizadora e agregadora de grande parte dos programas sociais, iniciativas e ações de planejamento nas Secretarias e Órgãos da administração pública, quanto ao desenvolvimento das políticas sociais. O Brasil internalizou esse objetivo macro em seu planejamento governamental. O plano Brasil Sem Miséria é reflexo do alinhamento do governo federal com os organismos internacionais e foi elaborado considerando três eixos coordenadores das ações: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva (IPEA, 2013).

O governo do estado de Sergipe segue por essa vertente e caminha implantando o Plano Sergipe Sem Miséria que pretende retirar da linha de pobreza cerca de 300.000 habitantes, conforme meta estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Refletindo a meta global do Plano Brasil Sem Miséria, o governo de Sergipe promoveu um alinhamento estratégico com o governo federal e, no planejamento do ciclo atual, definiu dentro de sua missão a erradicação da extrema pobreza, que representa, atualmente, a meta mobilizadora e agregadora de todos os programas, iniciativas e ações do planejamento governamental, a partir de eixos de atuação, programas temáticos, iniciativas e ações relacionadas ao mapa estratégico que orienta a atuação integrada e sistemática entre as Secretarias e Órgãos da administração pública estadual sergipana quanto ao desenvolvimento das políticas públicas.

Segundo informações do governo estadual, todo o recurso financeiro investido nas políticas sociais efetivadas pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES) vem das seguintes fontes: (1) Recursos diretos do Tesouro do Estado; (2) Recursos Próprios, através da arrecadação do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP); (3) Recursos Captados junto ao Governo Federal mediante convênios ou contratos de repasse; (4) Recursos transferidos pelo Governo Federal do Fundo Nacional da Assistência Social para o Fundo Estadual da Assistência Social. Estas ações têm como meta a redução da pobreza e da exclusão social que serão alvo desse estudo.

Analisar os níveis e a composição multidimensional da exclusão social no Estado de Sergipe e as mudanças resultantes da intervenção do Estado, através de políticas públicas é o objetivo geral desta pesquisa. Para a consecução do objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) analisar o crescimento populacional em Sergipe relacionando com a dinâmica dos níveis de exclusão social registrados no último decênio; b) Explicar a multidimensionalidade da exclusão social como objeto científico, controlável, verificável, interpretável e explicado por um método sensível à realidade; c) Identificar ações governamentais, investimentos e políticas públicas que contribuem para redução dos níveis de exclusão em Sergipe; d) verificar a eficiência espacial dos programas sociais Bolsa Família, PETI e dos recursos transferidos do governo federal para os municípios sergipanos; e) por fim, averiguar a ocorrência de uma possível justiça espacial a partir de indicadores sociais.

Este estudo se justifica pela necessidade que o poder público, nas suas diversas instâncias, tem de avaliar o desempenho de suas ações voltadas para a consecução das

metas de redução da pobreza e da exclusão social, em virtude das exigências dos órgãos financiadores e da própria população que deseja cada dia mais melhorar os níveis de qualidade de vida, exigindo a solução dos problemas sociais e a transparência na utilização dos recursos públicos. Portanto, espera-se que os resultados dessa pesquisa possam auxiliar no planejamento de novas ações voltadas para a redução da pobreza e da exclusão social, além de esclarecer a população acerca das questões pertinentes à sua condição social.

Este estudo consiste numa pesquisa aplicada, de natureza quantitativa, tendo como universo de análise o Estado de Sergipe, nas escalas municipal e territorial, considerando a primeira década do século XXI.

Para a realização do estudo foram utilizadas informações produzidas pelo IBGE, através do Censo Demográfico para os anos 2000 e 2010, além de informações do PNUD, para o Índice de Desenvolvimento Humano, através do Atlas de Desenvolvimento Humano. Ainda foram utilizados dados referentes as obras e investimentos (construção de habitação) e dos Programas Sociais, a exemplo do Bolsa Família e do PETI, obtidos nas Secretarias Estaduais.

A fim de analisar os níveis de exclusão social foram utilizadas as variáveis definidas por Lemos (2002), no seu estudo que trata da Exclusão social no Brasil, avaliando os níveis de privação de serviços públicos (abastecimento de água tratada, coleta de lixo e esgotamento sanitário), de educação e de renda e a partir os mesmos obter os níveis de exclusão social, considerando a multidimensionalidade do fenômeno. Assim, para o cálculo da Exclusão Social foram utilizadas as seguintes variáveis:

Y_{i1} = PRIVAGUA é a percentagem da população do i-ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios particulares que não tem acesso à água tratada;

Y_{i2} = PRIVSANE é a percentagem da população do i-ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios que não tem acesso a esgotamento sanitário, ou ao menos uma fossa séptica para esconder os dejetos humanos;

Y_{i3} = PRIVLIXO é o percentual da população do i-ésimo município brasileiro que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo doméstico, direta ou indiretamente;

Y_{i4} = PRIVEDUC constitui no percentual da população maior de 10 anos que não é alfabetizada, ou tem menos de um ano de escolaridade, segundo definição do IBGE;

$Y_{i5} = \text{PRIVREND}$ é o percentual da população do i -ésimo município que sobrevive em domicílios particulares cuja renda diária por pessoa é menor ou igual a US\$1,00". (LEMOS, Pag.77, 2007)

Este indicador de Exclusão Social evidencia de forma contundente as carências enfrentadas pela população, estabelecendo com clareza o percentual da população que sofre privações, podendo este índice ser utilizado no momento do planejamento de políticas públicas.

Portanto, o estudo utiliza a metodologia do Índice de Exclusão Social (IES) desenvolvido por Lemos, em 2002, para medir o grau de privações da população nos municípios sergipanos, assim como os níveis de exclusão social para os anos 2000 e 2010. O método do IES foi escolhido para esta pesquisa, porque, ao contrário do Índice de Desenvolvimento Humano, é constituído por cinco indicadores e não se limita apenas em hierarquizar os municípios, como faz o IDH. Outro motivo para o uso deste método é que o IES não atribui ponderações arbitrárias nas variáveis como faz o IDH que atribui pesos iguais às três variáveis que o formam. Os pesos adotados para as privações no IES são aqueles definidos por Lemos a partir de procedimentos econométricos como o método Componentes Principais, que busca identificar a relação entre características extraídas dos dados de várias dimensões, em que a componente principal é o arranjo que melhor representa a distribuição dos dados.

A análise de componentes principais foi usada para validar e julgar a importância das próprias variáveis escolhidas, ou seja, as variáveis com maior peso na combinação linear do componente principal, sendo as mais importantes do ponto de vista estatístico. O indicador de exclusão foi definido pela sobreposição (ou interseção) de variáveis, ou seja, a proporção de pessoas que estão simultaneamente nas respectivas privações. Desta forma, Lemos definiu os pesos para que possam representar as áreas comuns entre os indicadores em cada município. O método de análise fatorial foi utilizado para estimar os fatores e os escores fatoriais, sendo feita a decomposição em fatores principais com rotação ortogonal varimax, resultando daí 5 variáveis em dois fatores ortogonais, assim como define a metodologia criada por Lemos (TABELA 1).

Tabela 1
Estimação de Fatores, Escores Fatoriais e Pesos

VARIÁVEIS	CARGAS FATORIAIS (Após rotação Varimax)		ESCORES FATORIAIS (Coeficientes)		PESOS	
	F ₁	F ₂	F1	F2	VARIÁVEIS	PESO
PRIVAGUA	<i>0,921</i>	0,123	<i>0,637</i>	-0,332	PRIVAGUA	0,1489
PRIVSANE	<i>0,671</i>	0,470	<i>0,287</i>	0,052	PRIVSANE	0,1133
PRIVLIXO	<i>0,817</i>	0,432	<i>0,414</i>	-0,046	PRIVLIXO	0,1369
PRIVEDUC	0,270	<i>0,897</i>	-0,213	<i>0,567</i>	PRIVEDUC	0,3927
PRIVREND	0,270	<i>0,912</i>	-0,220	<i>0,579</i>	PRIVREND	0,2082
%Variância Explicada	42,230	41,155				

Fonte: Lemos, 2002.

Seguindo as definições de Lemos (1998), as variáveis privação de água, de esgoto e de lixo foram agrupadas no primeiro fator, indicando forte relação entre elas, e no segundo fator estão agrupados os dados de privação de educação e de renda, igualmente relacionados. Desta forma, é possível desvendar o grau de contribuição de cada dimensão para explicar o fenômeno exclusão.

Nesta pesquisa foi reproduzido o IES do ano 2000, usando as mesmas variáveis e mesmos pesos adotados por Lemos (2002), constantes no seu estudo, sendo também calculado para o ano 2010, acrescentando-se o cálculo das variações relativa e absoluta do IES, entre o período analisado, assim como das privações que compõem o índice, como estratégia para verificar as mudanças ocorridas no período.

Para esta pesquisa de caráter exclusivamente geográfico, a espacialização dos indicadores se torna um desafio, visto que se pretendeu adotar uma classificação que permitisse a comparação entre os dois períodos analisados, permitindo, assim, realizar comparações.

A mensuração de uma realidade social é um desafio tão grande quanto o de definir a melhor forma ou o melhor método de análise, assim como será apresentado o fenômeno, pois a expressão espacial de um indicador reflete a dimensão teórica desenvolvida para seu entendimento.

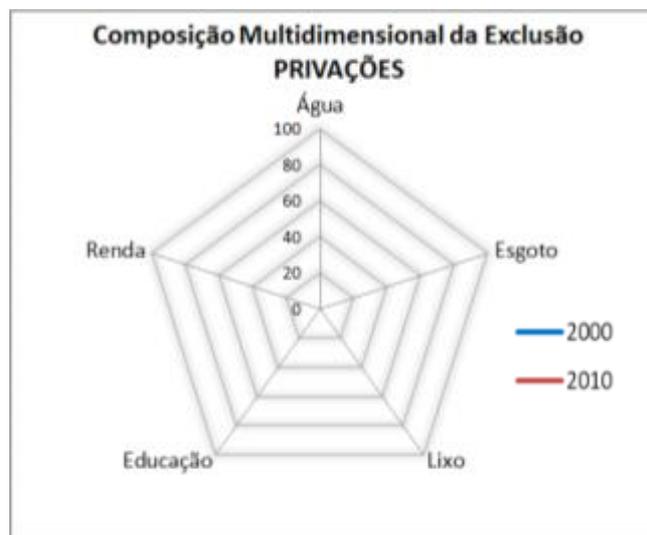
A forma de classificar os dados para gerar os cartogramas se constituiu numa etapa importante, pois nesta pesquisa, a análise apresenta caráter quantitativo-espacio-temporal. Buscando adotar uma cartografia geográfica crítica e considerando que 98% dos dados dessa pesquisa exigem uma análise quantitativo-espacio-temporal, foram criadas premissas para o desenvolvimento dos cartogramas descritas a seguir:

- (1) Para as variáveis de série temporal 2000-2010, foi elaborada uma classificação única para os dois mapas, considerando a amplitude do fenômeno no intervalo de tempo analisado. Desta forma, será possível visualizar através do degrade de cores dos dois mapas, a mudança real do fenômeno de um ano para o outro. Conseqüentemente, esses mapas devem ser gerados com o mesmo padrão e tonalidade de cores, respeitando as normas e convenções cartográficas. Também somente poderão ser analisados e apresentados um ao lado do outro, na mesma página. Neste estudo eles foram elaborados para ser analisados juntos e apresentem a mesma legenda.
- (2) Mesmo tendo sido gerado as variações relativa e absoluta para o banco de dados desta pesquisa, foi apresentado cartograma com Variação Relativa para todos os índices. A partir destes cartogramas foi possível identificar espacialmente as mudanças ocorridas nos níveis de privação e de exclusão.
- (3) Os cartogramas estão apresentados em forma de Painéis de Análise, organizados na mesma folha, em formato A3 estendido e seguem a seguinte ordem: variável ano 2000, cartograma da mesma variável pra 2010, e, por fim, cartograma apresentando a variação relativa. Os Painéis estão sempre analisando o mesmo fenômeno ou aspecto social em seu conteúdo, por isso, todos eles contêm a mesma escala gráfica e mesmo recorte geográfico, isto é, o Estado de Sergipe.

Considerando a multidimensionalidade da exclusão social, um aspecto extremamente complexo e bastante enfatizado nesta pesquisa, uma ferramenta bastante útil foi a visualização dos níveis das privações foi a construção do Gráfico de Radar. Este tipo de gráfico permite comparar os valores agregados de várias séries de dados, apresentando múltiplas dimensões ao mesmo tempo, colocando lado a lado diferentes séries de dados.

Neste estudo os gráficos de radar estão representando em seus eixos as variáveis que compõem o índice de exclusão social, mostrado anteriormente. Como o método de Lemos enfatiza as dimensões da exclusão como forma de privações (proporção de pessoas que sofrem determinada privação), o gráfico de radar mostra os componentes da exclusão social, através dos níveis de privação, evidenciando sua multidimensionalidade. Este tipo de representação gráfica é extremamente útil, pois destaca de forma conjunta as privações, entretanto, deixando bem claro aquelas que são mais intensas. (Figura 1).

Figura 1
Modelo do Gráfico de Radar



Elaboração: Alan Juliano da Rocha Santos

Então, no gráfico de radar, foram lançados dados de privações em duas séries anuais: 2000 e 2010, sendo possível não só verificar de forma multidimensional a exclusão social, através dos níveis de privações, mas, também, fazer simultaneamente uma análise temporal dos dados, observando-se em quais dimensões a sociedade obteve ganhos ou perdas no intervalo de dez anos.

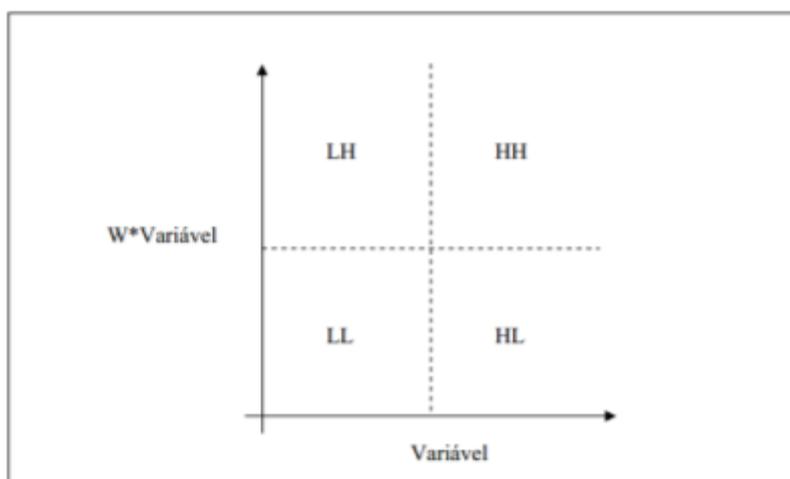
Uma das mais importantes contribuições para a análise espacial, a partir dos gráficos de radar, foi à possibilidade de visualizar a composição multidimensional da exclusão, pois através da forma geométrica, gerada pelo gráfico, é possível representar a composição particular de cada município analisado. Sendo assim, formas geométricas diferentes, representam composições diferentes do índice de exclusão social, portanto, evidenciando as especificidades de cada lugar.

Para verificar a existência de alguma relação espacial entre variáveis, foram utilizadas técnicas de análise exploratória de dados espaciais, muito utilizada pela Econometria. De acordo com Ertur e Gallo (2003), a análise exploratória de dados espaciais (ESDA) é um conjunto de técnicas voltadas a descrever e visualizar distribuições espaciais, identificar localizações atípicas ou outliers espaciais, detectar padrões de associação espacial e clusters além de sugerir regimes espaciais ou outras formas de heterogeneidade espacial.

Neste estudo, para identificar a existência de dependência espacial, foi usado o Índice de Moran pois este é o método mais clássico e há um consenso entre

pesquisadores de que o mesmo apresenta melhor performance em identificar correlações espaciais. Esta estatística é compreendida de forma simples a partir da análise do diagrama de dispersão de Moran, no qual a variável estudada é relacionada com a mesma variável defasada espacialmente. Esta variável defasada, torna-se um vetor que contém para cada unidade a ponderação espacial dos valores dos vizinhos (Figura 2).

Figura 2
Diagrama de Dispersão de Moran



Fonte: Anselin, 1995

Considerando uma reta de regressão no diagrama apresentado acima, quanto maior a aderência dessa reta, maior a evidência de correlação espacial, sendo que pode ser positiva ou negativa. Quanto mais próximo de +1, mais forte a correlação espacial positiva e quanto mais próximo de -1, mais forte a correlação espacial negativa. Dessa forma, aglutinações ao longo do quadrante HH apresenta observações com valores altos e com vizinhos também com valor alto. Por outro lado, HL apresenta observações com valores elevados mas com vizinhos de valor abaixo; LL contém as observações com valores baixos com vizinhos de valor baixo e, por fim, LH engloba as observações com valores baixos mas com a presença de vizinhos com valores altos. Os maiores valores, tanto positivo, quanto negativo, irão mostrar correlação espacial, ou seja, não há aleatoriedade espacial no fenômeno.

Esse tipo de correlação espacial tem por objetivo captar padrões de associação local (clusters ou outliers espaciais) ocultados pelas estatísticas de autocorrelação global. Geralmente, isso ocorre em virtude das instabilidades locais presentes (Anselin, 1995) e

das especificidades dos lugares. O Coeficiente de Moran pode ser expresso pela seguinte expressão:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^J w_{ij} z_j$$

Nesta pesquisa foi bastante útil o uso do índice de Moran, mas aplicado de forma diferenciada, compreendendo o Índice de Moran Local Bivariado. Este, ao invés de utilizar a mesma variável, foram utilizados atributos diferentes. A ideia é analisar se os valores de uma variável observada em uma determinada área apresentam relação sistemática com os valores de uma outra variável observada em regiões vizinhas (Anselin et al., 2003). Assim, a estatística de I de Moran para duas variáveis diferentes (y e x) é dada por:

$$I^{yx} = \frac{n}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j (x_i - \bar{x}) w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\sum_i (x_i - \bar{x})^2}$$

Da mesma forma que na estatística I de Moran univariada, os valores positivos e negativos dessa bivariada representam, respectivamente, concentração e dispersão espaciais. Através desse conjunto de técnicas da AEDE, foi possível averiguar a eficácia da cobertura de alguns programas de governo como o Programa Bolsa Família, PETI e Casa Nova Vida Nova, relacionados espacialmente com os indicadores de privações e exclusão social. Portanto, foi possível diagnosticar clusters de eficácia e ineficácia desses programas e, conclusivamente, desenhar clusters nos quais ocorre a justiça espacial.

Os resultados deste estudo estão apresentados em quatro capítulos além das conclusões. O primeiro Capítulo intitulado “Pobreza e desigualdade social no Brasil” apresenta de forma sucinta uma discussão sobre o tema, incluindo metodologias descentralizadas pelos teóricos com a finalidade de mensurar a pobreza, além de destacar políticas públicas como estratégia para redução desse fenômeno.

“Sergipe: Pobreza e Exclusão social” é tema do segundo Capítulo que traz uma breve caracterização das condições da população e uma análise detalhada das dimensões da Exclusão, utilizando a metodologia de Lemos (2002).

O terceiro Capítulo traz uma discussão acerca da Justiça Espacial. Para tanto aborda a dinâmica do fenômeno da Exclusão Social, a partir da variação relativa, isto é, a

dinâmica ocorrida entre 2000 e 2010, verificando as mudanças ocorridas no último decênio e o papel das políticas compensatórias.

Por fim, conclui-se que os ganhos sociais alcançados nessa década foram significativos, e que as políticas públicas têm sido utilizadas como estratégias para redução da pobreza e exclusão social com resultados positivos, embora insuficientes para proporcionar a plena Justiça Espacial e redução das desigualdades.

2. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Estudos sobre a economia nacional mostra a importância de admitir que o Brasil conseguiu garantir o crescimento econômico e a ampliação das políticas de transferência de renda. Estudos sobre as ações da ONU no mundo apontam que nos países mais pobres a extrema pobreza já não é tão significativa, mas reconhecem que uma grande quantidade de pessoas ainda pobres está na “ponta errada da desigualdade” em comparação aos países de renda média. Após um grande período de paralização do crescimento econômico, o governo federal consegue reduzir a pobreza e aumentar o número de empregos (BARBOSA, 2012).

Helen Clark (2013), administradora do PNUD, disse que os níveis de desigualdade no mundo hoje são injustos, que a divisão da humanidade e a desigualdade existente dentro e entre países pode também impedir o progresso humano e enfatiza que o crescimento da desigualdade no mundo é evitável.

Relatório do PNUD “*Humanity Divided: Confronting Inequality in Developing Countries*” (2013) afirma que se não for controlada, a desigualdade pode prejudicar as bases do desenvolvimento e da manutenção da paz. Cerca de 40% da riqueza do mundo estão concentrados nas mãos de cerca de 1% da população mundial mais rica, por outro lado, a metade mais pobre da população mundial só é dona de 1% de toda essa riqueza.

Historicamente, até os anos 1980, o Brasil conseguiu melhorar a economia e promover mobilidade social, no entanto, sem reduzir a desigualdade. A partir do ano 2000, após um período de estagnação econômica, foi possível constatar o aumento do número de empregos no país. Estatisticamente, a desigualdade diminuiu mas se mantendo ainda como o eixo principal do capitalismo no país.

Apesar de em vários países haver um aumento da desigualdade, na década de 2000, alguns países conseguiram diminuir a desigualdade através da renda. O índice de Gini na Argentina passou de 46,5 para 38,8 e, no Brasil, de 54,2 para 45,9. Os aumentos no salário mínimo que chegou a 80% no Brasil, foram os responsáveis por um quarto do efeito no mercado de trabalho e contribuindo para redução de 16% da desigualdade (PNUD, 2013).

Estudos sobre políticas públicas, diante das condições de exclusão social no âmbito mundial, levaram 191 países a firmarem um pacto internacional, a Declaração do Milênio. Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu início ao delineamento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, juntamente

com os países, se comprometeram com a erradicação da extrema pobreza. Estimava-se que atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio significaria que, até 2015, mais de 500 milhões de pessoas saíam da extrema pobreza, mais de 300 milhões não passariam mais fome e 30 milhões de crianças deixariam de morrer antes de completar cinco anos. A ONU apresentou um conjunto de 8 objetivos, 18 metas a serem monitoradas por 48 indicadores que incorporam o que é possível implementar, mensurar e comparar em escala mundial.

Igualmente, políticas organizadas, como por exemplo, o Programa Fome Zero, no Brasil, em 2003, foi fundamental para que a fome e a desnutrição em crianças de zero a quatro anos de idade fossem, em termos da média estatística do país, eliminadas já em 2009. Mesmo assim, esse problema ainda persiste em alguns grupos sociais e regiões geográficas, devendo continuar sendo foco de políticas específicas.

Segundo BARBOSA (2012, p 140):

“O atual governo possui uma visão imediatista dos problemas nacionais. Face a ausência de um projeto de longo prazo, elegeu o combate à pobreza como a sua meta-síntese, o que pode ser comprovado pela criação do plano “Brasil sem Miséria”. Esta iniciativa deve ser saudada, até porque revela uma inovação no âmbito da história brasileira, inaugurada com o governo Lula” .

A capilaridade das políticas públicas no Brasil é a principal característica que permite alcançar os mais de 5.500 municípios da federação que apresenta desafios de proporções continentais. Relatório da estratégia de governo afirma que isso é possível graças a um sistema que integra vários elementos que servem a sociedade, como órgãos federais, estaduais e municipais, escolas, hospitais e agências de bancos públicos.

É por causa dessa rede integrada que 12,4 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família podem sacar mensalmente com cartões magnéticos o valor da transferência de renda. Agências de bancos públicos, casas lotéricas, terminais de caixas eletrônicos compõem quase 20.000 pontos de pagamento do benefício. O Ipea (2010) mostra em relatório que, nos primeiros meses de 2009, 95 milhões de saques foram efetuados.

Criado e regulamentado, em 2007, o Cadastro Único é um sistema que agrega vários bancos de dados que permite saber quais as necessidades, quem são e onde estão as 24,6 milhões de famílias mais vulneráveis do país. Os dados são inseridos pelas prefeituras

municipais, em coordenação com o Governo Federal e tem o papel de acompanhar e monitorar os programas do governo, nele se encontra nome, endereço e renda dos cidadãos em situação de risco, também dados como a frequência escolar das crianças beneficiadas, um dos condicionantes do pagamento. Como resultado, o Cadastro Único constitui um importante mecanismo de identificação dos bolsões de pobreza e de avaliação dos resultados das políticas. (<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>> acesso em: 19 de fevereiro de 2014).

2.1 AGENDA SOCIAL NO BRASIL

Somente a partir da década de 1930 que o sistema nacional de políticas sociais foi criado, no Brasil, proporcionado por uma estrutura estatal e que dava a população serviços como educação, previdência e saúde. A partir da criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1934, com o objetivo de coordenar nacionalmente a rede pública de ensino que a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos e de responsabilidade do Estado e das famílias. Também foram conquistados direitos previdenciários e de saúde, sendo garantidos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na mesma década, período este do primeiro ciclo de industrialização, durante o Governo Vargas sendo garantido, por lei, os direitos dos trabalhadores (IPEA, 2010).

No entanto, as estruturas criadas naquele período, principalmente as que se refere à saúde e aos direitos previdenciários, apresentavam baixa eficiência. Os IAPs prestavam serviços apenas aos membros das categorias que os mantinham e, apesar de alcançarem os trabalhadores formais urbanos, excluía boa parte da população brasileira (CASTRO, 2009). Embora essas medidas tenham sido pioneiras no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores, elas contribuíram, por outro lado, para o aumento da desigualdade social, no Brasil, em especial entre as populações rural e urbana, sendo que essa última correspondia a apenas 30% dos brasileiros, em 1940 (IPEA, 2010).

Alexandre (2012) ao descrever sobre a trajetória de desigualdade no Brasil diz:

[...] as diversas formas de desigualdade sempre foram tão gritantes que o país só parece inteligível por meio de perigosas dualidades. Por conta disso, apesar do formidável progresso econômico e da mobilidade vividos pelo país nessas décadas, engendrou-se uma

estrutura social hierárquica, desigual e marcada pela precariedade, em virtude da pobreza, crescentemente concentrada nas áreas urbanas.

Além dessas grandes dificuldades, a situação se tornara mais grave uma vez que a participação social era extremamente reduzida o que resultava num Estado pouco acessível às demandas dos diversos setores da população que não estavam cobertos pelo sistema de proteção social, legitimando a ausência de democracia. O sistema previdenciário e de saúde atendia apenas aos cidadãos contribuintes. Mesmo sendo positivo, durante os anos de crescimento, o financiamento do sistema baseado unicamente nas contribuições, colocou o mesmo em grave situação após as crises econômicas que ocorreram a partir de 1973 até a década de 1980 (IPEA, 2010).

Com a redemocratização do país, na década de 1980, ocorreu uma mudança de cenário, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir de 1985, a universalização dos serviços ganhou prioridade e se iniciou um processo na busca de construção de uma sociedade mais justa, livre de preconceitos e discriminações. O Estado tornou-se definitivamente obrigado a conduzir e financiar uma grande quantidade de políticas sociais voltadas a todos os cidadãos, independentemente de sua capacidade de contribuição (IPEA, 2010).

A saúde é um grande exemplo a ser citado no que se refere à evolução e afirmação dos direitos sociais. Antes fragmentada e inacessível para uma parte significativa da população, passou, com a Constituição, a ser regida pelo princípio da universalização da cobertura e do atendimento. O Sistema Único de Saúde foi criado, possibilitando realizar milhões de internações, milhares de cirurgias cardíacas e transplantes por ano, promovendo acesso a todos os cidadãos brasileiros, embora ainda não tenha conseguido cumprir os seus objetivos de universalização. Entretanto, houve uma distorção nas bases de financiamento da seguridade social e a Lei Orgânica de Saúde foi publicada sem boa parte dos artigos relativos ao financiamento. Assim,

“nos anos 1990, marcadamente após 1995, os governos alteraram a vontade expressa na lei em nome de uma suposta modernidade, calcada na ideologia neoliberal. Emendaram a Constituição, mudando-lhe a face econômica, e relegaram ao segundo plano o direito a assistência social” (Grau, 2008).

Além disso, as políticas neoliberais de redução de gastos públicos e da diminuição

das estruturas de Estado, políticas adotadas por boa parte dos países em desenvolvimento durante a década de 1990, fizeram com que a realidade social brasileira não mudasse com a mesma intensidade prevista pela Constituição. Com as sucessivas crises econômicas e o baixo índice de crescimento da produção, o Brasil não foi capaz de reduzir a desigualdade na velocidade que se esperava em 1988.

2.1.1 Agenda Social Hoje

Marcando seu início em 2003, a atual Agenda Social brasileira tem como principal meta o combate à fome e à pobreza. Relatório de acompanhamento do governo (2010) afirma que desde a sua criação, apresentou uma série de outras características que a tornam diferente dos modelos praticados até então. Refere-se a uma agenda que une as dimensões econômica e social na condução das políticas públicas, tentando agregar a reativação da capacidade produtiva brasileira à democratização de oportunidades e à redução de desigualdades (Quadro 1).

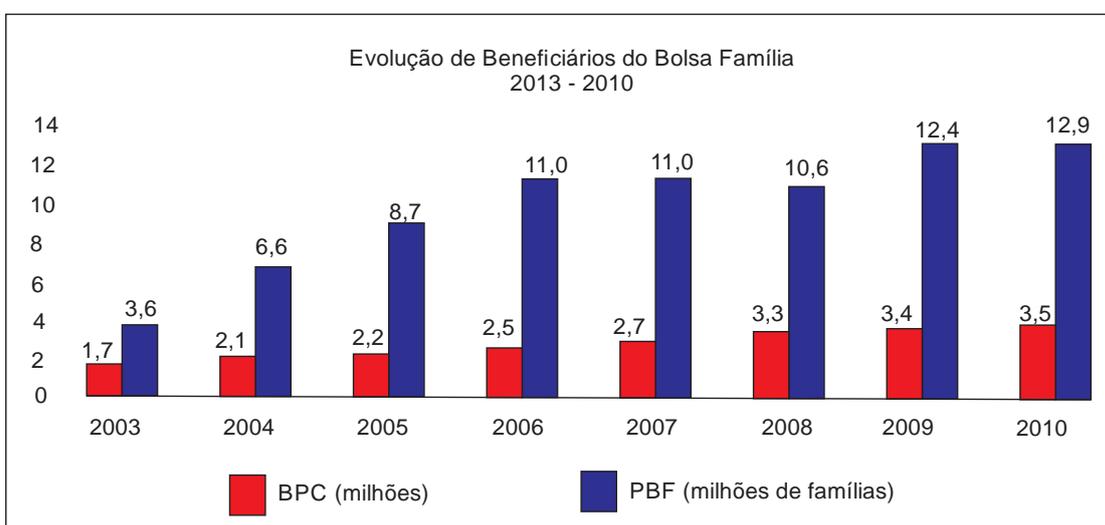
Quadro 1
Abrangência das Políticas Sociais no Brasil

Áreas de concentração	Ações	Produtos/Resultados
Saúde	Agentes Comunitários de Saúde	61% da população coberta ² (115,4 milhões de pessoas)
	Equipes de Saúde da Família	51% da população coberta ² (96,1 milhões de pessoas)
	Equipes de Saúde Bucal	48% da população coberta ² (91,3 milhões de pessoas)
	Consultas Médicas	2,5 consultas per capita / ano ³
Educação	Educação Infantil	4,2 milhões de alunos
	Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio)	37,6 milhões de alunos
	Graduação	1,2 milhão de alunos
	Distribuição de livros didáticos	117,5 milhões de livros ⁴
Assistência Social	Programa Bolsa-Família	12,4 milhões de famílias ⁵
	Benefícios de Prestação Continuada	1,6 milhão de pessoas com deficiência; 1,5 milhão de idosos
Previdência Social (Regime Geral - RGPS)	Aposentadorias e Pensões	24 milhões de beneficiários
Emprego e Defesa do Trabalhador	Seguro-desemprego	6,6 milhões de beneficiários
Desenvolvimento Agrário	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	1,7 milhão de contratos de financiamento

Fonte: Ipea, 2010 (<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3799>)

Buscando o alinhamento com organismos internacionais como a ONU, o governo federal, nesse período, criou o plano Brasil Sem Miséria formado por três premissas: acesso a serviços públicos, inclusão produtiva e transferência de renda. Além disso, conforme publica o PNUD (2010), foi ampliado o orçamento dos programas sociais, como por exemplo, o programa Bolsa-Família, uma das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pelo pagamento dos benefícios de prestação continuada, passando de R\$ 11,4 bilhões, em 2003, para mais de R\$ 33 bilhões, em 2009 (Figura 3).

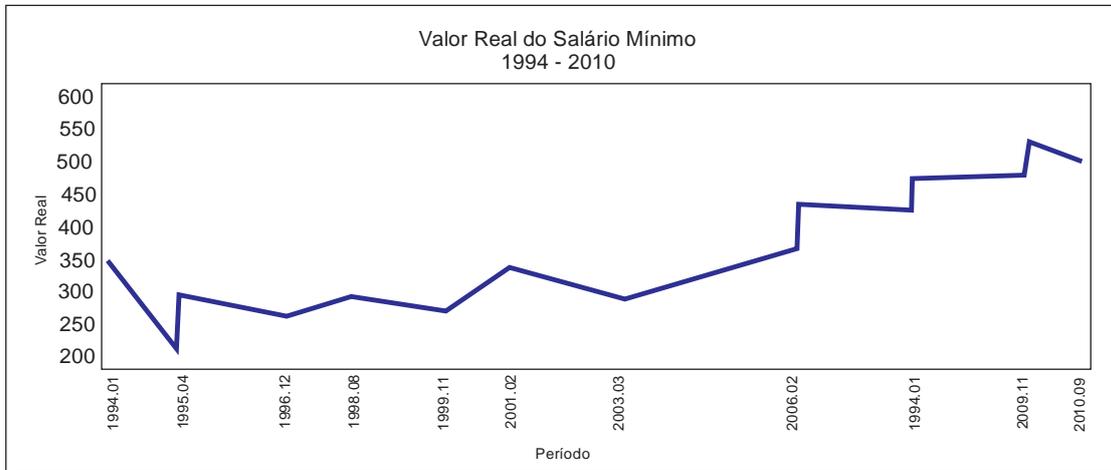
Figura 3
Evolução do número de beneficiários do programa Bolsa-Família (PBF) e Beneficiários de Prestação Continuada (BPC)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Entre 2003 e 2010, a desigualdade no Brasil, sofreu um grande impacto, sendo que a elevação do salário mínimo é apresentada como um exemplo importante pelo relatório do PNUD, uma vez que o mesmo aumentou de forma expressiva, isto é, cerca de 80%, elevando a renda de aposentados, pensionistas e trabalhadores (Figura 4). Esses aumentos foram responsáveis por um quarto do efeito no mercado de trabalho e por 16% da redução total da desigualdade (PNUD, 2012).

Figura 4
 Brasil
 1994-2010
 Evolução do valor real do salário mínimo

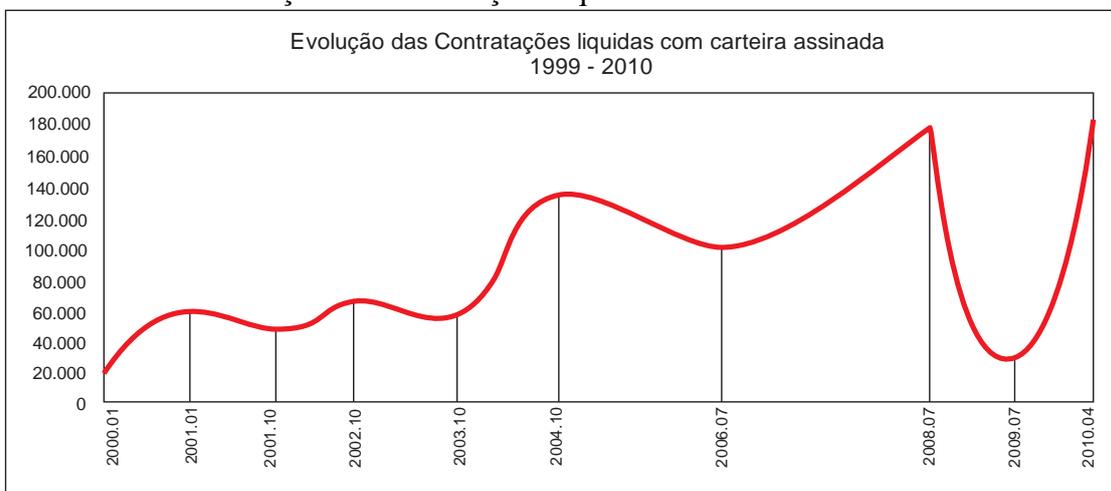


FONTE: IpeaData

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Um estudo que analisou a desigualdade de renda, entre 1995 e 2009, mostrou que dois terços dessa redução foi devido a melhorias de ganhos no mercado de trabalho, enquanto um terço ocorreu em decorrência da transferência de dinheiro. Esse fenômeno pode mostrar aspectos positivos como também em outros aspectos (IPEA,2010) (Figura 5). Relatório do PNUD anuncia evidências de que, servindo como um ponto de referência para as negociações salariais individuais, o salário mínimo pode ajudar a aumentar até mesmo a renda dos trabalhadores informais (PNUD, 2010).

Figura 5
 Brasil
 Evolução das contratações líquidas com carteira assinada



FONTE: IpeaData

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

A agenda social da saúde, por sua vez, organiza-se, fundamentalmente, pelo reforço à atenção básica, com a ampliação do Programa Saúde da Família e a implantação de programas voltados à saúde bucal. Sua transversalidade é uma das características principais das políticas que formam a agenda social brasileira, ou seja, ações que não são apenas de um órgão do governo são agregadas a uma série de iniciativas harmônicas e coordenadas entre vários ministérios. Isso pode ser visto de forma bastante clara nas políticas sociais sob responsabilidade das secretarias especiais e ministérios, criados a partir de 2003. Um exemplo é o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, articulando ações de mais de dez ministérios e secretarias especiais. <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3799>> acessado em: 22 de janeiro de 2014.

Da mesma forma, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Programa Territórios da Cidadania que contempla mais de 200 ações, realizadas por 21 ministérios, para combater a pobreza rural e levar o desenvolvimento sustentável às regiões com os piores indicadores sociais. Em um ano, 120 territórios receberam investimentos de quase R\$ 20 bilhões como apoio (PNUD, 2010). As políticas voltadas para promover a sustentabilidade ambiental seguem a mesma premissa, a preservação da biodiversidade, reduções de emissão de gases causadores do efeito estufa até a melhoria dos assentamentos precários fazem parte das ações que ultrapassam as temáticas específicas dos ministérios e entes federados.

O Governo Federal assumiu compromissos ambiciosos prevendo metas para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre eles, reduzir a um quarto a pobreza extrema da população que vive com renda inferior a 1 dólar por dia. Grande parte da redução das desigualdades, no Brasil, é consequência direta dos programas sociais de grande envergadura lançados pelo Governo, mas o Relatório Nacional menciona, 7,5 milhões de pessoas continuam vivendo em situação de extrema pobreza (IPEA, 2010) (Quadro 2).

Quadro 2
Iniciativas da Agenda Social e os ODM correspondentes

Objetivos do Milênio	Eixos temáticos	Principais iniciativas
ODM 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome	Redução da pobreza e inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de benefícios e serviços socioassistenciais • Promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas rurais • Geração de oportunidades às famílias pobres
ODM 2 – Universalizar a educação primária	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Universalização do ensino • Qualificação da educação
ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Promoção da igualdade entre os sexos	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
ODM 4 – Reduzir a mortalidade na infância ODM 5 – Melhorar a saúde materna ODM 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Universalização do atendimento qualificado • Interiorização dos programas de saúde • Expansão dos programas de prevenção e controle de doenças
ODM 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental	Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação dos programas de conservação e recuperação dos biomas • Combate aos desmatamentos • Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental • Desenvolvimento de fontes alternativas de energia • Expansão dos sistemas de esgotamento sanitário
ODM 8 – Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	Desenvolvimento mundial	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa do Brasil na promoção da paz, no combate às desigualdades e nos debates sobre segurança alimentar global e desenvolvimento sustentável

Fonte: Ipea, 2010 (<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3799>)

A erradicação da extrema pobreza é hoje a meta mobilizadora de grande parte dos programas e ações de planejamento nas secretarias e órgãos na gestão pública estadual e municipal a partir do desenvolvimento das políticas públicas sociais, estas que, visam ser feitas de forma estruturadas e de alcance nacional. Mesmo que nenhuma dessas ações tenha sido elaborada especialmente para cumprir as metas acordadas na Declaração do Milênio, relatório do Ipea mostra que elas têm objetivos em comum, isto é, a redução da pobreza e das desigualdades. Portanto, é um conjunto de ações estruturadas para o combate à fome e à pobreza. Relatório do governo federal, em 2010, afirma que essas ações somadas a outros fatores, como o crescimento da economia e a geração de empregos, possibilitaram não apenas eliminar pela metade a proporção da população pobre no país, mas, também, cumprir a meta mais ousada, assumida voluntariamente, em 2005, de reduzir essa proporção para um quarto da população total (IPEA, 2010).

Em resumo, a agenda social brasileira, agora composta por políticas de alcance universal, se volta prioritariamente aos grupos mais vulneráveis, com a expectativa de promover uma grande transformação social no país. Relatórios de avaliação do governo afirmam que antigas desigualdades estão sendo reduzidas e que isto é

fundamental para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam alcançados (PNUD, 2012).

O Brasil conseguiu, no momento presente, promover o crescimento econômico e torná-lo mais dinâmico, apesar de ainda dotado de instituições democráticas frágeis. O índice de Gini reduziu de forma significativa, no período de 2003 a 2009, mas não foi o suficiente para superar a intensa desigualdade que se mantém como forte característica na sociedade brasileira.

Alexandre (2012, pag. 140), tratando do Brasil real ressalta:

Entretanto, ao se restringir o foco numa redução “numérica” da pobreza, o que concretiza o sonho de transformar o país numa “nação desenvolvida”, conforme o discurso do governo, faz-se necessário aprofundar estudos para verificar real mudança no bem-estar social nos estados e municípios do país.

No âmbito nacional é possível constatar reduções de desigualdade em regiões de maior renda per capita, no entanto, indicadores elevados se apresentam entre as áreas urbanas e rurais (BARBOSA, 2012). Níveis mais altos de renda e um rápido crescimento econômico não irão necessariamente representar uma redução da desigualdade na educação, na saúde e em outras áreas do bem-estar humano, assim como a erradicação da pobreza.

2.2 POBREZAS, EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas últimas décadas, desafios de elevada complexidade vem aumentando para pesquisadores e gestores, mudanças regionais têm acontecido em virtude do crescimento das zonas urbanas em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A dimensão social é aquela que mais sofre impacto, pois a urbanização tem gerado um cenário propício para o crescimento das desigualdades.

Milton SANTOS (1987) afirmou que, há uma clara correspondência entre espaço e as condições de vida da população. Além de toda a privação de renda, de serviços, de satisfações e de necessidades básicas, há também o “local”, ou seja, o território onde as relações sociais e de poder acontecem. Pessoas que dispõem de soma de capital,

formação cultural, capacidade física equivalente e que se ocupam num mesmo tipo de atividade são dotadas de possibilidades efetivas sensivelmente diferentes conforme os diferentes pontos do espaço que podem se localizar.

As diferenças entre áreas centrais e periféricas, como a presença de favelas no Brasil, são morfologias que surgem nos territórios, sendo determinantes para definição do nível de qualidade de vida na cidade.

De acordo com SPOSATI (2000 p. 62), “esta abordagem teórica considera a existência de uma relação intrínseca entre a exclusão e a inclusão social resultante de uma interação entre múltiplas dimensões que, inevitavelmente, supera visões calcadas meramente em medidas de pobreza”.

Neste contexto, a produção de indicadores socioeconômicos que considerem o espaço urbano, rural e suas diferentes realidades é determinante para auxiliar o planejamento e o direcionamento de políticas públicas (SPOSATI, 2000).

Considerar estas duas vertentes, conceitual e espacial, articuladamente, é necessário para a efetividade das políticas públicas subsidiadas por indicadores socioespaciais. Afinal, a expressão espacial de um indicador reflete a dimensão teórica desenvolvida para seu entendimento, as variáveis utilizadas em sua composição e, conseqüentemente, os planos políticos elaborados (SPOSATI, 2000).

Pela sua complexidade e pelo aspecto multidimensional, historicamente, não há entre os cientistas e especialistas um consenso sobre a conceituação de pobreza. Entretanto, em que pese à questão da renda como elemento central, o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) publicou uma nota técnica sobre o perfil da extrema pobreza, no Brasil, visando orientar as políticas governamentais, com base nos primeiros resultados do Censo 2010.

2.2.1 Desenvolvimento Urbano e Regional e Políticas Públicas Compensatórias

O rápido crescimento das cidades brasileiras foi acompanhado de grandes carências de infraestrutura e de fragilidade das condições sociais. As cidades aumentaram rapidamente a sua população sem que houvesse por parte do poder público o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma infraestrutura capaz de oferecer condições de vida dignas. Assim, é frequente nas cidades a ausência de pavimentação, de drenagem, de saneamento básico, de educação e saúde sem esquecer a

estrutura econômica com capacidade de oferecer ocupação para um conjunto significativo da população.

Esta situação exige o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para sanear o grande volume de problemas urbanos, assim como as grandes disparidades sociais existentes nas cidades brasileiras.

Ao longo de muitas gestões municipais, grande precariedade das novas áreas na cidade foi mantida por um conjunto de decisões orçamentárias que se perpetuaram. Estas Decisões orçamentárias são políticas fundamentais, uma vez que determinam a alocação de recursos para a implementação de ações públicas e distribuição ou concentração de bens e serviços públicos. Tradicionalmente, a gestão orçamentária, no Brasil, vem sendo marcada por influências clientelistas e patrimonialistas, muitas vezes, sustentadas pelo discurso tecnoburocrático que acaba por imunizar o orçamento público dos requisitos democráticos de transparência, participação e controle público.

As deficiências das políticas sociais e dos investimentos públicos resultaram numa crescente pobreza da população, na América Latina, provocando um debate de âmbito universal das políticas sociais. Se, de um lado, as formas de seguridade social estão mundialmente em crise, de outro, não são novidade os programas de assistência social dirigidos aos pobres.

Nesse sentido, de um modo geral, as estratégias de políticas sociais seletivas para a luta contra a pobreza são avaliadas como compensação social a um ajuste estrutural considerado necessário, apoiadas em um discurso de privatização, desregulamentação e descentralização do Estado. Essas políticas se manifestam pelo conjunto de programas de assistência social e fundos em diversos países da América Latina, tais como os Fundos de Inversão Social, financiados pelo Banco Mundial.

2.3 ESTUDOS SOBRE POBREZA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Várias tentativas têm sido realizadas por pesquisadores para definir índices a fim de avaliar a pobreza e a exclusão social. Dentre essas tentativas, neste estudo, serão destacadas aquelas realizadas pelo PNUD, pelo IPEA, por Lemos(2007), estudando o Brasil, por Lacerda, Oliveira (2013) e Santana(2013) ao estudar Sergipe. O ONU, através do PNUD, há muito tempo, vem desenvolvendo estudos voltados para a pobreza e a exclusão social, tendo criado o Índice de Desenvolvimento Humano tendo em vista a

necessidade de mensurar e de comparar os níveis de pobreza e de exclusão social entre os diferentes países e regiões do globo.

2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Em 1990, os economistas Mahbub ul Haq, do Paquistão, e o indiano Amartya Sen, criaram o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, um indicador com o objetivo de contrapor ao Produto Interno Bruto - PIB, agregando o olhar para o indivíduo e o seu crescimento como ser humano. O indicador foi recalculado para anos anteriores, permitindo a análise a partir da década de 1970, mas, especificamente, a partir de 1975 até o momento atual.

Desde então, o IDH passou a ser adotado por gestores em escala municipal, estadual e mundial, tornando-se uma informação de importância internacional. A partir desse índice, a ONU criou os Objetivos de desenvolvimento do Milênio, da mesma forma o PNUD publicou para o Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, adaptação do IDH para os 5.507 municípios brasileiros. Sen escreve sobre o processo de criação do IDH:

“Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ulHaq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano” (PNUD, 1999, pág. 57).

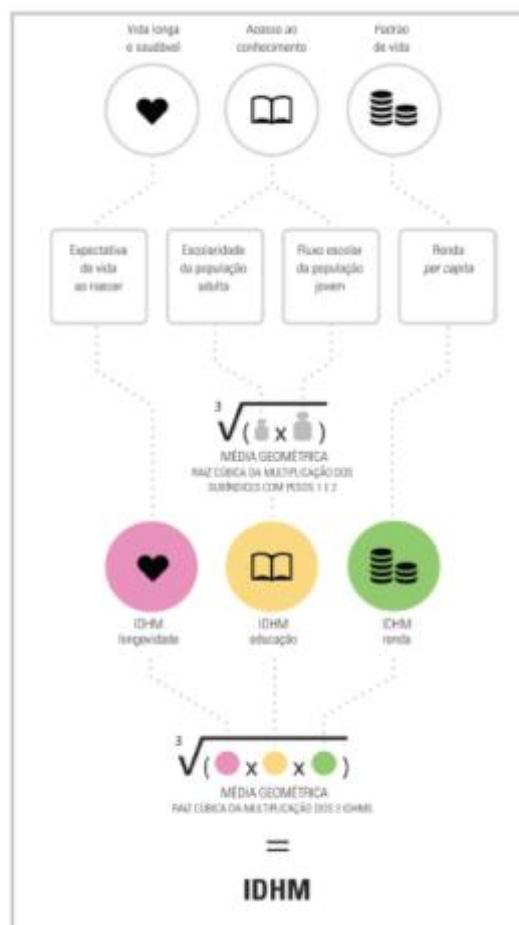
A metodologia usada na criação do IDH busca decompor um conceito abstrato da realidade social para uma unidade numérica (que varia de 0 a 1) com o objetivo de mensurar a realidade social. É composto por uma fórmula que considera três temas de

igual significância, segundo os economistas que o criaram, aglutinados como sub-índices: Renda: representada pelo PIB per capita, corrigido pelo poder de compra de dólar de cada país; Longevidade: baseada na variável expectativa de vida ao nascer; e Educação: medida pela taxa de matrícula de todos os níveis de ensino e o índice de analfabetismo. Os sub-índices são gerados a partir da seguinte fórmula:

$$XI = \frac{X_i - \text{Min}(X_i)}{\text{Máx}(X_i) - \text{Min}(X_i)}$$

sendo que, p : é o sub-índice em estudo, i : índice que identifica o país; X : valor do indicador utilizado o cálculo; $\text{Min}(X)$: valor mínimo do indicador X considerando as balizas atribuídas; $\text{Max}(X)$: valor máximo do indicador X considerando as balizas atribuídas. O índice final do IDH é resultado de uma média dos três temas, adotando pesos iguais para cada sub-índices, ou seja, um peso de (0,333) para todos. (MOURA, SAUER, 2013). Como é mostrado no manual do PNUD a formula da média geométrica para o índice final (Figura 6).

Figura 6
Processo de construção do IDHM



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, p 2, 2013

Por se tratar de uma média geral sintética, o IDH, ajuda a um país a ver onde deve direcionar esforços a fim de resolver problemas referentes ao desenvolvimento dos indivíduos, mas é um indicador que não reflete todos os aspectos econômicos do desenvolvimento. Mesmo com essa limitação, apresenta características positivas em comparação a outros indicadores, uma vez que permite uma interpretação simples, de abrangência geográfica e disponibilidade de série histórica.

Contudo, existem severas críticas ao IDH, pela forma como as informações estão agregadas, não é possível fazer comparações a grupos sociais, uma vez que a unidade geográfica é sua unidade básica. Assim é possível calculá-lo em várias unidades geográficas, mas não é possível fazê-lo para mulheres, para indígenas, negros ou para uma família. Os indicadores sintéticos que agregam várias dimensões em um dado unidimensional, como o IDH, são alvos de críticas. A informação está apresentada para um cidadão médio, não possibilitando visualizar as desigualdades sociais dentro de um

país, ficando “mascarada” a realidade de parte da população. Por se tratar de média, o IDH não consegue avaliar situações extremas, o que pode enviesar diagnósticos sociais (MOURA; SAUER, 2009). Pesquisadores como Fernando Alves e Leandro também apontam a falta como problema a falta de um modelo teórico explícito de causa e efeito que justifique a aglutinação de variáveis de naturezas distintas em um indicador único (2009)www.dhnet.org.br

Numa variação de 0 a 1, o indicador é apresentado em números decimais e classificados em muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Quanto mais próximo da unidade melhor a condição do lugar ou país.

2.3.2. Lemos e a construção de um Índice que afira Exclusão Social como Sinônimo de Pobreza

Analisando a situação do Brasil, em 2000, Lemos (2007), em contraposição ao Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolveu um estudo para verificar as condições de exclusão da população a partir da privação.

A construção de índices, nessa área, é um desafio para os estudiosos tendo em vista que se pretende sintetizar um complexo emaranhado de informações em uma única variável, correndo-se o risco de ser reducionista. Lemos (2007) aponta que as dificuldades enfrentadas acentuam-se de forma inversamente proporcional ao número de indicadores que entram na composição do índice.

O Índice de Exclusão Social (IES), criado por Lemos (2007), tem a perspectiva de se constituir numa aproximação de percentuais de pobres ou de excluídos, no Brasil.

O IES, ao contrário do Índice de Desenvolvimento Humano, é constituído por cinco indicadores I, e, como o IDH, também pode ser utilizado para hierarquizar os municípios e estados brasileiros pelos padrões de privação e de exclusão social.

A ideia de Lemos é que este método auxilie na formulação de políticas públicas, pois cada município estará identificado pelo percentual e pelo total de excluídos, além de ser identificados, em termos percentuais e absolutos, os níveis de privações em cada indicador que compõe o IES. Para a definição do índice foram selecionadas as seguintes variáveis: privação de água, privação de saneamento, privação de coleta de lixo, privação de educação e privação de renda, conforme apresentação na Introdução, numa referência aos procedimentos metodológicos. Assim, a exclusão é vista na diversidade de suas dimensões, permitindo uma análise multidimensional.

Ainda que a pobreza seja, incontestavelmente, um fenômeno multidimensional, a necessidade de ordenar países, estados, municípios, bairros, ou momentos no tempo, grupos sociais e mesmo famílias demanda indispensavelmente uma representação escalar da pobreza. (IPEA, 2006, p. 34)

Este indicador de Exclusão Social evidencia de forma contundente as carências enfrentadas pela população, estabelecendo com clareza o percentual da população que sofre privações e facilitando a atuação dos gestores.

2.3.3 Pobrezas como fenômeno Multidimensional

Uma alternativa historicamente dominante tem sido tratar a pobreza apenas como insuficiência de renda. Entretanto, após o lançamento do IPH pelo PNUD, grande ênfase tem sido dada à utilização de indicadores sintéticos que buscam obter medidas de pobreza que levam em consideração suas diversas dimensões. Esses indicadores sintéticos têm sistematicamente padecido de uma grave dificuldade pois não são capazes de estimar o grau de carência de cada família; apenas o nível médio para um país, estado, município ou mesmo bairro pode ser calculado. (IPEA, 2006, p. 34)

O reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional é amplamente difundido no meio científico e os pesquisadores parecem estar de acordo quanto a esse fato. Em decorrência disso, propostas de medidas para as diversas dimensões da pobreza datam de longo tempo, como demonstra, por exemplo, a tradição da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) com a abordagem das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) (FERES; MANCERO, 2001).

As metodologias para a criação de indicadores multidimensionais passaram por avanços recentes, mas ainda são muito comuns os trabalhos que se concentram no caso unidimensional e a pobreza acaba sendo representada como sinônimo de insuficiência de renda. (IPEA, 2006, p. 8.)

Sobre a preponderância da insuficiência de renda o IPEA afirma que se deve ao menos a dois fatores: em primeiro lugar está o fato de que as medidas de pobreza baseadas na insuficiência de renda são naturalmente escalares; em segundo, como é comum que as famílias acessem os bens e serviços que determinam o seu bem-estar através de mercados, e para participar deles é preciso que tenham recursos monetários, segue-se que a insuficiência de renda acaba sendo um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, um forte candidato escalar para medir a pobreza.

De acordo com Amartya Sen, a pobreza pode ser entendida como uma privação das necessidades básicas de uma pessoa e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido (CRESPO, GUROVITZ, 2002, p. 5). Assim, a privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição considerável (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Essa definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa.

A análise das capacidades para Amartya Sen permite melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza, não focando somente nos meios de renda. Meio este que as pessoas têm motivo para desejar pois creem na possibilidade de alcançar tais capacidades (CRESPO, GUROVITZ, 2002, pag. 6).

Ambas as perspectivas, inadequação de capacidade e o baixo nível de renda, estão unidas, uma vez que a renda é uma forma de adquirir capacidades. A ponto que, mais capacidades pode promover uma maior chance de aumentar a renda. Contudo, Sen afirma que uma pessoa com renda maior não irá necessariamente obter capacidades maiores.

Essa relação, portanto, é importante na eliminação da pobreza de renda. Com uma educação básica e serviços de saúde melhores, há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

Segundo Sen, é importante ter em mente que:

[...] a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Isso seria confundir os fins com os meios. [...] A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. (CRESPO, GUROVITZ, 2002, p. 13).

2.3.4 Avaliação Participativa da Pobreza - APP

O conceito de pobreza apresentado por Sen foi aperfeiçoado por Deepa Narayan, em 2000. Estudos feitos por esse autor, desde 1993, no Banco Mundial, faziam avaliações da pobreza de forma participativas. Para tanto, usou o APP como forma de congregar às suas análises uma dimensão humana e social, através de perguntas feitas diretamente a populações excluída, em diversos países. Assim, “Ninguém melhor do que os próprios pobres para falar sobre sua situação. Sua disposição para melhorar de condição depende da forma como encaram as oportunidades, os riscos e as limitações que se lhe apresentam uma vez que somente eles podem mudar sua situação” (GUROVITZ, 2002, p 5).

No método de Deepa Narayan, os pobres falam sobre o seu bem-estar, relacionando-o a cinco dimensões: (1) Quanto ao bem-estar material, os pobres sempre mencionam a falta de comida, abrigo e vestimenta, moradia precária e fontes de subsistência incertas; (2) bem-estar físico, são de grande importância para os pobres a boa saúde, a força e a aparência. O corpo é o principal ativo das pessoas pobres e ele não está seguro; (3) aspecto da segurança, muitas pessoas a descrevem como paz de espírito e confiança na sobrevivência. A sobrevivência, não só como subsistência mas, também, como sobrevivência física, diante da crescente corrupção, crime, violência; (4) sentimento de vulnerabilidade, relaciona-se ao mundo externo, ao indivíduo e à família: a exposição a choques, a situações de estresse e a riscos que aumentam a imprevisibilidade e a instabilidade; (5) bem-estar social pode ser definido como bons relacionamentos na família e na comunidade. Ter condições de cuidar, educar, casar e dar um meio de vida às crianças foi mencionado várias vezes.

Deepa Narayan definiu de forma reduzida um conceito de pobreza relatado pelos excluídos:

“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” (CRESPO, GUROVITZ, 2002, p. 13).

2.3.5 Pobreza Multidimensional a partir do método Alqueire e Foster

Para Alqueire e Foster (2007) existe uma diferença considerável entre a pobreza de renda e a privação nutricional, educacional, as deficiências na saúde; um indivíduo

que tenha uma renda suficiente pode ser privado de educação, sendo pobre nessa dimensão, por exemplo. Por isso, a necessidade de analisar em separado as dimensões, seguindo-se dois passos para desenvolver o estudo: o primeiro é a identificação de que é pobre e que não é; o segundo a agregação dos dados sobre os pobres em um indicador geral de pobreza que verifique quão pobre é a sociedade em estudo.

A parte da identificação é importante; como identificar uma pessoa como pobre. O método Alkire e Foster propõe duas formas de linha de corte e uma continha metodologia. A primeira linha de corte é a tradicional, que é feita para cada dimensão e identifica se a pessoa é privada ou não com respeito àquela dimensão. Segundo Bourguignon e Chakravarty (2003), uma forma alternativa de levar em consideração a multidimensionalidade da pobreza é especificar uma linha de pobreza para cada dimensão de pobreza e considerar que a pessoa é pobre se estiver abaixo de pelo menos uma das várias linhas de corte consideradas. A segunda linha de corte do método AF delinea quão privada uma pessoa é de modo a ser considerada pobre. Se as dimensões recebem pesos iguais, a segunda linha de corte é simplesmente o número de dimensões nas quais a pessoa deve ser privada para ser considerada pobre.

Alkire e Foster (2007) destacam algumas propriedades que tornam o método interessante: é sensível à multiplicidade de privações; é ajustado para o tamanho do grupo para quem está sendo calculado, permitindo comparações internacionais, podendo ser decomposto em dimensões de modo a revelar aos gestores das políticas qual dimensão contribui mais para a pobreza multidimensional em uma dada região ou grupo populacional.

Este método permite não apenas identificar quem são os pobres, mas, sobretudo verificar o quão pobre os indivíduos são nas suas diferentes dimensões de vida.

Por exemplo: a partir dessa estrutura é possível detectar municípios que tem indicadores de exclusão muito diferentes, mas que apresentam uma composição da pobreza similar em que as várias dimensões apresentam forma e relações similares. Por outro lado, municípios que estão na mesma classe de exclusão, apresentam-se com uma composição da pobreza muito diferente. É possível descobrir níveis diferentes de exclusão e níveis diferentes de composição da exclusão.

O intuito é encontrar quais das dimensões são as que mais apresentam restrição de oportunidades para as pessoas pobres, possibilitando informar aos gestores públicos de forma a serem pensadas políticas de redução de pobreza (ALKIRE, FOSTER, 2007, p. 46).

2.4 ESTUDOS SOBRE POBREZA E DESENVOLVIMENTO EM SERGIPE

Ricardo Lacerda, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, autor de diversos estudos setoriais sobre a economia do nordeste e do estado de Sergipe, vem realizando estudos sobre o desenvolvimento do Estado, também enfocando a pobreza. O autor traz um compendio de indicadores e análises contemporâneas sobre mercado de trabalho, indústria, construção, educação, economia solidária, arranjos produtivos e cenários de desenvolvimento são abordados com o objetivo de auxiliar o planejamento e gestão de políticas públicas.

Publicações recentes de Lacerda mostram que Sergipe apresenta especificidades na estrutura econômica, determinando uma articulação particular com a dinâmica da economia brasileira e do nordeste. Descoberta de importantes jazidas minerais tem trazido vantagens em relação a outros estados da região, como consequência políticas públicas foram geradas no processo de desenvolvimento através da ação muito particular do Estado e investimentos de empresas públicas estatais. (LACERDA, 2012)

“A participação tão acentuada do Setor Industrial no PIB sergipano deve-se a dois fatores distintivos em relação à maioria dos Estados do Nordeste. Em primeiro lugar, a disponibilidade de riquezas minerais que faz com que a atividade extrativa mineral responda por cerca de 20% do PIB sergipano. A importância das riquezas minerais reflete-se, ainda, em parcela expressiva da indústria de transformação, particularmente na indústria química (fertilizantes) e na indústria de minerais não-metálicos (cimento, sobretudo)”. (LACERDA, 2004, p. 1)

Lacerda (2004) mostra que mesmo com as crises de oitenta e noventa, o período de 1970 a 2010, foram anos gloriosos para o desenvolvimento do estado, onde ocorreu uma rápida modernização e grande crescimento econômico integrado as economias nacional e regional. Foi constatada uma melhoria social, aumento demográfico e crescimento do produto econômico que passou a apresentam taxas superiores às médias do Brasil e Nordeste.

Sobre a qualidade de vida em Sergipe, apresenta dados que mostram o rendimento do trabalho das famílias 7,1% superior à média do nordeste e o terceiro maior entre os estados da região. É verdade que as aposentadorias são cerca de oito vezes mais importantes para o mercado de consumo do que as transferências federais que vem dos programas sociais. Contudo, esse resultado não tiram a importância de programas sociais de transferência de renda, como o PETI, bolsa família e os benefícios

de prestação continuada, pois esse tipo de ação é muito mais focalizada e direcionada para os grupos familiares mais pobres e mais vulneráveis da sociedade. (LACERDA, 2012)

Para Lacerda, o nível de rendimento é a mais importante variável na explicação da composição dos gastos das famílias, ele mostra que houve melhorias nesse aspecto.

“Em Sergipe, especificamente, em 1995, 41% das famílias encontravam-se abaixo desse patamar de rendimentos, [...] ¼ do salário mínimo. [...] participação que caiu para 21,3%, em 2008, ainda alto, mesmo considerando que é o segundo melhor resultado dentre os estados nordestinos[...] A diminuição da extrema pobreza é uma boa notícia, mas o mais importante é o que o IPEA projetou que, com redução anual de 2,7%, até 2016, é possível promover o conjunto das famílias sergipanas para fora da pobreza extrema” (LACERDA, 2012, p. 247)

A partir dos dados do IBGE, Lacerda constata a elevação dos rendimentos das famílias brasileiras, o que traz melhorias concretas na vida da população sergipana mais pobre, contudo, ressalta que ainda a muito o que melhorar.

Kleber Fernandes, doutor em Demografia e pesquisador no Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da Universidade Federal de Sergipe, analisou em sua pesquisa a influência de um conjunto de fatores econômicos e demográficos na dinâmica da pobreza ocorrida, em Sergipe, entre 1985 e 2005. Diagnosticou reduções expressivas da pobreza no estado, mas constatou que uma explicação estritamente econômica não esclarece o observado. O autor afirma que entre 1985 e 1995 a economia estadual passou por um processo de retração e estagnação, mesmo assim, a pobreza reduziu por fatores demográficos como a redução da fecundidade, o aumento da esperança de vida, a dinâmica migratória, além dos benefícios previdenciários que a população recebeu e um novo cenário político-institucional contribuíram para a redução da pobreza (OLIVEIRA, 2012).

O autor mostrou que apesar dos investimentos ocorridos em industrialização, a economia sergipana não conseguiu dinamizar a estrutura produtiva, comprovando ao observar a elevada concentração de terras, visto que 80% dos estabelecimentos agrícolas possuem menos de 10 hectares e ocupam apenas 10% da área total, e mais de 45% das terras são ocupadas por apenas 3% dos estabelecimentos (OLIVEIRA, 2012).

Sobre o mercado de trabalho, o autor mostrou que houve elevado nível de desocupação no interior do estado, também como um grande número de trabalhadores sem remuneração ou ocupados em atividades agrícolas, ao contra ponto que a

Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.213 de 1991, proporcionaram maior acesso aos benefícios previdenciários, dinamizando a economia no interior do estado o que contribuiu para a redução da pobreza (OLIVEIRA, 2012).

O principal acesso ao mercado de trabalho se deu através do setor de serviços, visto que o setor primário apresentou dificuldades e pouco dinamismo no setor industrial foi constatado pelo autor que atribuiu tal cenário como consequência do processo de desestruturação do mercado de trabalho, aumento da informalidade e desocupação e conclui que:

“Nesse cenário de letargia econômica, as rendas de transferências, notadamente de aposentadorias e pensões, agem como “seguro social” de duas formas principais: beneficiando de forma crescente parcelas significativas da população que certamente não teria outra fonte de renda, e gestando certo dinamismo econômico devido aos aumentos e os ganhos monetários reais auferidos, sobretudo, a partir do final dos anos 1990” (OLIVEIRA, 2012, P. 117).

Se, de um lado, a renda do trabalho passou por um longo processo de depreciação, por outro ganharam importância as rendas originadas de aposentadorias, pensões, ativos e doações, diz o autor e completa:

“As mudanças de natureza demográfica aqui analisadas foram as alterações na estrutura populacional e no ciclo de vida das famílias. Vale destacar os efeitos econômicos decorrentes da *janela de oportunidades* ou do *bônus demográfico*, que consiste em reduzir a *carga econômica* com o aumento, por exemplo, do potencial de geração de renda do trabalho para as famílias” (OLIVEIRA, 2012, P. 117).

O autor conclui que a renda de transferência foi a que mais contribuiu para a redução da pobreza nas áreas mais carentes, exemplifica, Sertão e Agreste, na região da Grande Aracaju, as rendas de transferência não foram suficientes para que houvesse grande mudança na pobreza. Ressalta ainda que a pobreza no interior do estado, por se apresentar de forma mais severa, são mais sensíveis a quais quer benefício em forma de renda, já a Grande Aracaju apresenta menor sensibilidade às rendas de transferência defendendo a ideia de que este tipo de renda é tão fundamental quanto políticas públicas voltadas ao trabalho (OLIVEIRA, 2012).

Outra Pesquisa financiada pelo BNDES merece destaque. Com o objetivo de analisar e mapear as políticas para arranjos produtivos locais no Norte e Nordeste e os

impactos dos grandes projetos do governo federal, no Nordeste e em Sergipe foi realizada sob a coordenação do geógrafo Dean Lee Hansen, da Universidade Federal de Sergipe, mostra que para um crescimento econômico consolidado se faz necessário projetos de alcance nacional e de escalas amplas, como Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, do Programa Nacional de Logística e Transporte - PNLT, do Programa Territórios da Cidadania - PTC e do programa Zonas de Processamento de Exportação - ZPE.

O PAC traz para os estados brasileiros a possibilidade de eliminar gargalos nas atividades produtivas e aumentar possibilidades de investimento privado, incluindo também aqueles oriundos da carteira de investimentos do setor de petróleo e gás, assim como a cadeia produtiva da construção civil (APOLINÁRIO e SILVA, 2011).

Em Sergipe, o PAC é um dos principais projetos de apoio ao desenvolvimento, o estudo lista vários eixos em que o programa atua, como por exemplo, o eixo da infraestrutura energética em que foi direcionado para obras com o objetivo de garantir segurança energética e modicidade tarifária para o estado e para o Nordeste, o recurso destinado equivale 11% do total do Nordeste, cerca de R\$ 3,2 bilhões. O eixo de infraestrutura social e urbana tem como metas a universalização do acesso das famílias à energia elétrica, através do programa Luz Para Todos, ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, ampliação do sistema de abastecimento de água na capital e outros municípios, construção de habitações e remoção de moradias localizadas em áreas de risco em Aracaju, alocando R\$ 2,0 bilhões para esse eixo que corresponde a 4,9% do total investido no Nordeste. Provenientes de emendas parlamentares, o PAC também inclui outros projetos como o Plano de Desenvolvimento da Educação para expansão da rede federal de ensino superior e de escolas técnicas, o Programa Universidade Para Todos, PROUNI, o programa Territórios da Cidadania com crédito do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Bolsa Família e o Programa ProJovem, entre outros (APOLINÁRIO e SILVA, 2011).

O estudo sinaliza a existência de limitações sobre a indução das atividades econômicas. Sergipe ainda sofre com vazamentos de renda inter-regional e intra-regional. Entraves como falhas de coordenação e gestão dos projetos foram observados, o que dificultam o bom desempenho do programa. Um exemplo citado no estudo é a duplicação da BR101, saída norte de Aracaju, que se arrasta por vários anos, ainda que esta ação contribua para a desconcentração produtiva inter-regional, esta acaba por

contribuir negativamente para a manutenção ou reprodução do fenômeno da desconcentração concentrada, visto que esta obra irá beneficiar os maiores núcleos urbanos com infraestrutura (APOLINÁRIO e SILVA, 2011). Assim, sobre o PAC, os autores afirmam:

“Por conseguinte, pode-se concluir que Sergipe apresenta um quadro desalentador para a sua estruturação, modernização e diversificação industrial, formado pela ausência de políticas públicas orientadoras e indicadoras de seu espaço como escolha locacional em um projeto integrado nacionalmente e a sua substituição pelas livres forças de mercado, pelo caos competitivo da guerra fiscal, pela depauperação de suas condições infraestruturais, pela política macroeconômica voltada aos interesses da órbita financeira em detrimento da produtiva e pela sua menor capacidade em concorrer com outras regiões para atrair segmentos centrados em ciência e tecnologia” (APOLINÁRIO e SILVA, 2011, p. 315).

Analisando o PDP, o projeto de pesquisa mostrou que este programa possibilitou a geração de diversos instrumentos criados a partir da interlocução ente os ministérios e o setor produtivo, promovendo um maior ajuste as reais necessidades das empresas, gerando melhores resultados comparado a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, que anteriormente estava em vigor, mas não possibilitou os resultados esperados. O estudo concluiu sobre o PDP, “que sua atuação desencadeou uma dinâmica mais acelerada para o desenvolvimento produtivo do país, desenvolvendo e buscando novos instrumentos que permitam que o setor produtivo brasileiro dê um salto rumo à competitividade” (APOLINÁRIO e SILVA, 2011 p. 324).

Sobre o PTC, este que busca gerar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável para superar a pobreza e gerar trabalho e renda no meio rural, destinou para Sergipe R\$ 658.367.213,13 até 2011. O fortalecimento da infraestrutura produtiva, construção de casas de farinha, eletrificação rural, assistência técnica, foram ganhos obtidos através das ações deste programa, assim como a extensão e cursos para promover a inclusão produtiva no estado. Contudo, os autores detectaram gargalos como, por exemplo, o descumprimento dos compromissos firmados pelos prefeitos atrapalhando a eficiência do programa. Desta forma, estratégias institucionais foram criadas para o gerenciamento e monitoramento dos projetos em todas as suas fases, como incentivo às instituições na participação do processo de desenvolvimento no estado e a pensar coletivamente a estrutura de processos produtivos (APOLINÁRIO e SILVA, 2011).

Neste capítulo foi apresentada uma evolução de conceitos e estudos sobre pobreza e desenvolvimento regional, assim como, estudos que analisam e avaliam as tentativas governamentais de gerar o desenvolvimento regional, local e promover melhores condições de vida a população brasileira, e sobretudo, em Sergipe. Diante de tal cenário de críticas ao IDH assim como as tentativas para o seu aperfeiçoamento, será adotado o conceito e método para o índice de exclusão social utilizado por Lemos. Visto que a pessoa excluída não consegue satisfazer suas necessidades básicas para sobrevivência, ou seja, a pobreza gera a exclusão através das restrições de serviços básicos.

O índice de Lemos reflete com maior rigidez as necessidades primeiras para que uma pessoa sobreviver e se desenvolver. Estudiosos sobre desigualdade e saúde mostram que sem as condições iniciais adequadas e necessárias nos primeiros meses de vida, o desenvolvimento intelectual do indivíduo pode ficar permanentemente comprometido, o que dificultará que este se desenvolva e cresça socialmente.

3. SERGIPE: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

3.1 SERGIPE: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Sergipe está localizado entre os estados de Alagoas ao norte, separado pelo Rio São Francisco, e da Bahia, ao sul, separado pelo Rio Real; ao oeste, com a Bahia e ao leste pelo Oceano Atlântico. Está posicionado entre os paralelos 9° 31' e 11° 34' de latitude sul e os meridianos de 36° 25' e 38° 14' de longitude oeste de Greenwich. Sergipe tem uma extensão de 21.910,34 km², correspondendo a 0,26% do território nacional (Figura 7).

Figura 7
Localização do Estado de Sergipe



Fonte: SRH, IBGE

Elaboração: Alan Juliano da Rocha Santos

Formado por 75 municípios, Sergipe, mesmo tendo pequena dimensão territorial e populacional, ocupa posição econômica e social privilegiada em relação a outros estados nordestinos (SEPLAN/UFS, 2007) (Figura 8). Na última década, o fortalecimento das atividades econômicas, através do comércio e dos serviços, aliado à implantação de políticas públicas se refletiram na melhoria das condições de vida da população.

Duas rodovias federais cortam o território sergipano: BR 101, no sentido norte/sul, e BR-235, no sentido leste/oeste que, juntamente com as rodovias estaduais, facilitam a mobilidade da população em busca de bens e de serviços.

Figura 8
Estado de Sergipe



Fonte: SRH, IBGE
Elaboração: Alan Juliano Santos

A fim de desenvolver ações “de planejamento participativo e de estruturação de uma gestão social de governança”, em 2007, o governo do Estado, definiu oito

territórios, considerando “as dimensões econômico-produtiva, social, política-institucional, sócio-cultural e geoambiental”, na busca pela melhoria das condições de vida da população. Os territórios definidos foram: Agreste Central Sergipano, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Centro Sul Sergipano, Grande Aracaju, Leste Sergipano, Médio Sertão e Sul Sergipano (SEPLAN/UFS p. 141) (Figura 03). Nos últimos anos, as ações de governo têm sido desenvolvidas levando em conta esta base territorial.

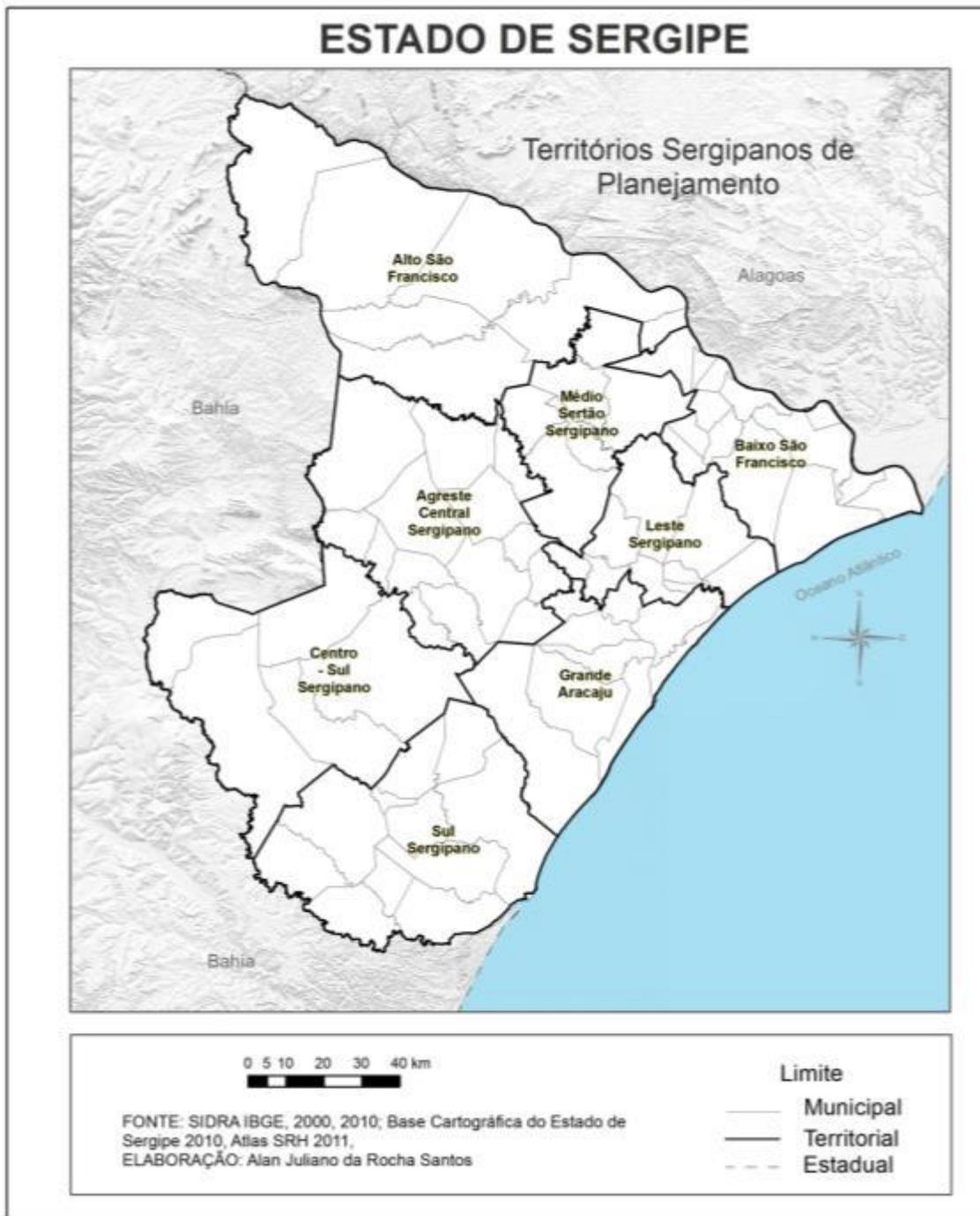


Figura 9 Territórios Sergipanos de Planejamento

3.1.1 Sergipe: uma breve caracterização social

Sergipe apresentou, em 2000, uma população de 1.784.475 habitantes, sendo que, em 2010, contava com 2.068.017 habitantes, representando uma variação relativa de 15,89%, bem superior ao Brasil, que no mesmo período aumentou apenas 12,34% (Tabela 2). A população urbana correspondia, em 2000, a 71% do total, passando para 74%, em 2010, sendo inferior a participação brasileira que, em 2010, era de 81%, alcançando 84%, em 2010.

Tabela 2
BRASIL e SERGIPE
POPULAÇÃO
2000/2010

População	BRASIL		SERGIPE		ARACAJU	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	169.799.170	190.755.799	1.784.475	2.068.017	461.534	571.149
Varição absoluta	-	20.956.629	-	283.542	-	109.615
Varição relativa	-	12,34	-	15,89	-	23,75
Urbana	137.953.959	160.925.804	1.273.226	1.520.366	461.534	571.149
Varição absoluta	22.971.845		247.140		109.615	
Varição relativa	16,65		19,41		23,75	
Rural	31.845.211	29.829.995	511.249	547.651	0	0
Varição absoluta	-2.015.216		36.402		0	
Varição relativa	-6,33		7,12		0,00	

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Observando os municípios sergipanos, verifica-se que alguns obtiveram crescimento demográfico acima da média sergipana e brasileira, a exemplo de Aracaju e Carmópolis, sendo este último que apresentou aumento de 44,39% no número de habitantes.

Tanto no ano 2000, como em 2010, foi possível observar que os sete municípios mais populosos, estavam dispersos na metade centro sul do estado: Aracaju, Nossa

Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão, Estância e Tobias Barreto, sendo que, em 2010, somavam 1.105.117 habitantes que representavam 53% da população sergipana. Nos dois períodos, constata-se que os municípios com menos de cinco mil habitantes estão concentrados na faixa centro norte, a exemplo de Amparo de São Francisco, Telha, Itabi, Cumbe, Divina Pastora e General Maynard, entre outros.

Em 2010, grande parte dos municípios elevou a população, entretanto, de forma moderada tendo em vista a tendência de estabilidade que vem ocorrendo na população brasileira. Dezesete municípios apresentaram aumento superior à média estadual, estando dispersos pelas diversas áreas do estado, formando grupos, a exemplo do noroeste, com Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória, outro no leste, em torno de Carmópolis; outro envolvendo Aracaju e, por fim, um grupo ao sul, formado por três municípios, Cristinápolis, Indiaroba e Umbaúba. Quatorze municípios tiveram comportamento populacional próximo a Sergipe e ao Brasil, isto é, com variações entre 12,34% e 15,89%, destacando-se entre eles Carira e Frei Paulo, no oeste, Lagarto, no centro sul e Pacatuba, no nordeste. Por outro lado, quarenta e quatro municípios apresentaram crescimento inferior ao Brasil sendo que dois deles tiveram redução demográfica, Itabi e Canhoba localizados na faixa norte (Figura 10).

No período de análise, processos transformadores do espaço vem acontecendo e modificando a realidade no meio rural, instalações de agroindústrias, novos serviços, mudança do regime de trabalho na agricultura, são especificidades locais que afetam e supostamente estreitam as relações entre o rural e o urbano. Analisando a população urbana, verifica-se que o Brasil a aumentou 17,7% entre 2000 e 2010, enquanto Sergipe, seguiu a mesma tendência, crescendo um pouco mais (19,4%), sendo que a população residente em áreas urbanas passou de 1.273.226, em 2000, para 1.520.366 habitantes, em 2010.

ESTADO DE SERGIPE

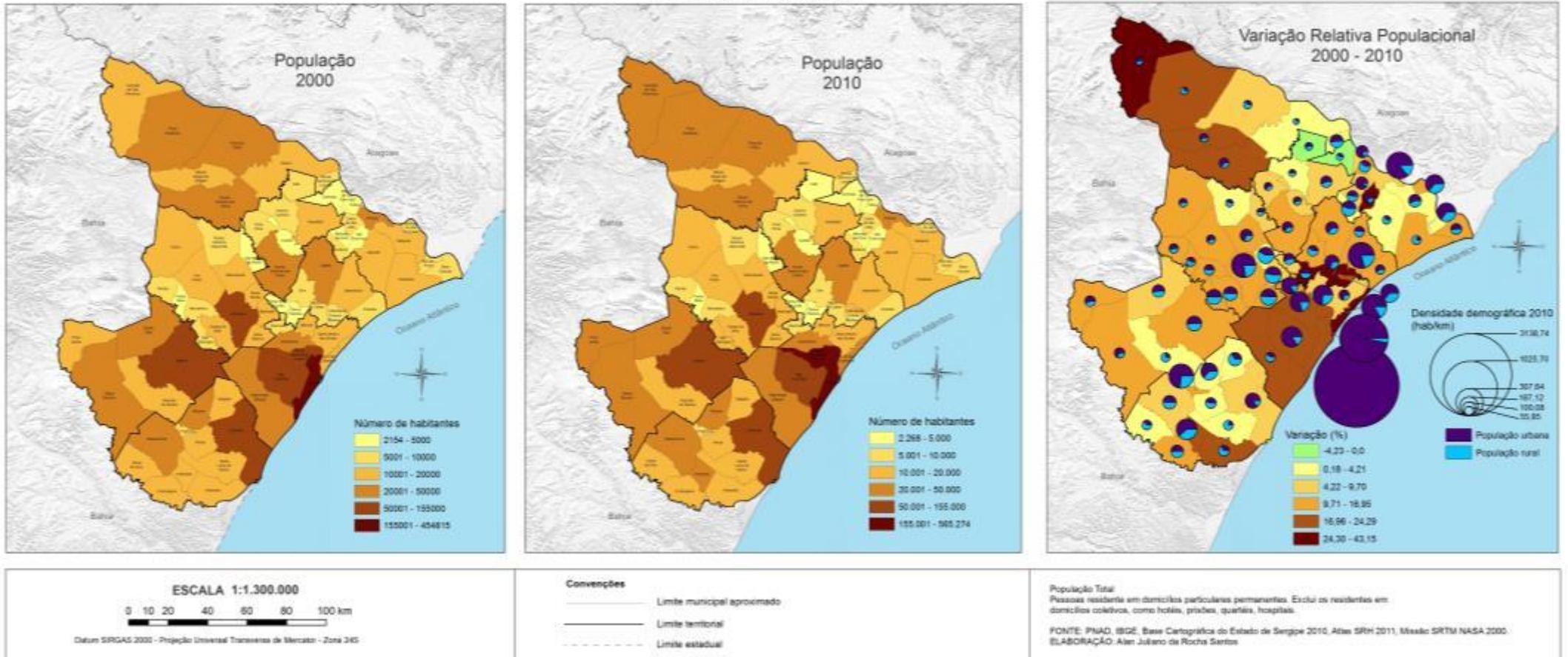
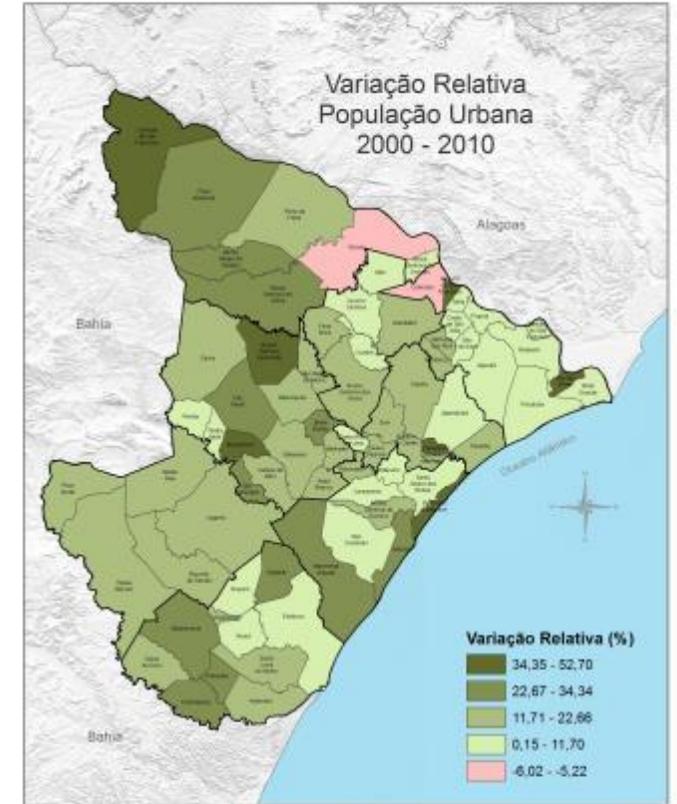
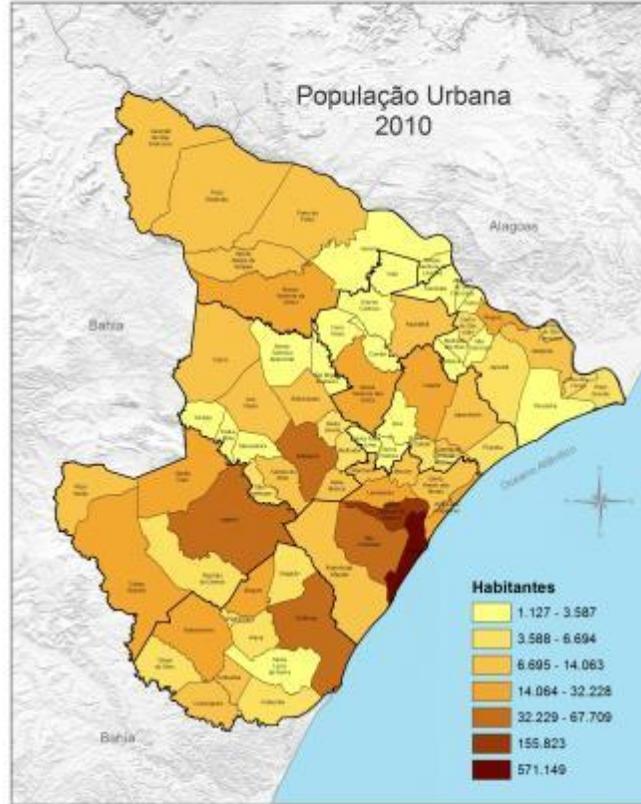
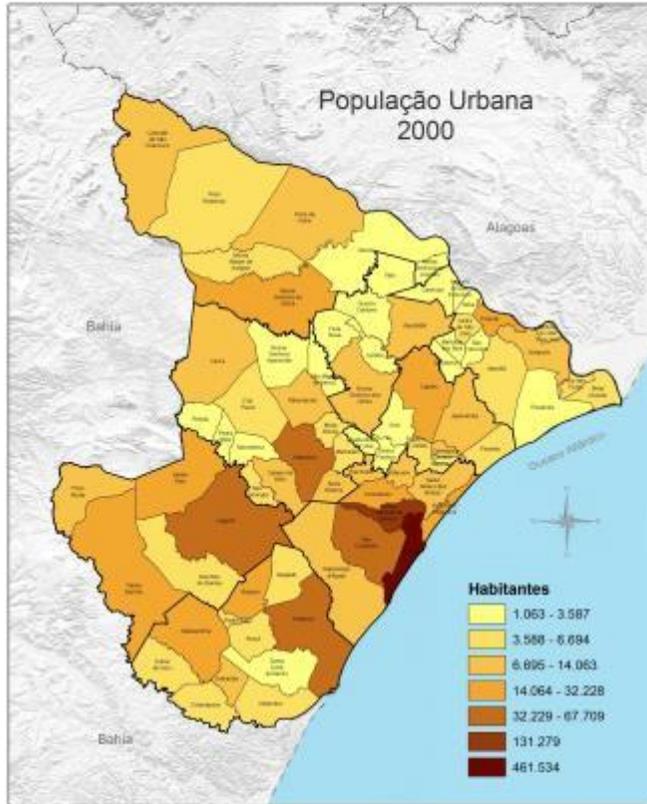


Figura 10 Sergipe, População 2000, 2010 e Varição Relativa

Como a população municipal, a urbana também está distribuída de forma concentrada, uma vez que em apenas seis municípios (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itabaiana, Estância e Lagarto), em 2010, viviam 63,5% do total, isto, é, 964.973 habitantes. Em contraposição, trinta e um municípios estão com população urbana inferior a cinco mil habitantes e que totalizam apenas 93.347 pessoas, correspondendo a 6,13% da população urbana (Figura 11). Estes municípios estão dispersos pela faixa centro/norte do Estado, destacando-se entre eles Telha, Canhoba, Gararu, Cumbe, Siriri, General Maynard, entre outros. No período entre 2000 e 2010, foram as sedes municipais menores que apresentaram maior crescimento populacional, a exemplo de Amparo de São Francisco (52,7%), Canindé de São Francisco (51,2%), Nossa Senhora Aparecida (45,4%), Ilha das Flores (43,2%), Macambira (41,4%) e Carmópolis (40,9%) e Barra dos Coqueiros (37,6%), todas com crescimento bem superior à Sergipe e ao Brasil. As cidades maiores tiveram crescimento mais moderado, como Aracaju, com 23,8%, Itabaiana, 22,1%, Lagarto, com 20,1%, Nossa Senhora do Socorro, com 18,7%, Estância, 7,7% e São Cristóvão, com apenas 5,6%. Gararu e Canhoba apresentaram redução da população urbana.

A população rural sergipana em 2000, era constituída por 511.249 habitantes, aumentando para 547.651 pessoas, o que corresponde a um crescimento de apenas 7,1%, bem superior ao Brasil que apresentou redução da população rural (-6,3%). Este crescimento deve-se, em parte, aos programas e distribuição de terra, através dos assentamentos rurais que tem atraído a população. Vinte e sete municípios ainda mantêm predomínio de população rural. Os municípios mais populosos estão dispostos no noroeste e no centro sul, enquanto no leste, no entorno da capital e no norte estão aqueles com menor população rural. Em 2010, Lagarto, Poço Redondo, Itabaianinha, Itabaiana, Itaporanga d'Ajuda, Simão Dias e Porto da Folha são os municípios que apresentam a maior concentração de população rural. Trinta municípios apresentaram crescimento da população rural superior à média sergipana, com destaque para Nossa Senhora do Socorro (1.151%), São Cristóvão (696,8%), São Francisco (177 %), Laranjeiras (140%), Rosário do Catete (87,6%) e Carmópolis (59,6%) (Figura 12). Os dois primeiros, situados na área metropolitana de Aracaju, recebem migrantes que se instalam na zona rural, assim como Laranjeiras. Rosário do Catete e Carmópolis tem desenvolvido ações públicas que atraem população de outros locais.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 60 80 100 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

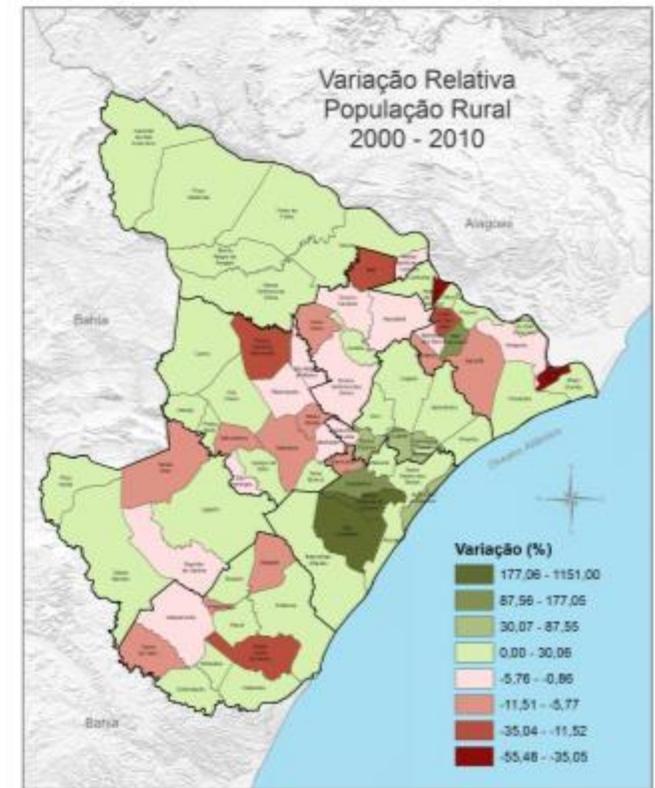
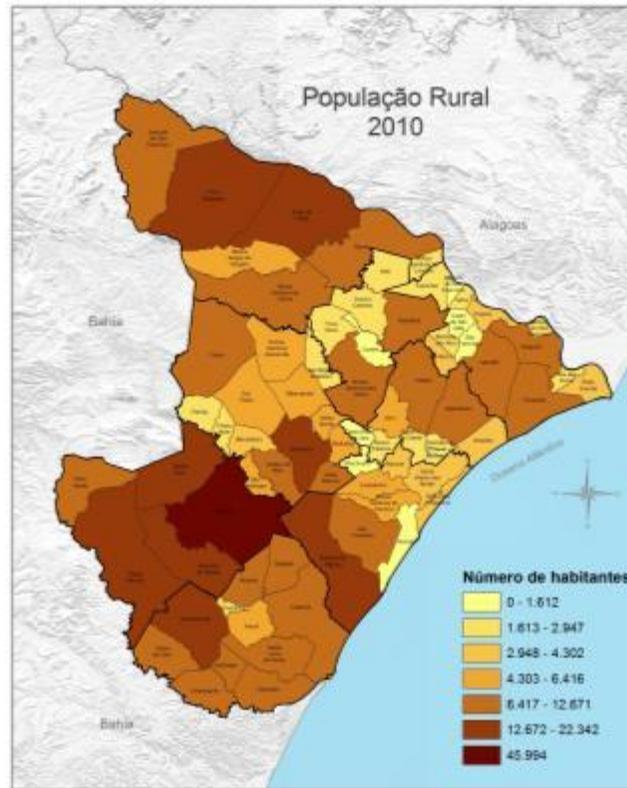
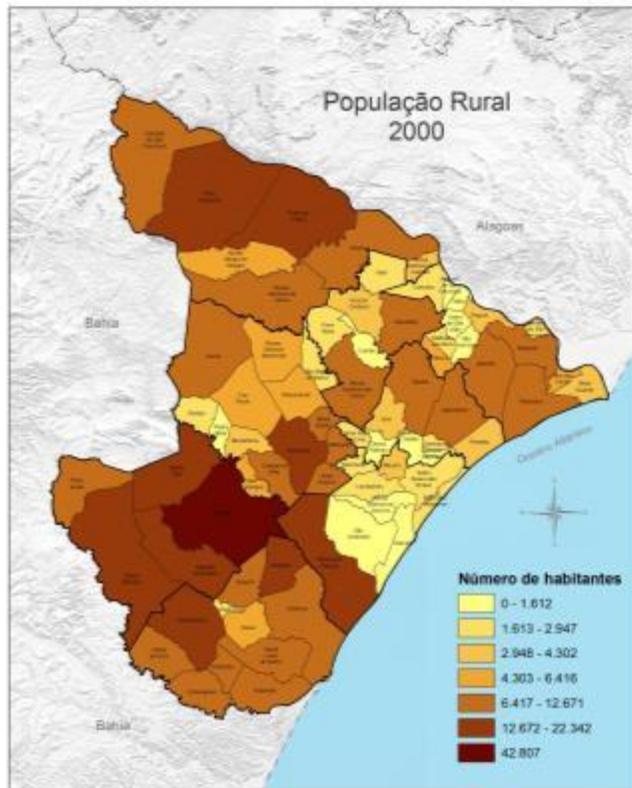
- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

População Urbana
Pessoas residente em domicílios particulares permanentes da zona urbana. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como hotéis, prisões, quartéis, hospitais.

FONTE: PNAD, IBGE, Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 11 População Urbana 2000, 2010 e Varição Relativa

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 60 80 100 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

População Rural
População residente em domicílios particulares permanentes da zona rural. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como hotéis, praças, quartéis, hospitais.

FONTE: PNAD, IBGE, Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM
Mesaço NASA 2000.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 12 População Rural 2000, 2010 e Varição Relativa

Por outro lado, outros trinta municípios perderam população rural, com destaque para Amparo de São Francisco (-55%) Ilha das Flores, (-35,1%) Cedro de São João (-17,9%), Nossa Senhora Aparecida (-14,4%), Itabi (-12,5%) e Santa Luzia do Itanhy com -11,5%.

Composição da População por Idade e Sexo. Como no Brasil, em Sergipe, em 2010, a maior parte da população é do sexo feminino, representando, 51,3% do total. Esta predominância ocorre em quarenta e oito municípios, sendo que nos demais, onde o sexo masculino é predominante a migração feminina é frequente para estudo ou trabalho nas cidades. Dentre os municípios com predomínio do sexo masculino destacam-se Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe e Gararu, no noroeste, no sul, Riachão do Dantas, Cristinápolis, Indiaroba, Tomar do Geru e Santa Luzia do Itanhy, entre outros.

A população brasileira, no plano demográfico, está passando por um processo de estabilidade, com a redução das taxas de crescimento, em decorrência da redução da natalidade e da fecundidade, assim como da mortalidade. Em 2000, no Brasil, a população jovem correspondia a 40% do total, enquanto os adultos eram 51% e os idosos representavam 9% do total (IBGE, 2000). Em 2010, observa-se uma redução da população jovem e o aumento da população adulta e idosa (Figura 13).

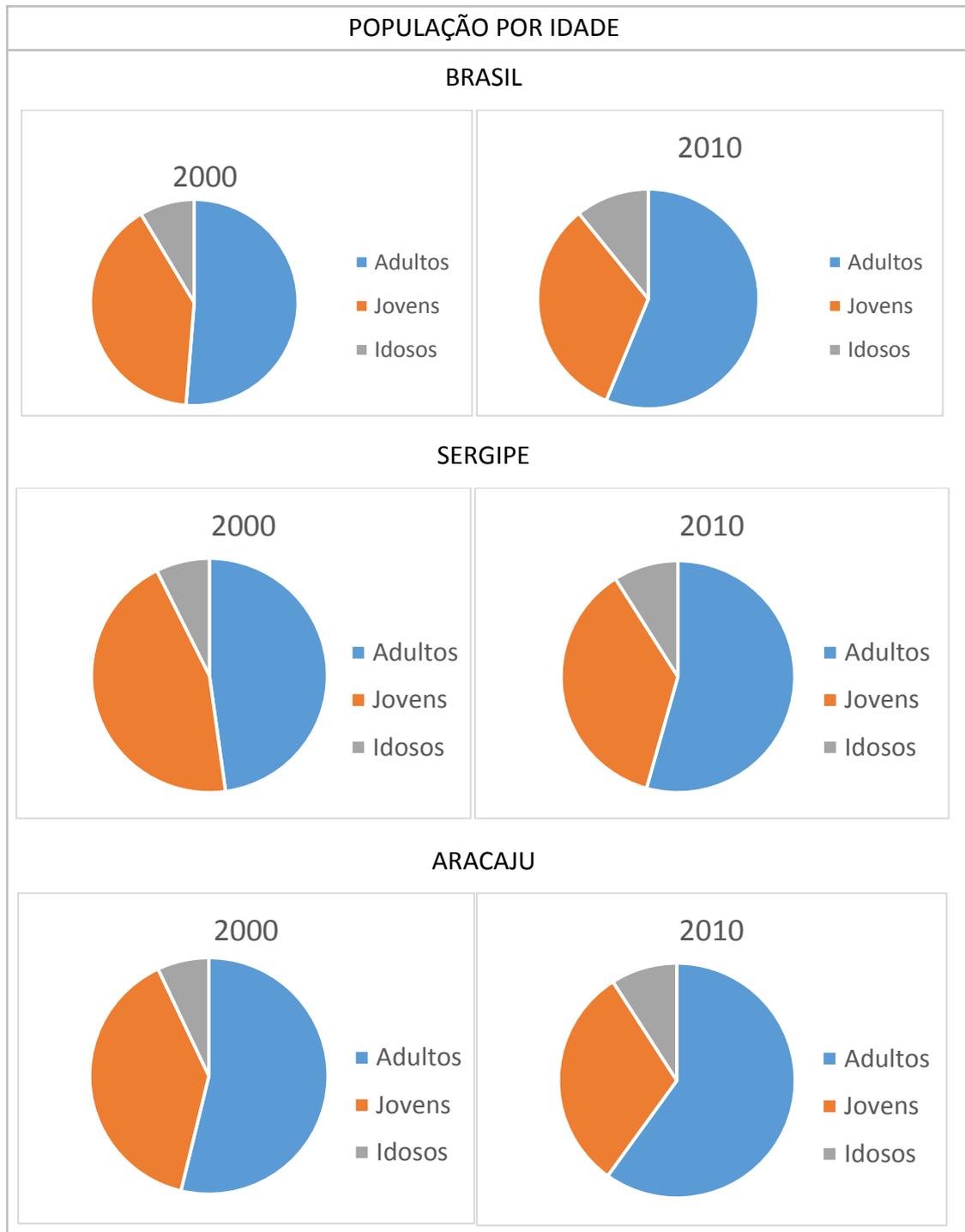
Sergipe segue essa tendência de envelhecimento diminuindo a participação da população jovem que sai de 45%, em 2000, para 37%, em 2010, enquanto a adulta aumenta a participação de 48% para 54% e a idosa passa de 7% para 9% do total. Aracaju, em 2000, tinha uma população jovem que correspondia a 39% do total reduzindo para 31% em 2010, mantendo participação inferior a Sergipe e ao Brasil. A população adulta apresentava participação superior, correspondendo a 54%, em 2000, aumentando para 60%, em 2010, enquanto a idosa atingia 7%, passando para 9%, em 2010.

Este crescimento da população adulta reduz a razão de dependência da mesma perante as demais, enquanto da população idosa passa a exigir que novas políticas públicas sejam desenvolvidas para o atendimento dessa população.

Em Sergipe,

“Os idosos apresentam alta incidência de analfabetismo tendo em vista que 40,8% deles são sem instrução ou têm menos de um ano de estudo. Além disso, 72,6% dos idosos são aposentados e/ou pensionistas, enquanto 17,8% deles apresentam renda domiciliar per capita de meio salário mínimo”(SEMARH, 2014, P. 18).

Figura 11
 Brasil, Sergipe e Aracaju
 Composição da População por Idade



FONTE: IBGE, 2000 e 2010
 AUTOR: Alan Juliano da Rocha Santos

3.1.2. Esperança de Vida ao Nascer

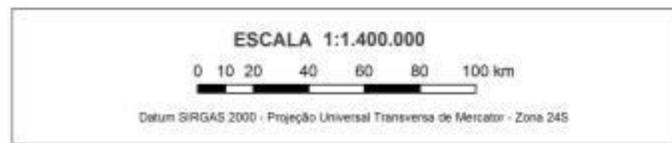
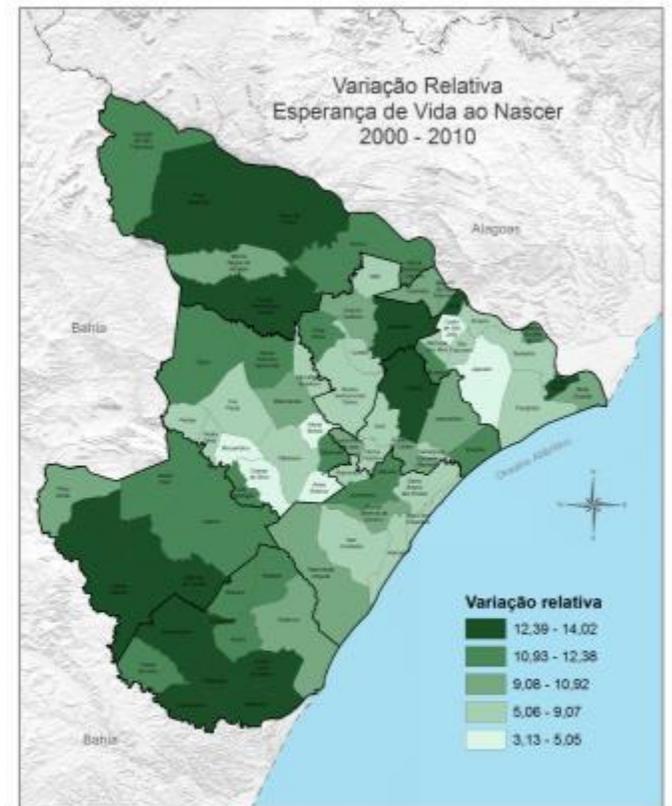
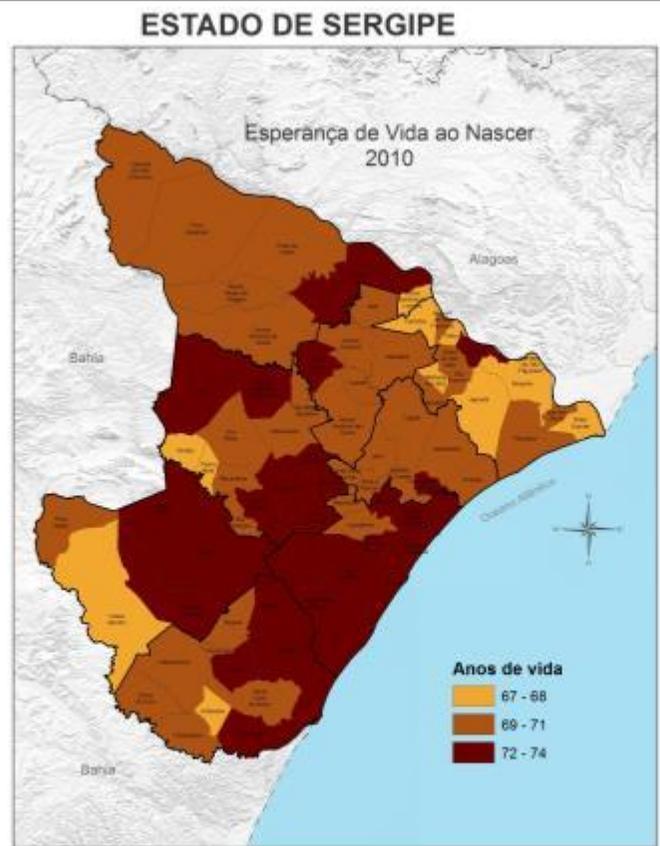
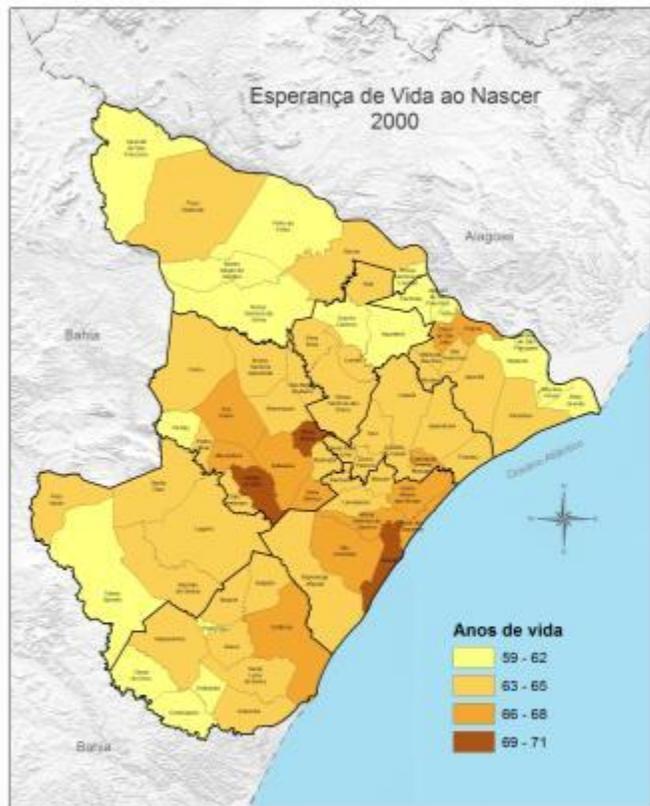
Nas últimas décadas, os investimentos em serviços de saúde pública, saneamento básico e disponibilização de água tratada, ocasionaram a redução da mortalidade infantil, assim como, o aumento da expectativa de vida da população. A partir da variável “expectativa de vida ao nascer” do Atlas do IDH, do PNUD, foi possível constatar a melhoria no bem-estar social entre 2000 e 2010. Em 2000, Sergipe apresentava expectativa de vida ao nascer de 65,66 anos, sendo inferior ao Brasil. Mesmo apresentando um aumento de 6,18 anos, em 2010, ainda se mantém numa posição inferior, pois o Brasil passou a apresentar uma expectativa de vida de 73,51 anos (Tabela 3).

Tabela 3
Brasil e Sergipe
Expectativa de vida ao nascer
2000 - 2010

LUGAR	ANOS		
	2000	2010	VARIAÇÃO
Brasil	68,42	73,51	5,10
Sergipe	65,66	71,84	6,18

Fonte: PNUD, 2010

Sergipe, em 2000, contava com vinte municípios em que a população viveria em média até 62 anos, sendo que estes municípios estavam dispersos pelas extremidades do Estado. Dentre esses municípios, Cristinápolis, Umbaúba, Tomar do Geru, Pedrinhas e Tobias Barreto estão situados ao sul, no oeste se destaca o município de Pinhão, e a noroeste, Canindé do São Francisco, além de Amparo de São Francisco, Canhoba, Brejo Grande, Ilha das Flores, ao norte. Moita Bonita (70,33 anos) e Campo do Brito (69,77), localizados no Agreste, e Aracaju (68,32), no leste apresentaram a maior expectativa de vida entre os municípios sergipanos (Figura 14).



Convenções

- Limite municipal
- Limite territorial
- - - Limite estadual

Esperança de vida ao nascer:
Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.

FONTE: PNAD Atlas do IDHM 2010, IBGE, Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano de Rocha Santos

Figura 14 Esperança de Vida ao Nascer 2000, 2010 e Variação Relativa

Em 2010, constata-se que houve aumento significativo da esperança de vida ao nascer em todos os municípios, sendo que quinze deles apresentam condição superior à estadual, destacando-se Aracaju (74,36) Nossa Senhora do Socorro (73,64), Itabaiana (73,03), São Cristóvão (73,01), Campo do Brito (72,57) e Moita Bonita (72,53). Os municípios com menor esperança de vida são Pedra Mole, Japoatã, Brejo Grande, Tobias Barreto e Neópolis, todos com 67 anos, além de Pinhão (67,6) e Santana de São Francisco (67,98).

Embora no período analisado todos os municípios tenham aumentado a esperança de vida ao nascer, observa-se que os municípios de Macambira, Campo do Brito, Areia Branca e Moita Bonita, no Agreste e Japoatã e Cedro de São João, ao norte, foram os que apresentaram menor variação relativa, enquanto vinte dois tiveram o dobro da variação do Estado de Sergipe, destacando-se entre eles: Telha, Porto da Folha, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória, ao norte, Tobias Barreto, Riachão do Dantas, Itabaianinha, Cristinápolis e Indiaroba, ao sul.

3.1.3. Probabilidade de Viver até 60 Anos

O cenário de melhoria da qualidade de vida constatado no intervalo de dez anos apresentado neste estudo, reflete no prolongamento de anos de vida, a partir da variável Probabilidade de sobrevivência até 60 anos apresentada pelo IBGE é possível constatar uma significativa mudança nos municípios do estado. Sergipe, em relação ao Brasil, apresentou menor média de probabilidade de sobrevivência até 60 anos no ano 2000, (72,69%). Contudo, em 2010, superou a média nacional variando 16,77%, atingindo a probabilidade de 84,88%, enquanto o Brasil cresceu apenas 10,59% (Tabela 4).

Tabela 4
Brasil, Sergipe
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
2000 - 2010

Probabilidade de sobrevivência até 60 anos			
	2000 (%)	2010 (%)	Varição Relativa (%)
Sergipe	72,69	84,88	16,77
Brasil	76,62	84,73	10,59

FONTE: Atlas do IDHM, 2010, IBGE

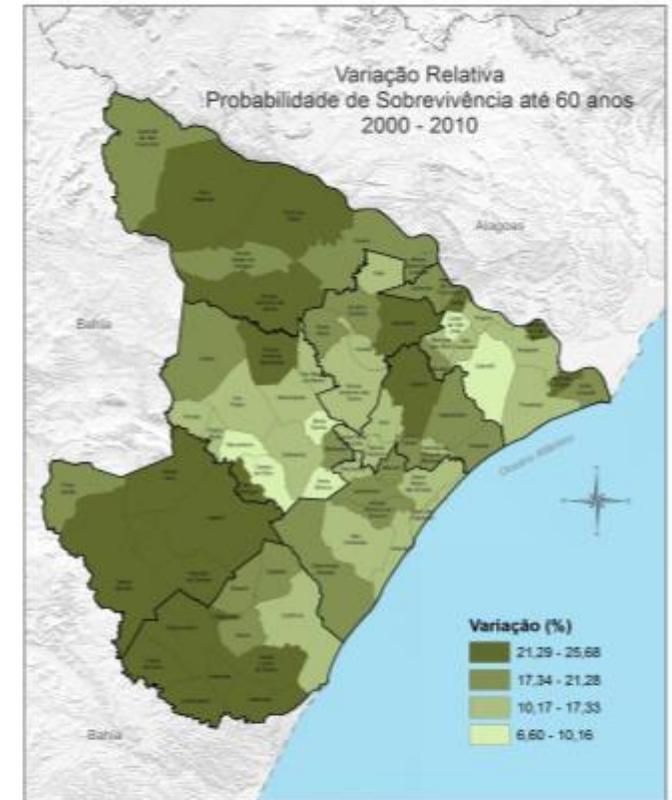
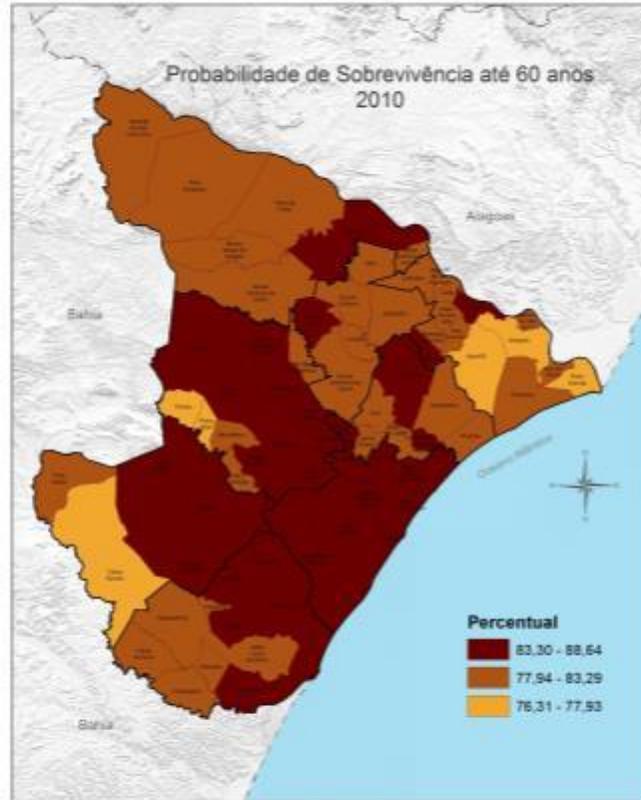
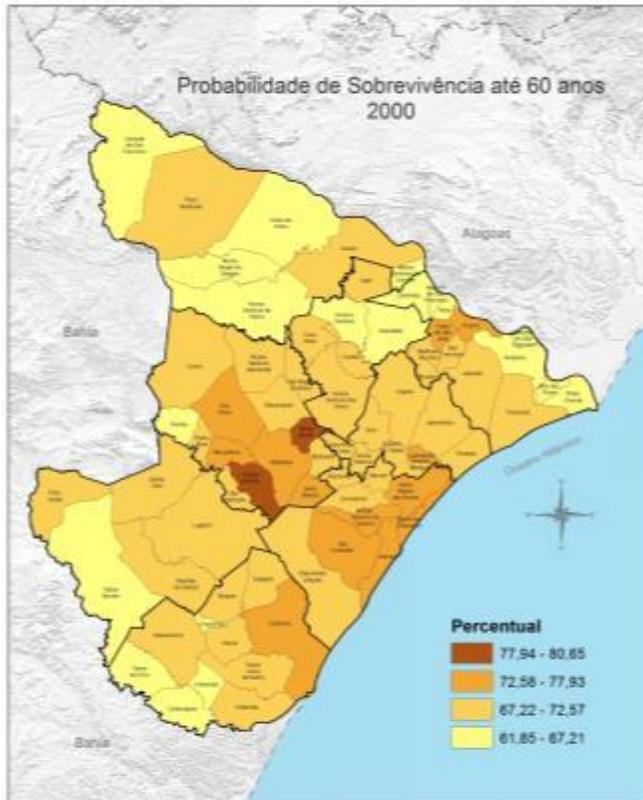
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Em 2000, quinze municípios sergipanos apresentaram valores acima da média estadual, formando grupos na região metropolitana, onde se destacam Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, no sul, Cedro de São João e Propriá, a oeste, Areia Branca, Frei Paulo, Itabaiana, Moita Bonita e Campo do Brito. Vale ressaltar que, esses dois últimos se destacam por apresentar maior probabilidade, por volta de 80%, valor que está acima da média nacional. Os vinte municípios que estão classificados com a menor probabilidade neste ano, estão localizados de forma espalhada contornando as extremidades da área estadual, se destacam Tobias Barreto, Tomar do Geru e Cristinápolis ao sul, Pinhão, a oeste, Canindé do São Francisco, Monte Alegre e Nossa Senhora da Glória a noroeste, Canhoba, Amparo do São Francisco e Telha, ao sul, e a nordeste, Neópolis, Ilhas das Flores e Brejo Grande, entre outros (Figura 15).

Em 2010, cerca de 29 municípios que compunham as duas classes de menor probabilidade, agora apresentam valores acima de 76%. Com a elevação da qualidade de vida em 2010, uma nova classe surgiu, com probabilidade entre 83% a 88,64%, compõem trinta e seis municípios localizados em sua maioria na região central do estado onde se destacam Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Carira, Simão Dias e Estância, ao sul, Estância, e ao norte, Gararu e Propriá, entre outros.

Entre 2000 e 2010, todos os municípios sergipanos elevaram a probabilidade de sobrevivência até 60 anos de idade, mas é útil observar que os que mais variaram somam um total de 21 municípios formando grandes grupos especializados no sul, no centro sul do estado, no noroeste e alguns espalhados ao norte.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 60 80 100 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal
- Limite territorial
- - - Limite estadual

Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 60 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.

FONTE: PHAD Atlas do IDHM 2010, IBGE, Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano de Roche Santos

Figura 15 Probabilidade de Sobrevivência até 60 anos

3.1.4. Renda e Pobreza

Pobreza, analisada neste tópico, faz referência apenas a deficiência de renda da população, através da variável “percentual de extremamente pobres” do Atlas do IDHM publicado pelo PNUD em 2010. Esta variável consiste na proporção de pessoas que recebem até R\$70,00 por mês. No ano 2000, Sergipe tinha 24,52% da população considerada extremamente pobre, reduzindo para 11,17%, em 2010. Contudo, comparado ao Brasil, em 2010, Sergipe apresentou maior redução de 52,28% (Tabela 5)

Tabela 5
Brasil e Sergipe
Proporção de Extremamente Pobres
2000 – 2010

Proporção de Extremamente Pobres			
	2000 (%)	2010 (%)	Varição Relativa (%)
Sergipe	24,52	11,70	-52,28
Brasil	16,75	9,26	-44,72

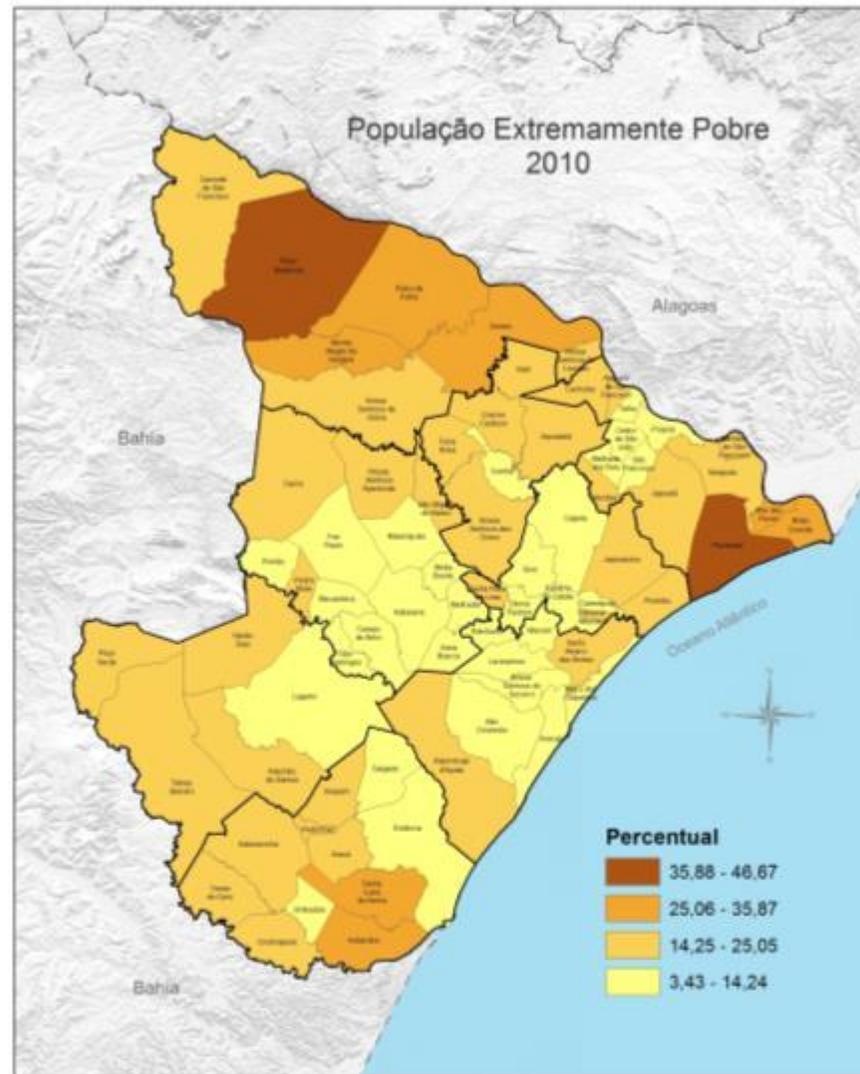
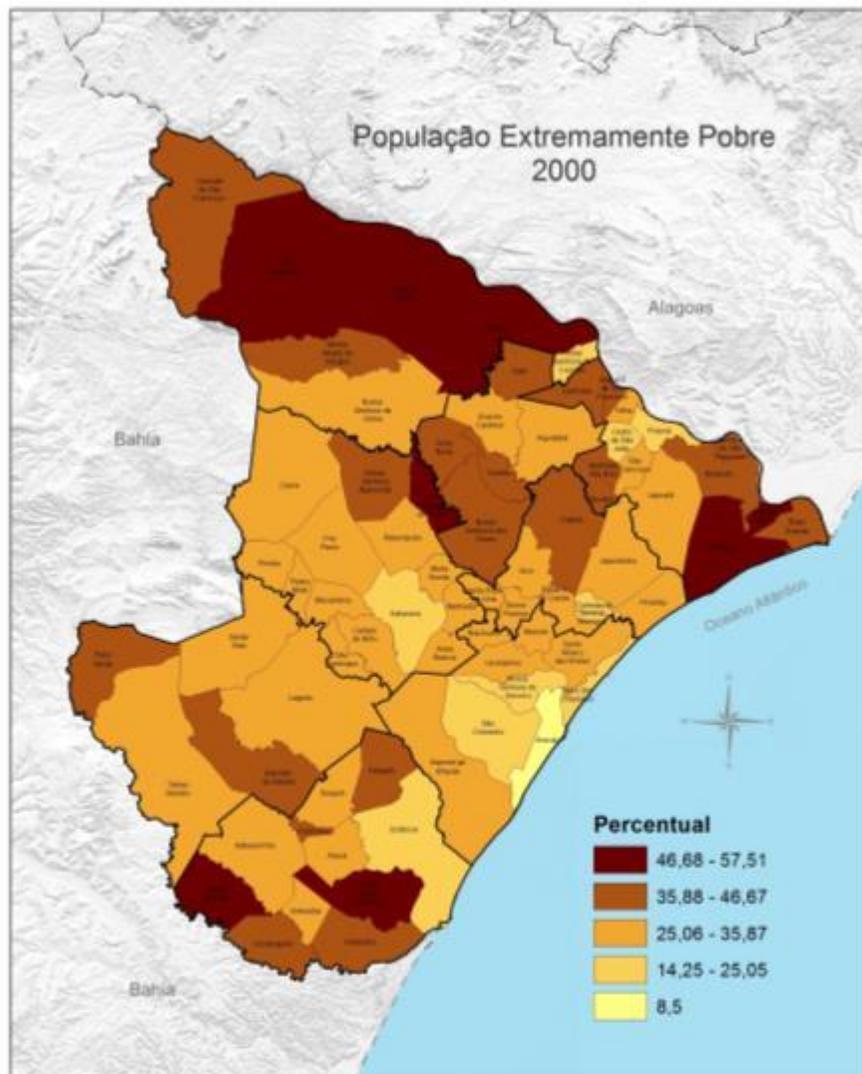
FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2000, 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Trinta municípios sergipanos, em 2000, tinham mais de 35% da população em extrema pobreza, sendo que destacam-se: Pacatuba (57,51%), a nordeste, Poço Redondo (56,11%) e Porto da Folha e Gararu, a noroeste, Ilha das Flores, ao norte, e Tomar do Geru e Santa Luzia do Itanhy ao Sul, todos com percentuais superiores a 47% da população (Figura 16). Por outro lado, trinta e dois outros apresentavam entre um quarto a mais de um terço da população de extremamente pobres, a exemplo de Itabaianinha, Santo Amaro das Brotas, Simão Dias, Siriri e Itaporanga d’Ajuda. Aracaju é o município com menor valor nesse índice (8,5%) de extremamente pobres.

Em 2010, registam-se mudanças significativas entre os municípios, com a redução da proporção de pobres, fruto, em grande parte, das políticas compensatórias. Apenas dois municípios ainda mantêm percentuais acima de um terço da população: Pacatuba (37,31%) e Poço Redondo (36,41), enquanto trinta e quatro municípios tinham entre 14,41% e 24,0% de extremamente pobres, como Nossa Senhora Aparecida, Tomar do Geru, Graccho Cardoso e Poço Verde. Os menos pobres constituem um grupo de trinta e dois municípios, dispersos por todas as áreas do Estado, com destaque para Aracaju e Divina Pastora ao leste, Moita Bonita, Frei Paulo, Itabaiana e Ribeirópolis, no agreste.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 60 km



Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Proporção de extremamente pobres

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

FONTE: PNUD Atlas IDHM 2010, IBGE, Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 16 Proporção de Extremamente Pobres

Ao analisar o comportamento das classes de rendimento nominal per capita entre 2000 e 2010, observou-se que o Brasil aumentou a quantidade de domicílios em que a renda soma até 2 salários mínimos, sendo que, quanto menor a faixa de salário, maior foi a elevação da quantidade de domicílios, destacando as classes de renda até $\frac{1}{2}$ SM que apresentaram aumento 24,74%. Já nas classes de renda acima de 2 SM, o Brasil apresentou redução na proporção de domicílios, apresentando o seguinte comportamento: quanto maior a classe de renda, maior a redução de domicílios nesta classe, a exemplo da classe de renda com mais de 10 SM, que apresentou 9,42% do total dos domicílios em 2000 reduzindo para 1,52% em 2010 (Tabela 6).

Sergipe apresenta um cenário semelhante ao nacional, elevando a proporção de domicílios nas classes com renda mais baixa, especificamente, até $\frac{1}{2}$ SM, com destaque para a classe de até $\frac{1}{4}$ de SM que tinha 1,23% do total de domicílios em 2000, passando a agregar 20,71% de todos os domicílios.

Comparando Sergipe e Brasil, foi possível observar que, nas classes de renda menores (até $\frac{1}{2}$ SM), o estado apresenta maior proporção de domicílios que o Brasil, contudo, nas classes acima de 1 SM, Sergipe perde para o Brasil em proporção de domicílios nestas classes.

Tabela 6
Brasil e Sergipe
Domicílios com Rendimento Nominal Per Capita
2000 – 2010

Classe de Rendimento per capita	BRASIL				SERGIPE			
	2000	(%)	2010	(%)	2000	(%)	2010	(%)
TOTAL	44.795.101		57.324.167		436.735		591.315	
Até 1/4 de salário mínimo	351.299	0,78	5.979.813	10,43	5.374	1,23	122.477	20,71
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	946.803	2,11	9.861.054	17,20	18.571	4,25	144.422	24,42
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	9.621.371	21,48	16.445.089	28,69	161.670	37,02	161.013	27,23
Mais de 1 a 2 salários mínimos	8.680.409	19,38	12.556.453	21,90	88.375	20,24	73.228	12,38
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4.956.305	11,06	4.027.622	7,03	30.912	7,08	23.057	3,90
Mais de 3 a 5 salários mínimos	6.045.671	13,50	3.059.369	5,34	32.824	7,52	19.548	3,31
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5.874.877	13,11	2.069.873	3,61	28.162	6,45	13.329	2,25
Mais de 10 salários mínimos	4.219.355	9,42	874.165	1,52	21.349	4,89	4.721	0,80
Sem rendimento	4.099.011	9,15	2.450.729	4,28	49.498	11,33	29.520	4,99

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2000, 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

3,2 EXCLUSÃO MULTIDIMENSIONAL EM SERGIPE

Para estudar a Exclusão Social, torna-se necessário verificar a condição de cada um dos componentes da mesma, tomando como base a metodologia de Lemos, que define cinco variáveis de privação: de água, de saneamento, de lixo, de educação e de renda.

3.2.1 Privação de Esgotamento Sanitário

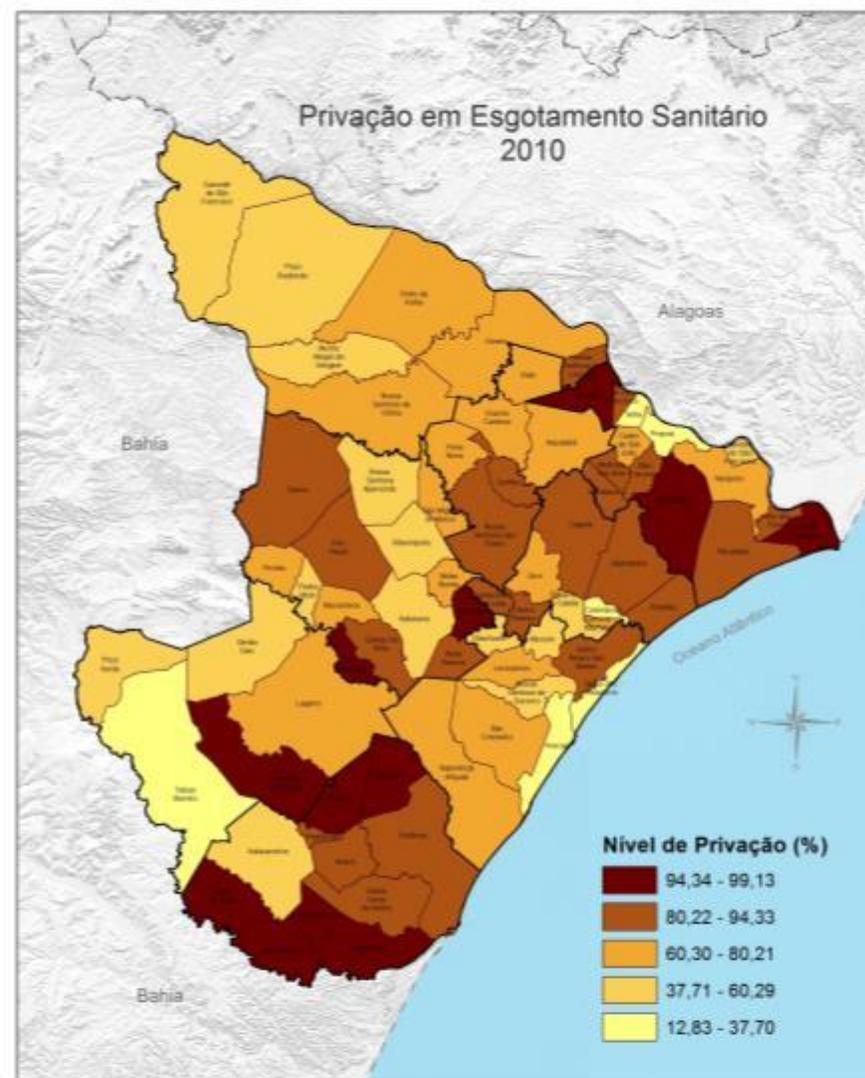
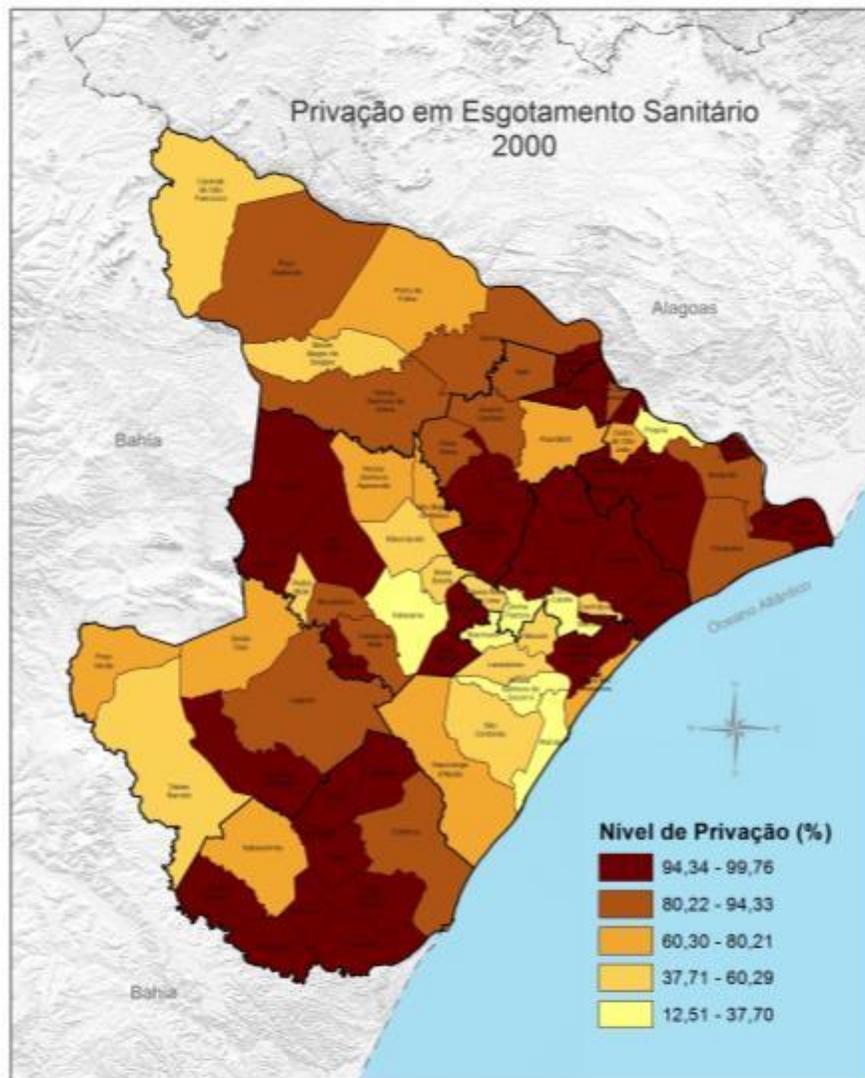
Dentre os serviços de saneamento utilizados para medir a Exclusão Social, a privação de esgoto é aquela que atinge um maior volume de população, se constituindo num grave problema de saúde pública. No Brasil, em 2000, 40% da população tinha

privação desse serviço, reduzindo para 35,46%, em 2010. No mesmo período, Sergipe apresentava condição superior, sendo a carência de 58,46%, em 2000, e reduzindo para 51% da população, em 2010.

A privação em esgoto sanitário está presente em todos os municípios do Estado, sendo que, em 2000, trinta e seis municípios apresentavam privação acima de 94,34% da população, significando que apenas um número reduzido de domicílios tem disponibilidade do serviço, muitas vezes, ligado ao sistema de escoamento pluvial. Estes municípios estão distribuídos por todas as partes do Estado, com destaque para o sul do Estado onde se concentram dez deles, tendo como exemplo Umbaúba com a maior privação, seguido de Santa Luzia do Itanhý, Indiaroba e Riachão do Dantas. Na faixa central destacam-se, Areia Branca, Malhador, Frei Paulo, Pinhão e Carira, enquanto no Nordeste estão Pirambu e Japarutuba, formando uma mancha com outros municípios que se estende até Nossa Senhora das Dores e Cumbe e, por fim, ao norte, às margens do Rio São Francisco, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Telha, Santana de São Francisco e Brejo Grande (Figura 17).

Outros quatorze municípios tinham de 94,3% a 80,22% de privação estando dispersos por todas as partes do Estado, a exemplo de Neópolis, Amparo do São Francisco e Poço Redondo, localizados na parte norte, na faixa central, Campo do Brito, Macambira e Lagarto e ao Sul, Estância. Por outro lado, um grupo de sete municípios apresenta baixa privação em esgoto, formando um cluster na área leste do estado, com destaque para Aracaju, Riachuelo, Nossa Senhora do Socorro, Divina Pastora e Rosário do Catete, enquanto na faixa central destaca-se Itabaiana e, ao norte, Propriá. Em 2010, se observa ligeira redução dessa privação, na maioria dos municípios, entretanto, em doze municípios ainda permanecem percentuais superiores a 94,34%, significando que, praticamente não houve investimentos no setor, no período analisado. Dentre estes municípios destacam-se Indiaroba, Umbaúba, Cristinápolis, Tomar do Geru, no extremo sul, Salgado, Boquim, Riachão do Dantas no Centro Sul, Malhador e São Domingos na faixa central e, ao norte, Japoatã, Brejo Grande e Canhoba. Na faixa central do Estado ocorreu a redução em grande número de municípios, assim como no noroeste, a exemplo de Frei Paulo e Carira, além de todos os municípios do noroeste do Estado, com destaque para Poço Redondo. Os municípios que apresentavam as menores privações foram Aracaju, Carmópolis, Tobias Barreto, Propriá e Telha, sendo que este último reduziu a privação de 99,33% para 30,35% da população, ficando na quarta posição estadual.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

Índice de Privação em Esgoto

Sub-índice que compõe o índice final de Exclusão Social. Proporção dos indivíduos que não tem esgoto sanitário ao ao menos uma fossa séptica no terreno da propriedade. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 17 Privação em Esgotamento Sanitário

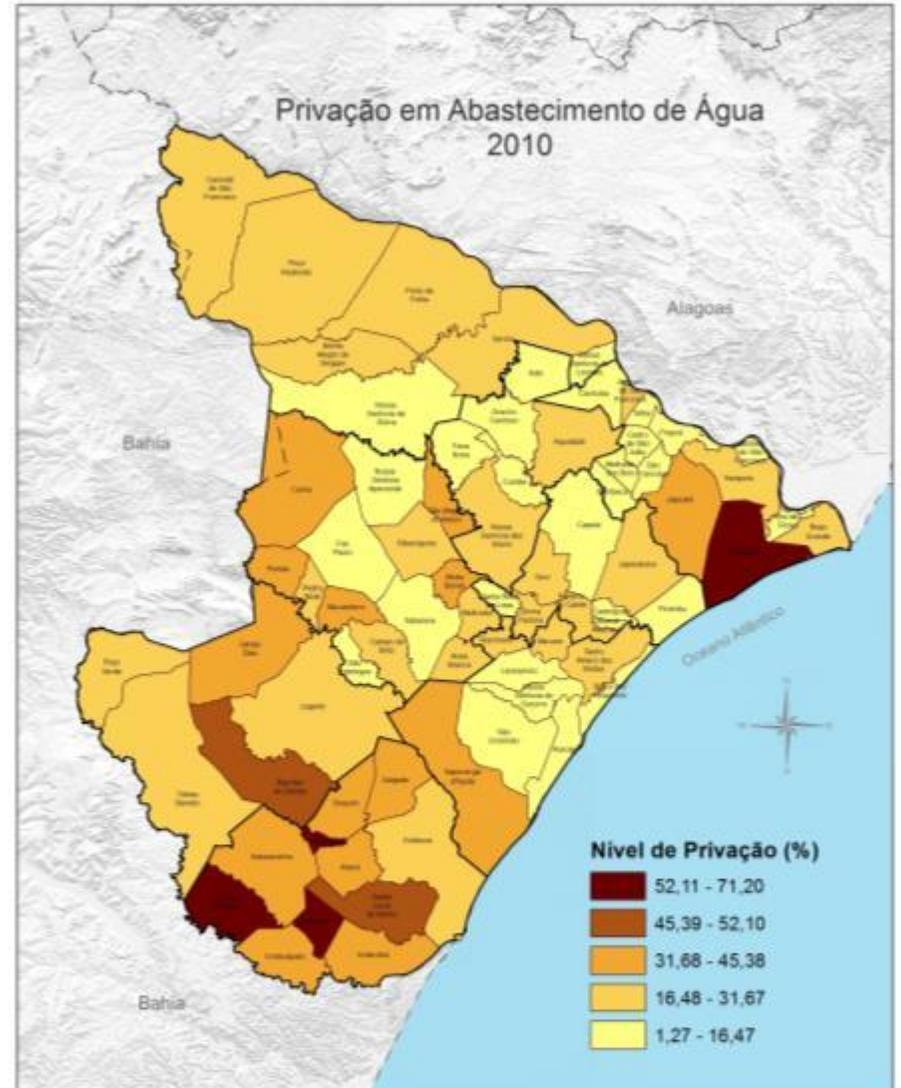
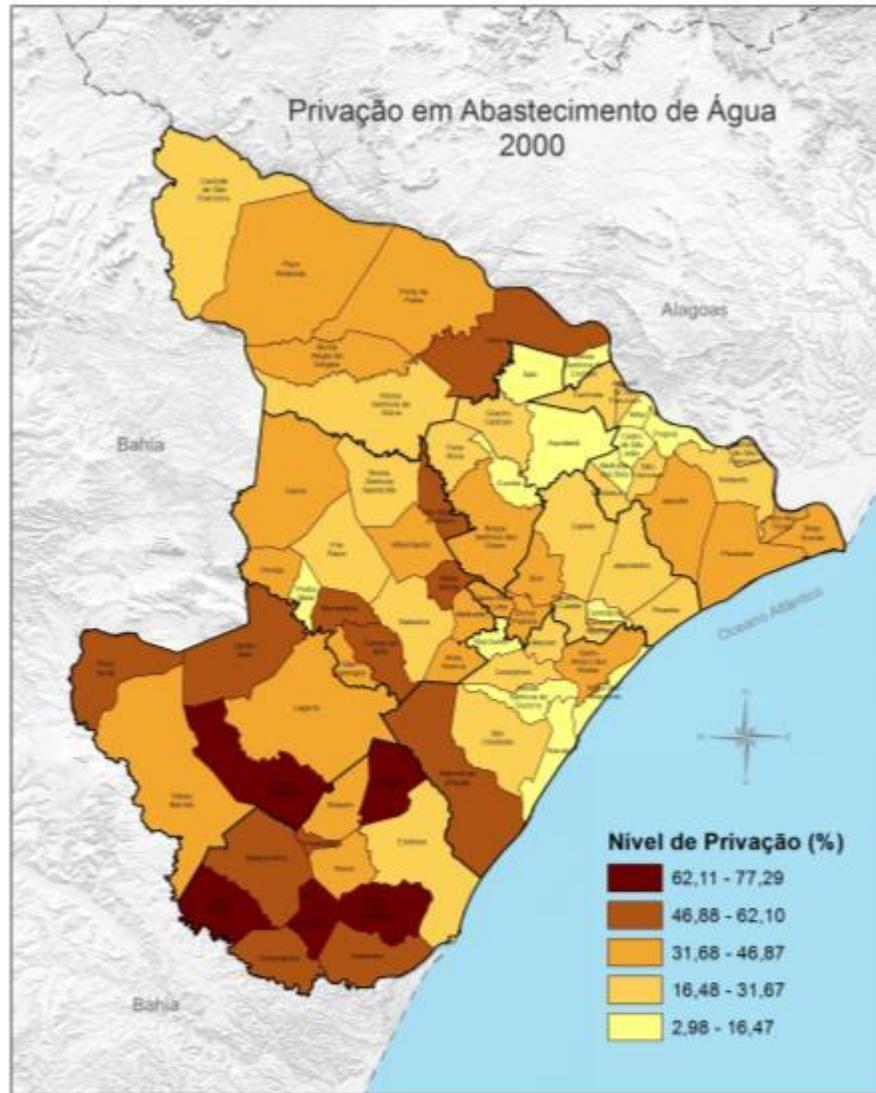
3.2.2 Privação em Água

Em 2000, em Sergipe, 25,57% da população apresentava privação de água, isto é, não eram abastecidas de água tratada através de rede de distribuição, sendo este percentual ligeiramente superior aquele que ocorria no Brasil (24,10%). Na última década, registraram-se melhorias nessa condição, sendo que Sergipe reduz a privação para 17,12% da população, enquanto o Brasil passa para 18,51%.

Todos os municípios sergipanos, em 2000, apresentaram população com privação de água sendo mais acentuada nos municípios de Tomar do Geru, Umbaúba, Santa Luzia do Itanhy, Riachão do Dantas e Salgado, situados no Centro Sul, e, ao norte, Gararu. Por outro lado, em posição inversa Aracaju, Carmópolis, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, ao leste, apresentaram as menores privações, assim como Telha, Propriá, Aquidabã, Cumbe, Malhada dos Bois, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes e Cedro de São João, localizados ao norte (Figura 18).

Em 2010, ocorreu uma melhoria substancial dessa situação com a redução do número de pessoas que passam pela privação de água, na maioria dos municípios sergipanos. Entretanto, em seis municípios a privação de água ainda atinge mais de 50% da população: Santa Luzia do Itanhy, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Tomar do Geru, Umbaúba, situados ao sul, e Pacatuba, no nordeste do Estado. Estes municípios ainda se mantêm entre aqueles de maior privação, embora tenham apresentado redução significativa. Trinta municípios dispersos pelo leste, centro e norte do Estado apresentam as menores privações, isto é correspondendo a menos de 16,48% da população, Dentre esses destacam-se Carmópolis, Aracaju, São Domingos, Cedro de São João, Nossa Senhora do Socorro, Malhada dos Bois, Propriá, Itabi, entre outros.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

Índice de Privação em Água

Sub-índice que compõe o índice final de Exclusão Social. Proporção dos indivíduos que não tem água tratada em pelo menos no terreno da propriedade. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 18 Privação em Abastecimento de Água

3.2.3 Privação de Coleta de Lixo

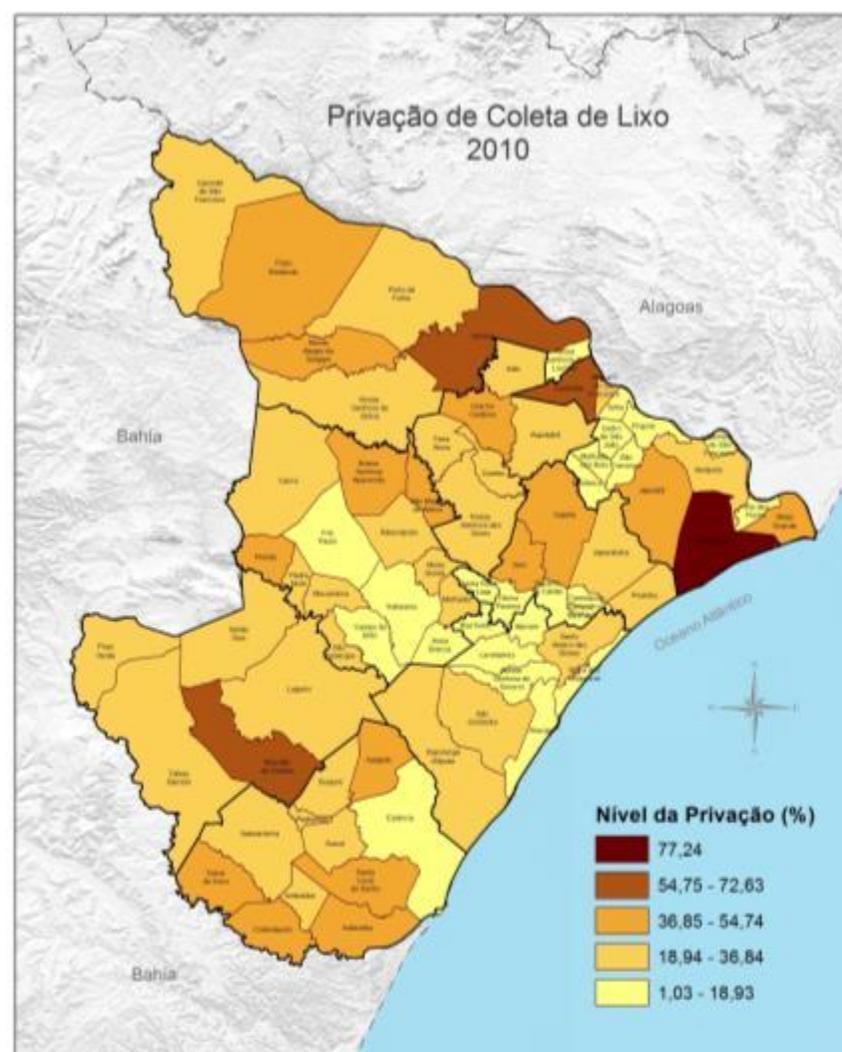
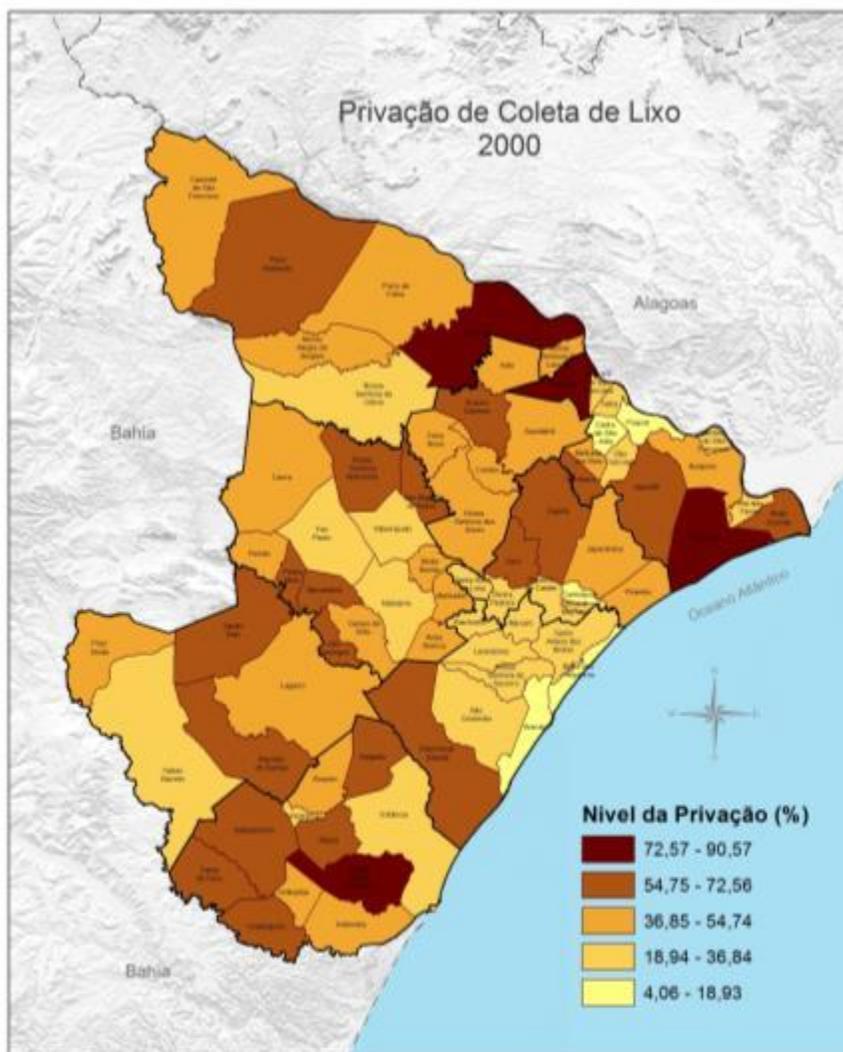
A privação de coleta de lixo, em 2000, no Brasil era de 23,58% da população reduzindo para 14,16%, em 2010. Sergipe, em 2000, apresentava 31,88% de população com essa privação e seguiu a tendência brasileira de redução, embora em patamares mais elevados, passando para 17,90%, em 2010. Na última década, registraram-se melhorias nessa condição, sendo que todos os municípios sergipanos apresentaram redução dessa privação, sem, contudo, erradicar o problema que ainda é intenso, sobretudo com relação à disposição e o tratamento dos resíduos.

A privação de coleta de lixo se faz presente em todos os municípios do Estado, sendo que, no ano 2000, vinte e cinco municípios apresentaram privação acima de 54% da população, uma vez que a mesma não dispunha do serviço de coleta de lixo por empresa e nem por caçamba. Dentre estes, Santa Luzia do Itanhhy ao sul, Pacatuba, ao nordeste e Gararu e Canhoba ao norte, apresentaram os mais elevados índices, variando de 72,57% a 90,57% de pessoas com essa privação (Figura 19). Por outro lado, dois grupos de municípios se destacam por apresentar os mais baixos índices de privação: o primeiro deles, constituído por cinco municípios, está distribuído espacialmente pelo leste, com a presença de Aracaju, Barra dos Coqueiros e Carmópolis, e no norte, representado por Propriá e Cedro de São João. O segundo deles, com a participação de 23 municípios que formam manchas espaciais sendo uma delas nas vizinhanças de Aracaju, alcançando até Santa Rosa de Lima; uma segunda mancha mais para o centro composta por Itabaiana, Ribeirópolis e Frei Paulo e, ao norte, no entorno de Propriá, estão São Francisco, Telha e Amparo do São Francisco. De forma dispersa, ainda aparecem Estância, Pedrinhas e Tobias Barreto ao sul, e Nossa Senhora da Glória, ao noroeste.

Em 2010, registrou-se melhoria nesta privação em todos os municípios. Diferente da década anterior, 25 municípios apresentaram menores níveis de privação, isto é, até 18,9%, sendo que estão distribuídos em duas manchas. Uma delas, situada ao leste, acompanhando a faixa central, desde Aracaju e Barra dos Coqueiros até Frei Paulo; a outra, desde Muribeca até Propriá. Além desses municípios, Estância, situada ao sul, e Ilha das Flores, Santana de São Francisco e Nossa Senhora de Lourdes, ao norte, também apresenta baixa privação. Entretanto, mesmo registrando-se redução da privação, nove municípios ainda apresentam privação superior a 50% da população,

com destaque para Pacatuba, situado no nordeste, Gararu e Canhoba, além de Riachão do Dantas, ao sul.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 km

Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

Índice de Privação em Lixo

Sub-índice que compõe o índice final de Exclusão Social. Proporção dos indivíduos que não tem lixo coletado. O universo compreende os domicílios particulares permanentes.

FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 19 Privação de Coleta de Lixo

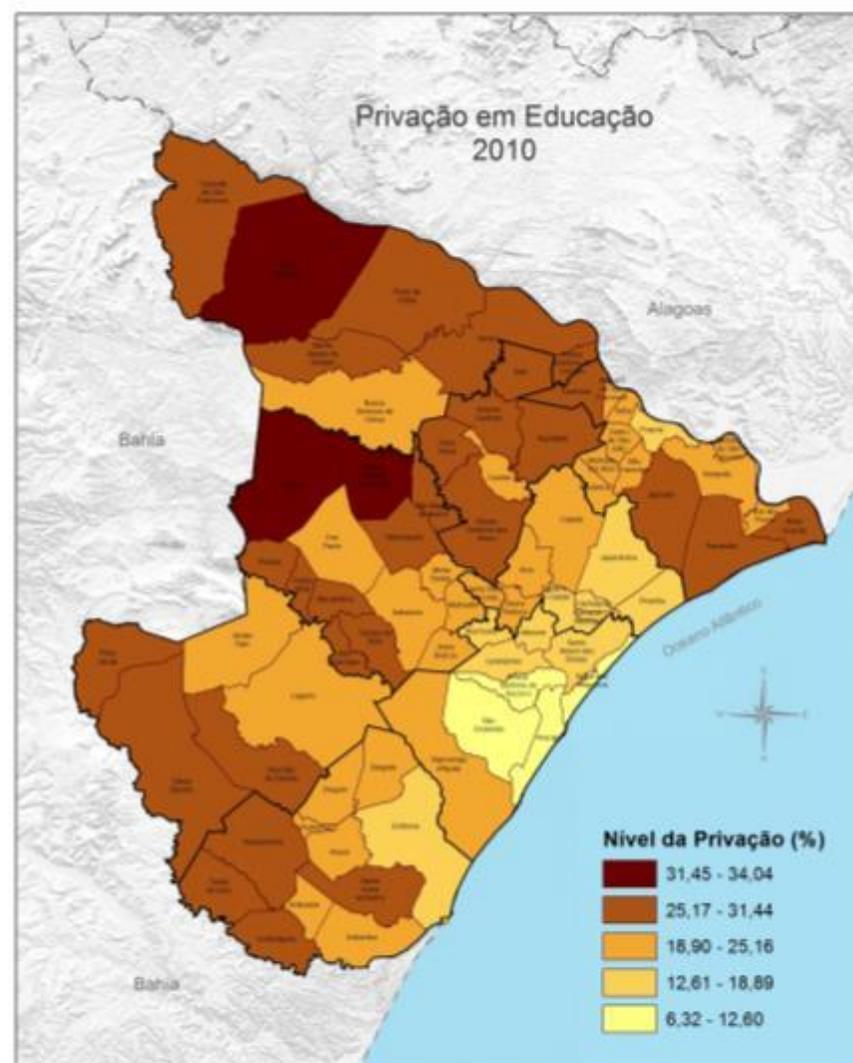
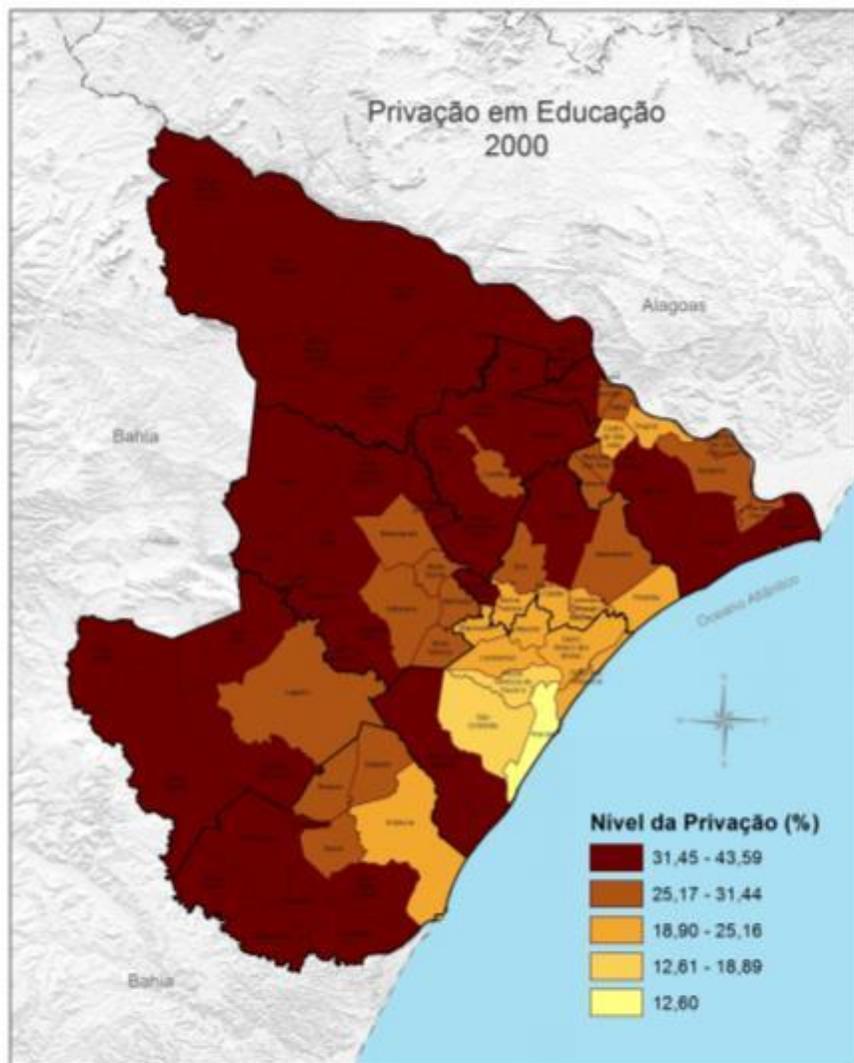
3.2.4 Privação em Educação

A privação em educação, no Brasil, para o ano 2000, era de 12,82% da população reduzindo para 9%, em 2010. Sergipe, em 2000, apresentava 23,54% da população com essa privação, sendo superior à condição brasileira. Seguindo a tendência nacional, em 2010, reduziu para 16,98% da população. Nesse período de melhoria, houve um grande investimento por parte dos governos estadual e federal na ampliação escolas técnicas, profissionalizantes e multiplicação de campos universitários de universidades públicas e particulares no Estado.

Das cinco dimensões adotadas por Lemos, a privação em educação foi a que apresentou menor intensidade nos municípios sergipanos, entretanto, a situação ainda é merecedora de atenção das políticas públicas uma vez que, no ano 2000, quarenta municípios apresentavam privação de mais de um terço da sua população. Dentre os municípios com maior privação destacam todos aqueles que fazem parte do oeste, norte, assim como do sul do Estado, com destaque para Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Carira e Nossa Senhora Aparecida, a noroeste, Santa Luzia do Itanhý e Riachão do Dantas ao sul. Na parte leste ocorre uma área de menor privação compreendida entre os municípios de Pirambu a Riachuelo. São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro apresentam privação inferior a 20% da população, enquanto Aracaju apresentava a menor situação com apenas 9,48% da população privada de educação, com posição superior ao Estado e ao Brasil (Figura 20).

Em 2010, o nível de privação reduziu em todos os municípios, sendo que apenas três municípios apresentaram privação superior a 31,45% da população: Nossa Senhora Aparecida e Carira no oeste e Poço Redondo a noroeste. Por outro lado, três municípios limítrofes a Aracaju, (Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão), somados ao mesmo, passaram a compor o grupo de menor privação. Como na década anterior, Aracaju se mantém em posição superior a Sergipe e ao Brasil.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 km

Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

Índice de Privação em Educação

Sub-índice que compõe o índice final de Exclusão Social. Proporção dos indivíduos não alfabetizados. O universo de indivíduos é limitado àqueles de 10 anos ou mais e que vivem em domicílios particulares permanentes.

FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

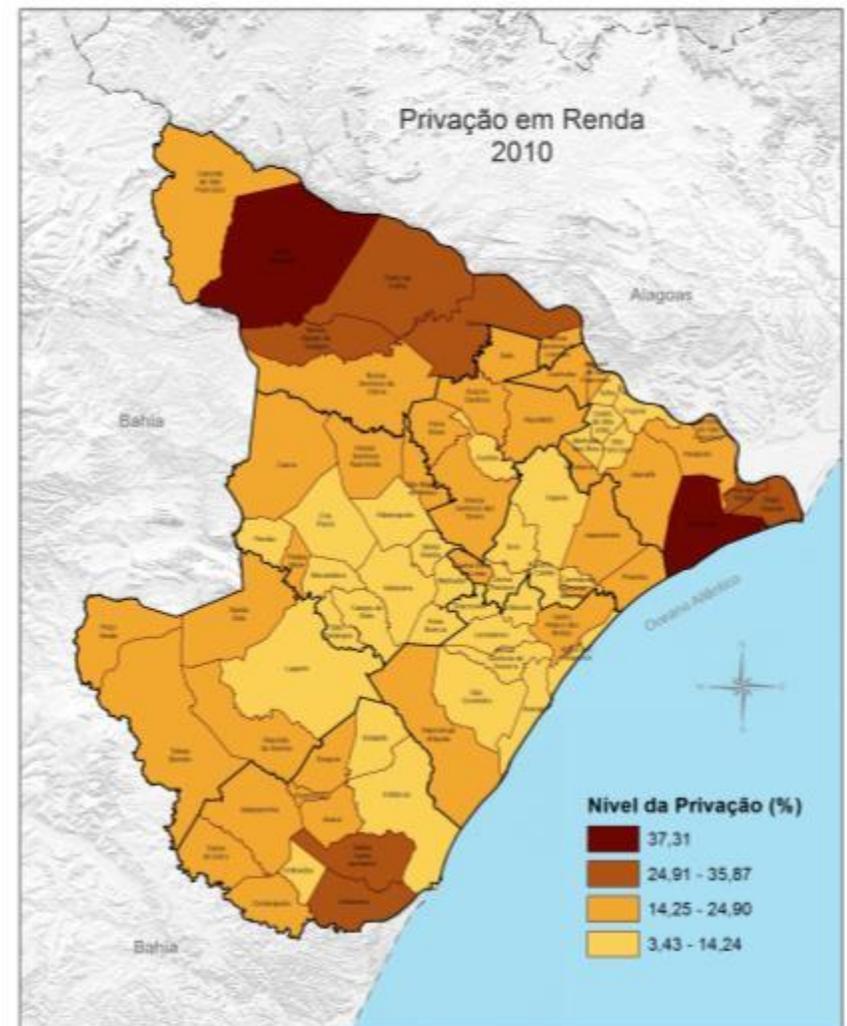
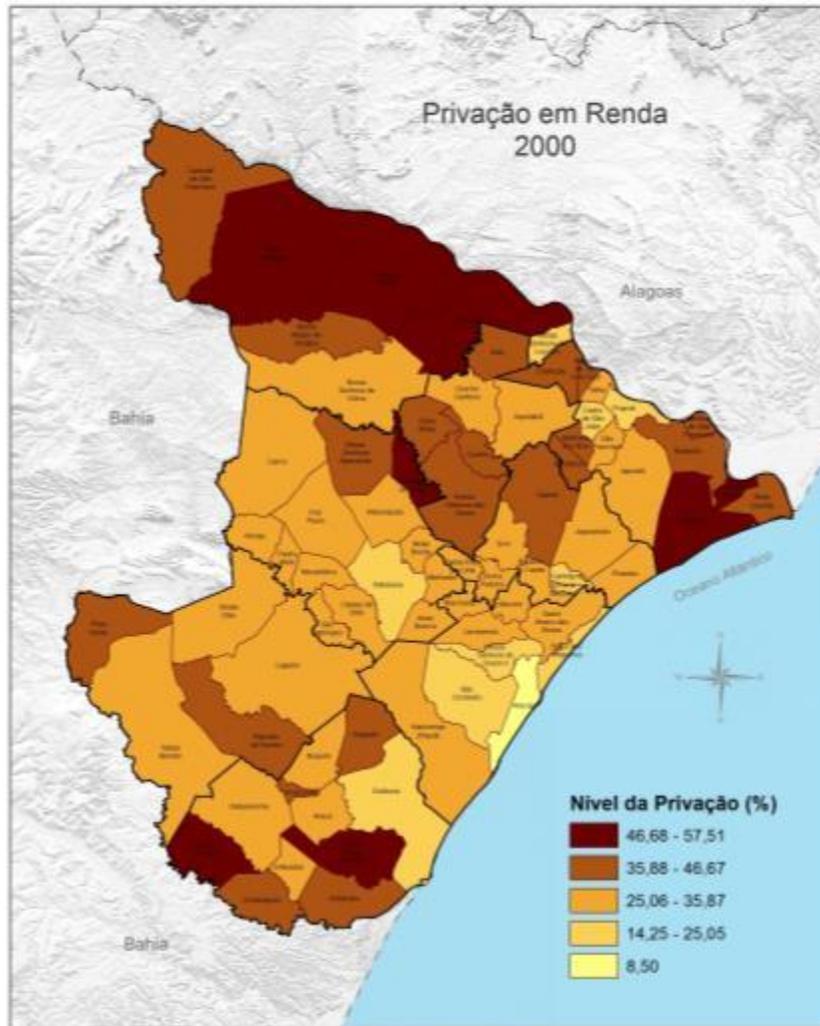
Figura 20 Privação em Educação

3.2.5 Privação de Renda

Em 2000, Sergipe tinha 24,52% de pessoas de 10 anos e mais com privação de renda, isto é, com renda mensal inferior R\$ 70,00 (setenta reais), enquanto o Brasil, tinha privação menor, com 16,74% nessa situação. Em 2010, como o Brasil (9,25%), Sergipe também reduz a privação de renda, passando para 11,7% da população. Entretanto, embora apresentando privação de renda ligeiramente superior ao Brasil, no período, Sergipe obteve redução mais significativa (52,28%) que o mesmo (44,72%).

A privação de renda está presente em todo o estado, sendo que é menos intensa em Aracaju, com apenas 8,50% da população, em 2000. Nove municípios apresentaram mais intensa com até 57,51% da população, sendo que deste grupo se destacam Tomar do Geru e Santa Luzia do Itanhy ao sul, Poço Redondo, Porto da Folha e São Miguel do Aleixo a noroeste, e a nordeste, Ilha das Flores e Pacatuba, sendo que este último apresentou a maior privação (Figura 21).

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 km



Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Índice de Privação em Renda

Sub-índice que compõe o índice final de Exclusão Social. Proporção dos indivíduos com renda mensal inferior a R\$70,00. O universo compreende os domicílios particulares permanentes.

FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 21 Privação em Renda

3.2.6 Exclusão Social

A exclusão social é decorrente dos níveis de privação dos serviços públicos essenciais e da renda. Assim, segundo os estudos de Lemos (2002), em todos os municípios brasileiros ocorre a exclusão social, havendo níveis diferenciados, a partir das peculiaridades locais.

Em 2000, Sergipe tinha 29,14% de pessoas com exclusão social, enquanto o Brasil, apresentava menor exclusão, isto é, 19,97% das pessoas. Em 2010, registrou-se redução da exclusão social tanto para o Brasil, quanto para Sergipe, sendo, 14,18% e 19,89% da população, respectivamente. Apesar de Sergipe ter permanecido ainda com exclusão mais elevada que a nacional, o mesmo apresentou maior variação negativa, ou seja, obteve maior redução da exclusão. A exemplo do que ocorre no Brasil, os municípios sergipanos apresentaram níveis de privação, em todas as dimensões, indicando que todos eles têm exclusão social em algum nível.

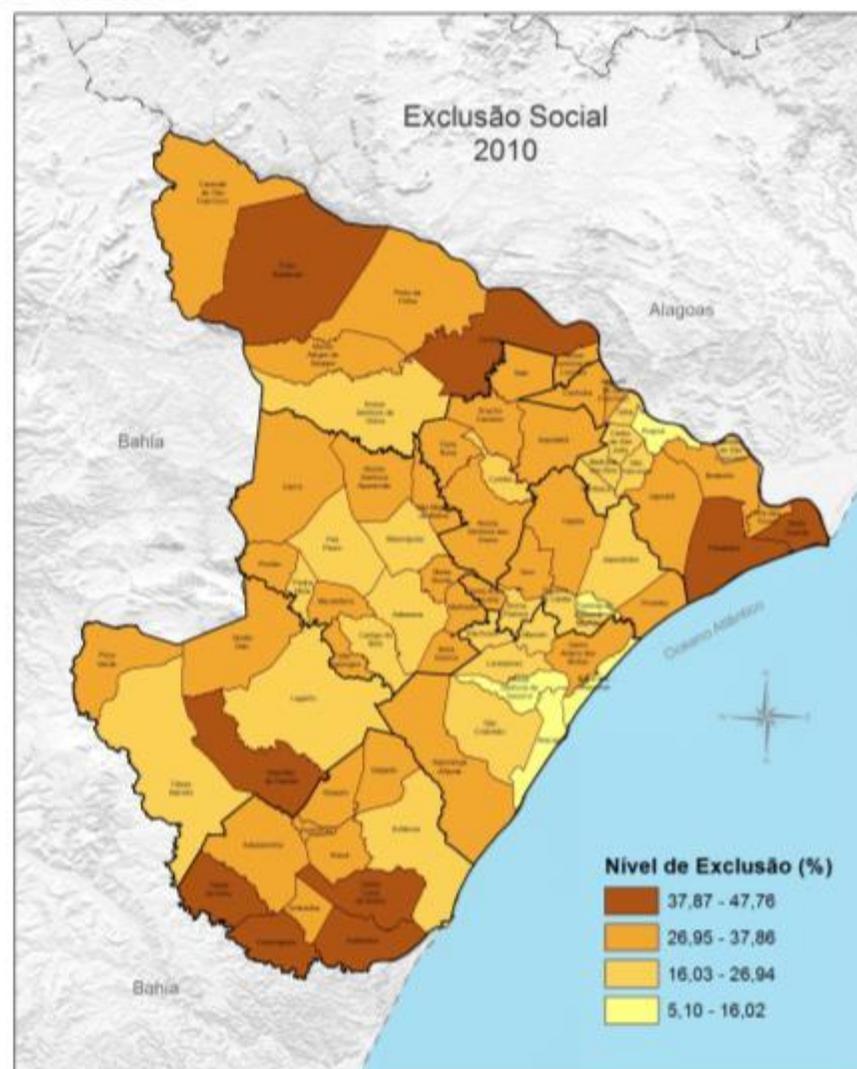
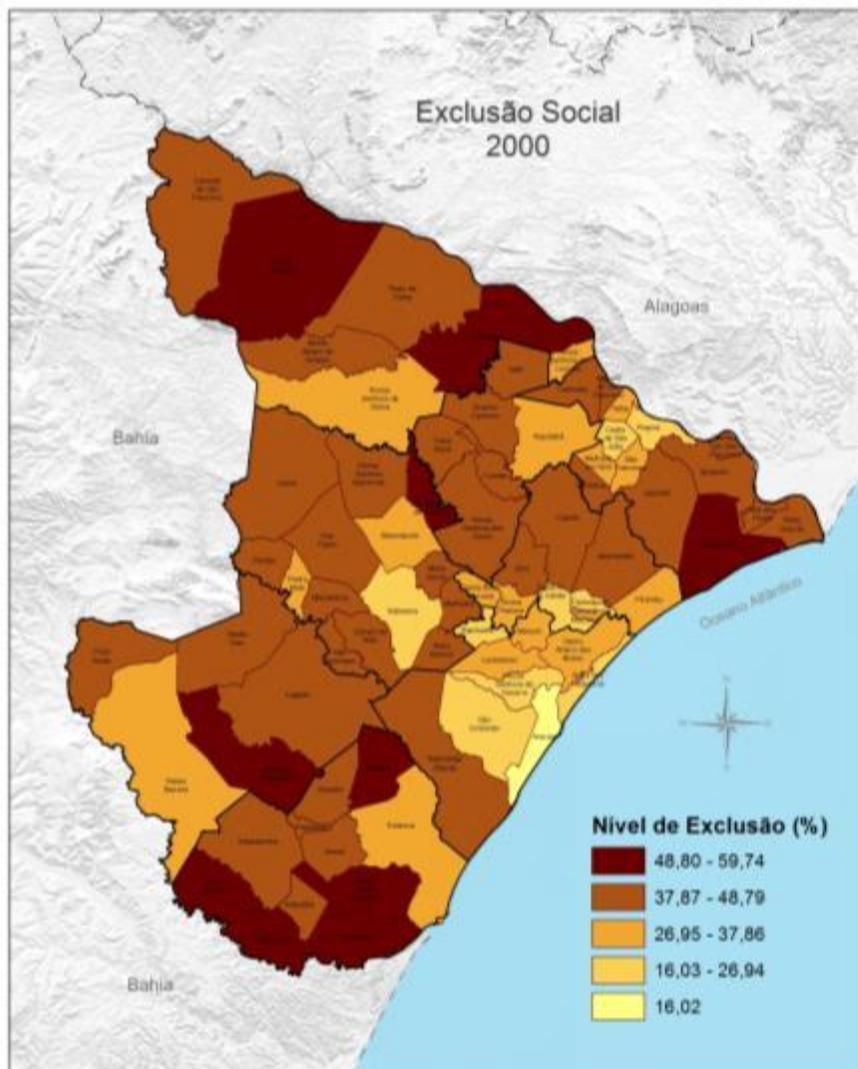
Os municípios que apresentaram exclusão social superior a 50% da população, em 2000, eram Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru, Riachão do Dantas, Indiaroba, Cristinápolis e Salgado, ao Sul, e, ao norte, Pacatuba, São Miguel do Aleixo, Gararu e Poço Redondo. Por outro lado, dispersos por todo o território sergipano, trinta e seis municípios apresentavam mais de um terço da população excluída, com destaque para Canindé de São Francisco, Porto da Folha, Capela, Carira, Campo do Brito, Lagarto, Poço Verde, Umbaúba, entre outros. Aracaju contava com a menor taxa de exclusão do estado, com 16,02% da população (Figura 22).

Em 2010, ocorreu redução significativa da exclusão social em todos os municípios, sendo que aqueles que apresentaram maior exclusão continuam fazendo parte do mesmo grupo do ano 2000: Tomar do Geru, Santa Luzia do Itanhy, Cristinápolis, Indiaroba e Riachão do Dantas, ao sul e Poço Redondo, Gararu, Pacatuba e Brejo Grande, ao norte.

Por outro, lado, cinco municípios apresentaram situação inferior àquela existente na capital, em 2000, todos eles numa posição menor do que à apresentada pelo Brasil, em 2010. Estes municípios estão situados no entorno da capital, Aracaju, como é o caso de Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, de Carmópolis, ao leste, e de Propriá, ao norte.

Analisando a variação relativa para o período, constata-se que sete municípios apresentaram redução superior a 40% da exclusão: Carmópolis, Telha, Santana de São Francisco, Barra dos Coqueiros, Aracaju, General Maynard e Muribeca, enquanto apenas cinco deles tiveram redução inferior a 20%: Boquim, Rosário do Catete, Riachuelo, Graccho Cardoso e Pacatuba. Essa redução significativa da exclusão social, em grande parte, é fruto das políticas de transferência de renda e dos investimentos em educação.

ESTADO DE SERGIPE



ESCALA 1:1.400.000

0 10 20 40 km

Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Índice de Exclusão Social

Índice composto pela média ponderada dos sub-índices: Privação em Água, Privação em Esgoto, Privação em Lixo, Privação em Educação e Privação em Renda. O universo compreende os domicílios particulares permanentes.

FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 22 Exclusão Social

3.3 COMPOSIÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA EXCLUSÃO

Uma análise do aspecto multidimensional da exclusão social, possibilita a visualização de diferentes condições e composições sociais a partir das privações. Quando comparados Sergipe e Brasil, observa-se que este último apresenta valores menores em relação ao estado em níveis de privações e exclusão social nos dois períodos de análise. Entretanto, apresentam semelhanças na composição da exclusão, mas com diferença na dimensão esgotamento sanitário que se destaca por apresenta elevado valor de privação, em Sergipe (Figura 23).

Por outro lado, os municípios com menor índice de exclusão apresentam uma composição multidimensional semelhante entre si, mas diferente daquela condição observada em Sergipe e no Brasil. Tal diferença ocorre principalmente pela dimensão Água que apresentou valores de privação extremamente baixos. Nota-se nesses municípios a grande redução da privação na dimensão Lixo e Esgoto, com exceção de Aracaju que apresentou baixa redução em todas as dimensões, visto que já obtinha os menores índices de privações. Nossa Senhora do Socorro, também com menores privações, aumentou a privação na dimensão esgoto, indicando a ocorrência de crescimento populacional em áreas sem a oferta do serviço (Figura 23).

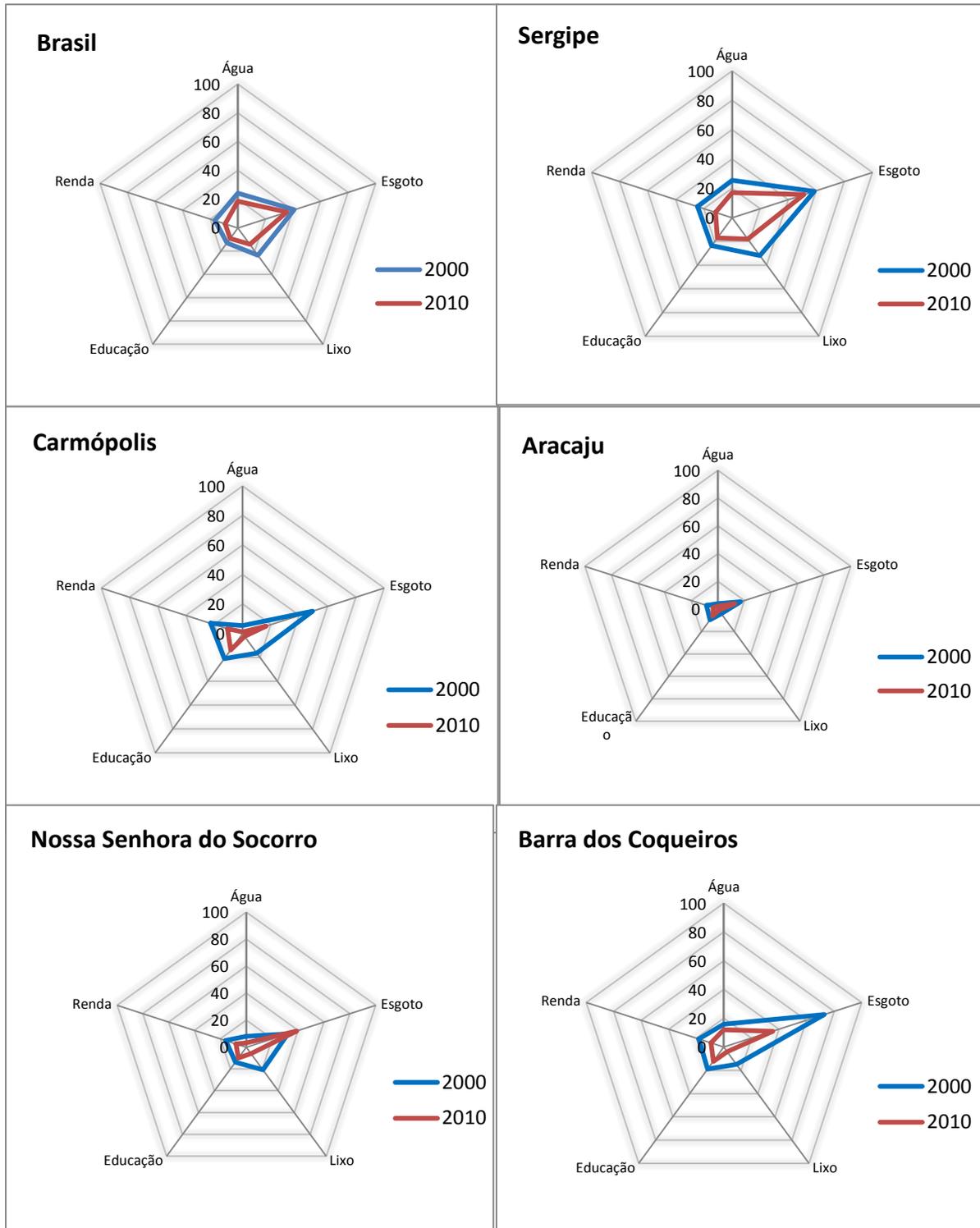
Quanto aos municípios que apresentam maiores níveis de exclusão, se observa bastante semelhança com a composição da exclusão nacional e a estadual, embora em níveis mais acentuados, mas, mantendo a privação em Esgoto acentuada. Aliás, a ausência do Esgoto se destaca de forma bastante severa, sobretudo em Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhy, Pacatuba e Cristinápolis que continham, praticamente, toda a população privada no ano 2000, sendo a redução insignificante, em 2010, com exceção de Santa Luzia do Itanhy. Pacatuba se diferencia dos demais por apresentar aumento na privação em Água e reduzir ligeiramente a privação em Lixo (Figura 24).

Em quatro municípios foram observados padrões diferenciados de exclusão social: Telha e Santana de São Francisco reduziram significativamente a privação de esgoto e de lixo, enquanto Aquidabã acentuou a privação de água e, por fim, Rosário do Catete intensificou a privação em esgoto e de água, sendo que esta última, em menor intensidade (Figura 25).

Mesmo constatando a existência de padrões de composição da exclusão diferenciados para municípios mais e menos excluídos, foi importante também observar o inverso, municípios com níveis diferentes de exclusão mas com padrões semelhantes,

assim como, municípios com o mesmo índice de exclusão, mas resultante de uma composição diferente. Por exemplo, Aracaju e Santana do São Francisco apresentaram níveis de exclusão discrepantes, respectivamente 8,59% e 38,38%, em 2000, mas comungam da mesma composição da exclusão, assim como Cristinápolis que apresenta um padrão muito semelhante ao do Brasil, mas em níveis bem distintos (Figura 26). Outra situação para exemplificar é a comparação entre Carmópolis e Rosário do Catete que apresentam níveis de exclusão praticamente iguais, 21,55% e 21,42%, em 2000, mas com composição diferente, mostrando mudanças nas dimensões água, lixo e esgoto. O município de Rosário do Catete exibiu, em 2010, uma composição do seu índice exclusão diferente da constatada a uma década atrás, com mudança proveniente da elevação da privação em esgotamento sanitário, uma situação inesperada (Figura 27).

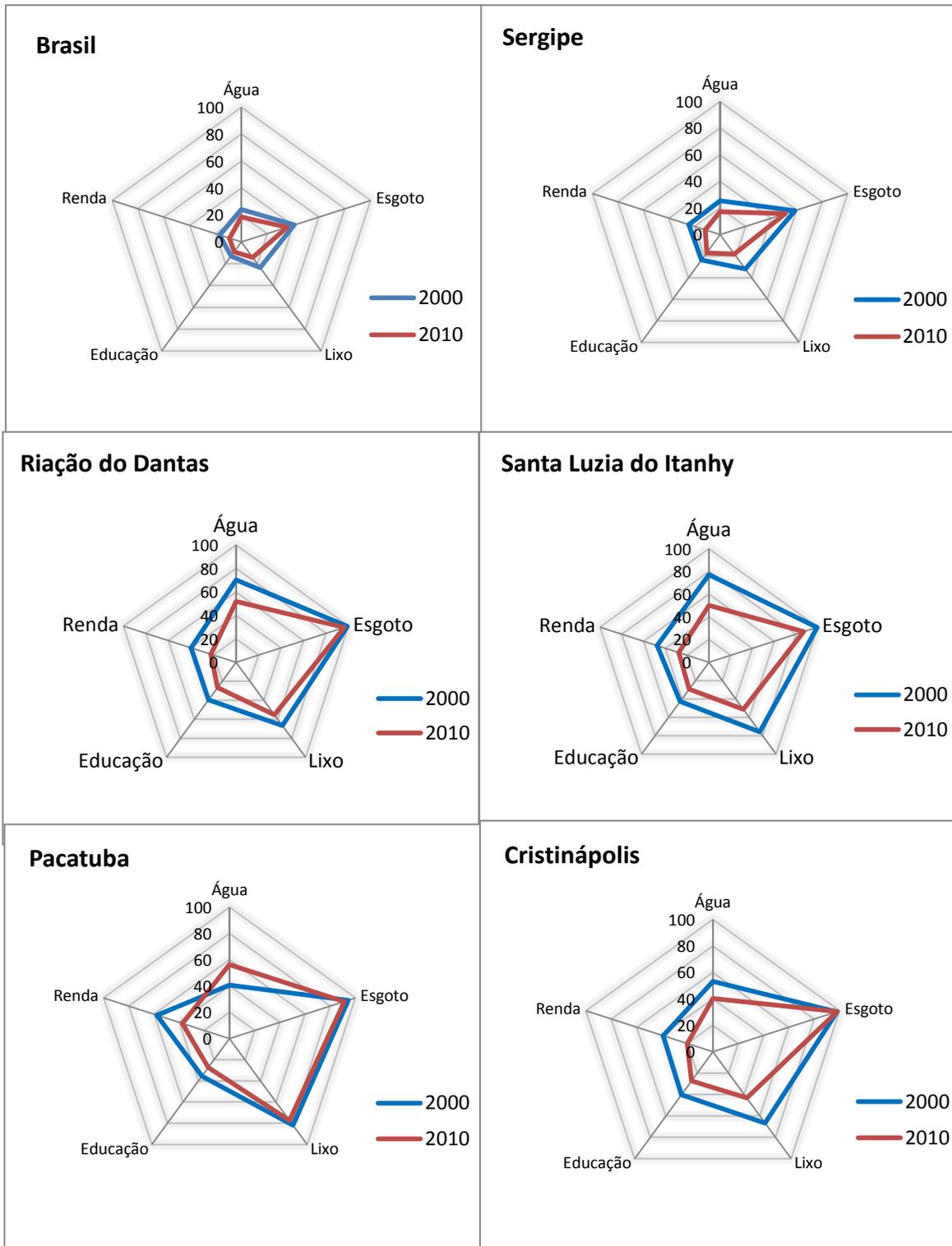
Figura 12
 Composição Multidimensional da Exclusão -
 Municípios com menor Exclusão Social em 2010



FONTE: IBGE, 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

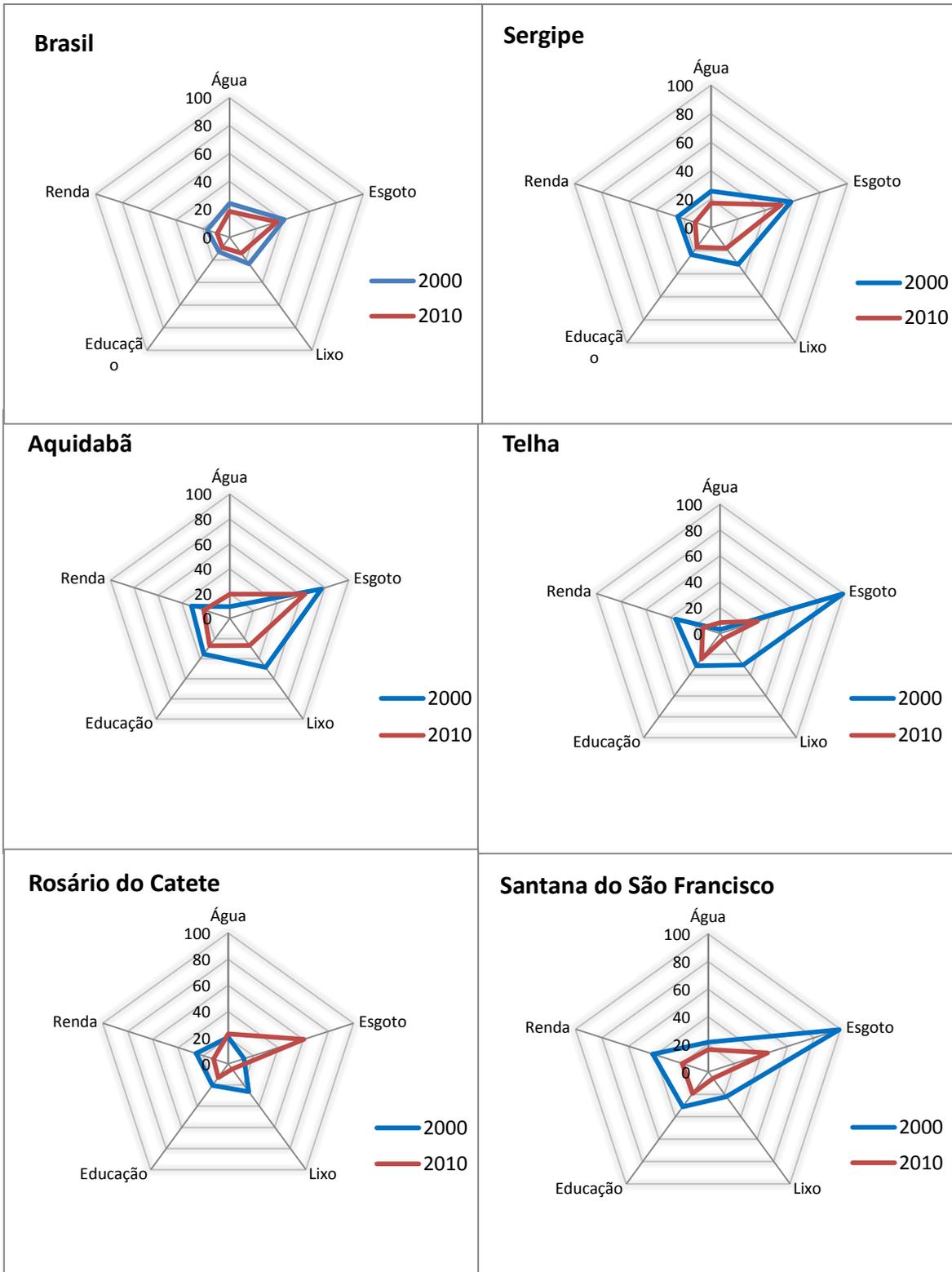
Figura 13
Composição Multidimensional da Exclusão –
Municípios com maior exclusão em 2010



FONTE: IBGE,2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

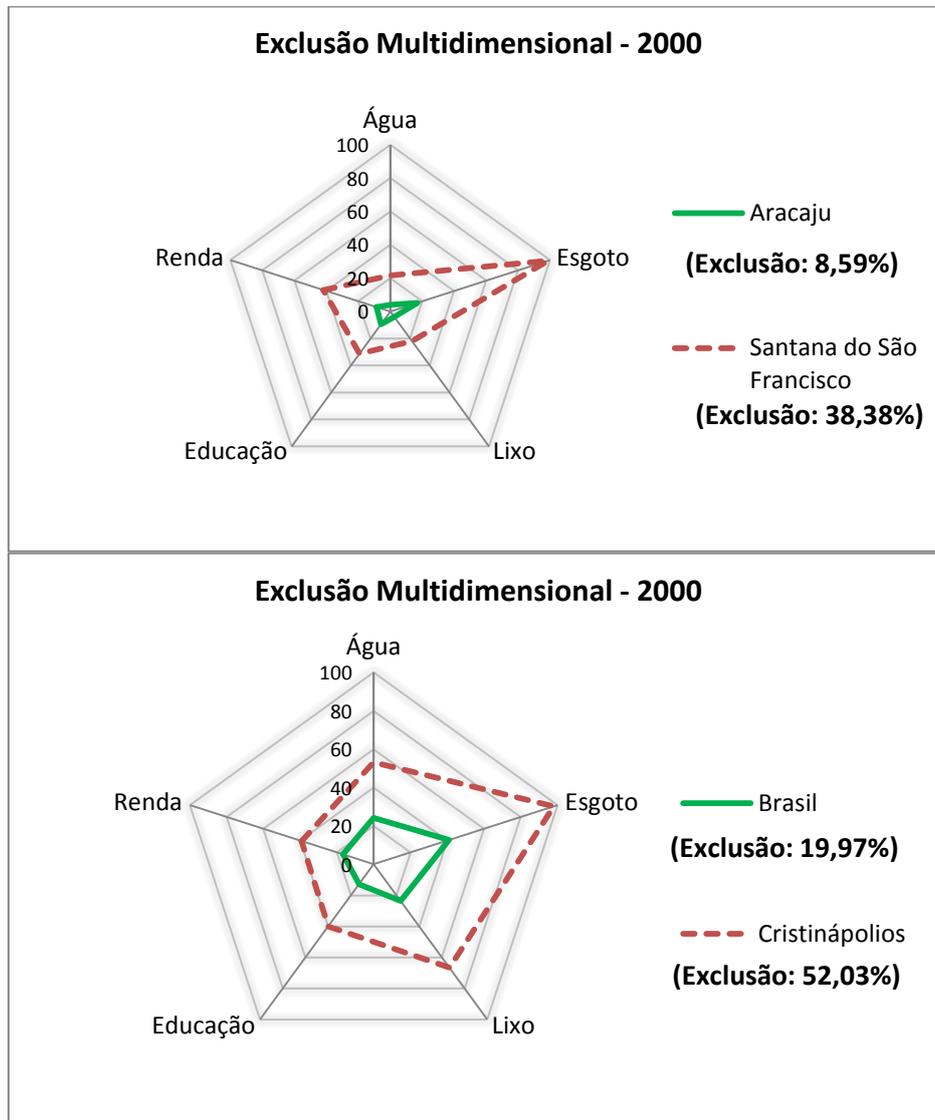
Figura 14
Composição Multidimensional da Exclusão –
Municípios com maior variação



FONTE: IBGE,2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

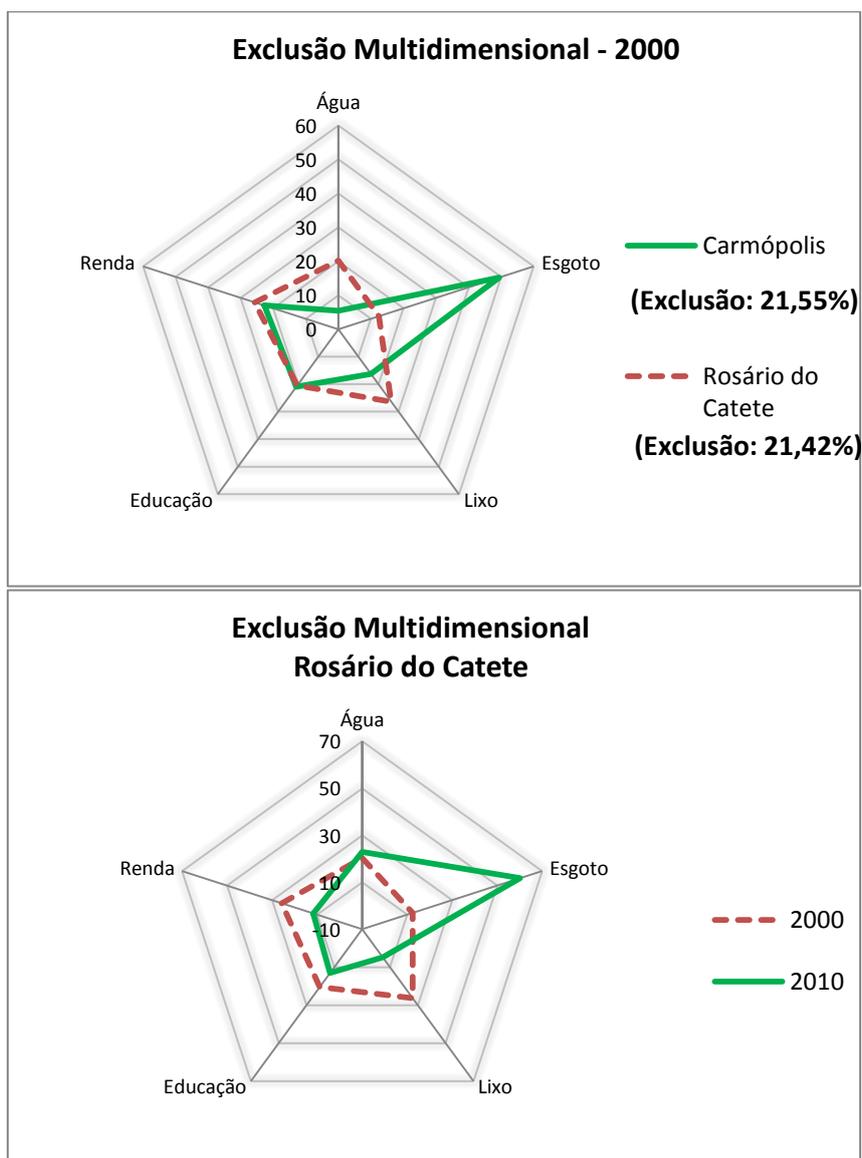
Figura 15
Semelhança na composição da Exclusão



FONTE: IBGE,2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 16
Diferença na composição da Exclusão



FONTE: IBGE, 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

O comportamento dos dados nas dimensões água e lixo indica que os municípios de menor exclusão social e, conseqüentemente, mais desenvolvidos, por se tratar de municípios populosos com grande perímetro urbano, somado ao fato de conter a população com maior nível de renda e instrução do estado, gera grande demanda ou até mesmo exigência por serviços públicos de qualidade, principalmente água tratada e limpeza urbana. Nesses municípios, a persistência da privação em esgotamento sanitário, é grave, mesmo apresentando níveis de exclusão abaixo da média nacional.

Por se tratar de um tema bastante complexo, atribuir a um número a representação da exclusão em um município se faz útil para comparações de vizinhança, regionais e internacionais, porém, não convém usá-lo como único parâmetro para tomada de decisões e criação de políticas e projetos de combate à exclusão. Torna-se mais eficiente mensurar quais dimensões da exclusão merecem maior atenção em cada município, ou seja, verificar quais privações tem maior contribuição para a exclusão, indicando ainda, em qual aspecto social a população mais sofre, além de visualizar e mensurar quais carências foram superadas em um determinado período. Da mesma forma, se faz justo e útil, analisar as mudanças no cenário social do estado e em cada município para agir de forma focalizada e eficaz sobre problema.

4. EXCLUSÃO, DESIGUALDADE E JUSTIÇA ESPACIAL EM SERGIPE

As desigualdades sociais são características marcantes que se fazem presentes em diversos países do mundo e que marcam as cidades brasileiras, sendo uma condição bastante evidenciada de forma internacional.

No Brasil, um grande vazio separa os mais ricos dos mais pobres. Segundo Tereza Fari, 10% dos mais ricos ganham 40 vezes mais que os 10% mais pobres. A partir da divisão e diferenciação do espaço, as desigualdades sociais se concretizam nas cidades, visto que existem diferenças sociais, simbólicas, físicas e ambientais (FARI, 2013).

Questões como: o direito à cidade e o direito à moradia se constituem num desafio não alcançado por grande parte da população necessitada. Estas disparidades sócio econômicas geram dualidades, a exemplo de centro X periferia, se tratando de uma análise urbana, ou de polos regionais com maior e menor desenvolvimento, influenciando positiva ou negativamente na configuração espacial das cidades (FARI, 2013). Áreas em que há maior oferta de serviços urbanos públicos e privados são ocupadas por pessoas de renda mais elevada, enquanto aquelas mais carentes irão ocupar áreas distantes e desprovidas de serviços. Estudos de Roncayolo (1990) mostram que as diferenças entre grupos sociais são percebidas claramente ao constatar que há uma influência direta da renda na escolha do local de residência.

Estudos sobre desigualdades e segregação urbana são referência, tais como, o modelo de setores (Hoyt, 1939), o modelo de núcleos múltiplos (Harris e Ullman, 1945), entre outros. Santos (1994) explica que as relações entre sociedade e espaço, principalmente sobre a questão da divisão social, são complexas e apresentam variações no tempo e no espaço, exigindo um permanente esforço de reflexão.

Harvey (1973) define as diferentes formas de segregação espacial nas cidades capitalistas e no seu estudo *A Justiça Social e a Cidade* faz relação entre justiça social e a geografia, assim se expressando:

“Questões de justiça social teriam alguma importância na aplicação de princípios espaciais e geográficos ao planejamento urbano e regional (Pág. 1). (...) A distinção entre processos sociais e forma espacial é sempre considerada mais como artificial do que real (pág. 2). (...) As formas espaciais são então vistas não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que ‘contem’ os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais” (HARVEY, 1980, p. 2-3).

O autor mostra ainda a relação existente entre justiça social, sociedade e o espaço. O autor apresenta uma teoria sobre a forma como a cidade e o planejamento refletem a desigualdade social e contribuem para sua reprodução (HARVEY, 1973).

Villaça (2001) analisa o espaço intra-urbano, no Brasil, e define a segregação sócio-espacial como o processo no qual diferentes classes sociais tendem a se concentrar, cada vez mais, em regiões diferentes.

Mesmo se a dimensão espacial não for considerada, estudos sobre justiça e injustiça social podem contribuir bastante para uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, o geógrafo Ivaldo Lima apontou que a Geografia contemporânea já apresenta a justiça espacial com relevância inquestionável, por possibilitar aprofundamentos que relacionam questões como: o espaço, a política e a ética. (LIMA, 2012)

Os estudos do geógrafo francês Alain Reynaud, também, trazem uma reflexão sobre o conceito de justiça espacial, a partir de seu trabalho *Société, Espace et Justice* (LEIBLER & MUSSET, 2010).

A problemática a ser focada neste capítulo se baseia na ideia de que o espaço ou território não só é o palco ou cenário onde se expressam as desigualdades sociais e econômicas, mas desempenha um papel importante na formação e desenvolvimento das injustiças sociais (GERVAIS-LAMBONY, DUFAUX & MUSSET, 2010).

Entre os trabalhos recentes sobre justiça social destaca-se o estudo de Bernard Bret que aborda e define o conceito de equidade territorial. Portanto,

“O termo de equidade territorial se refere à dimensão espacial da justiça social. Ele designa uma configuração geográfica que asseguraria a todos as mesmas condições de acesso aos serviços públicos, ao emprego e às diversas vantagens da vida em sociedade. Assim como a justiça social é uma utopia mais que um fato, a equidade territorial é um conceito e um princípio de planejamento, permitindo compreender as situações reais marcadas pela injustiça espacial. Por esta última expressão, é preciso entender que a organização do território é a expressão espacial do fato social, e cria efeitos de lugar que podem consolidar e agravar ou amenizar as injustiças sociais” (BRET, 2008 p. 32).

Segundo Soja (2008), estudos que buscam explicar a diferença entre espaços privilegiados e espaços excluídos gerados por diferenciação, segregação, ou até mesmo uma discriminação espacial, não podem ser explicados somente a partir do conceito de segregação. Soja alerta que é crucial, tanto na teoria quanto na prática, dar ênfase à espacialidade da justiça e das injustiças, não apenas na cidade, mas em todas as escalas

geográficas, do local ao global, propondo o uso do termo justiça espacial. Ressalta ainda que o aspecto geográfico da justiça e da injustiça é o ponto de partida para iniciar uma justa e equitativa distribuição, no espaço, dos recursos sociais e das oportunidades de usufruir dos mesmos (SOJA, 2008, 2010). Entretanto,

... a ideia de justiça espacial se origina na geografia crítica urbana que começou a emergir, mais amplamente, na última década. Considerando que o espaço é socialmente produzido e que a justiça social está vinculada ao espaço, a compreensão das interações entre sociedade e espaço torna-se, por conseguinte, fundamental para entender as injustiças sociais e para pensar políticas de planejamento urbano que visem reduzi-las, assegurando aos cidadãos o “direito à cidade” (FARI, 2013, p. 5).

4.1 PAPEL DO ESTADO PERANTE A INJUSTIÇA ESPACIAL

O Estado tem papel importante na redução ou aumento das desigualdades socioespaciais, inclusive, das injustiças. Face estas desigualdades, os órgãos públicos, em suas várias esferas, são responsáveis por promover o bem público comum, podendo decidir, intervir (ou não) no espaço e, portanto, fazer ato de justiça (FARI, 2013). Assim,

“Falar de justiça socioespacial nos obriga a evocar o planejamento do território, a intervenção do Estado, na vida de uma formação social para modificar de forma profunda a repartição dos equipamentos e atividades no território” (LEIBLER & MUSSET, 2010, p. 4)

“Historicamente as ações do Estado privilegiaram as classes mais ricas, aumentando as desigualdades entre os lugares e, como consequência, produzindo as injustiças sociais. Mas, é notório que a expressão justiça vem sendo usada como marco conceitual crítico em análises sobre a desigualdade entre os territórios, assim como o papel do Estado na redução ou amplificação dessas desigualdades” (LEIBLER & MUSSET, 2010).

Teresa Fari afirma que as políticas públicas podem reduzir ou aumentar as desigualdades sociais. Ressalta ainda, a partir dos geógrafos da geografia crítica, que as políticas públicas podem ser mais eficientes e efetivas se a dimensão espacial for colocada em primeiro plano. Portanto,

“Sem dúvida, é necessário ter em conta que o termo justiça ganha diferentes significados dependendo do contexto social, histórico e geográfico, assim esclarecemos que nossas preocupações e discussão se dirigem às cidades do século XXI, onde formulações neoliberais exercem forte influência nas políticas urbanas, além de colocarem limitações à gestão participativa e democrática da cidade” (2012, pag.9).

Nesta pesquisa, o uso conceito de justiça espacial não irá somente possibilitar a visualização e análise das desigualdades no espaço, mas, também, avaliar a ação do estado (governo federal e estadual) a partir de suas prioridades e investimentos.

4.2 JUSTIÇAS ESPACIAL EM SERGIPE

Para verificar a ocorrência de Justiça espacial, em Sergipe, foram utilizados os dados de variação relativa das cinco variáveis de privação e do índice de Exclusão Social de Lemos, considerando aqueles municípios que apresentaram maior privação, em 2000, relacionando com aqueles que apresentaram maior redução entre 2000 e 2010.

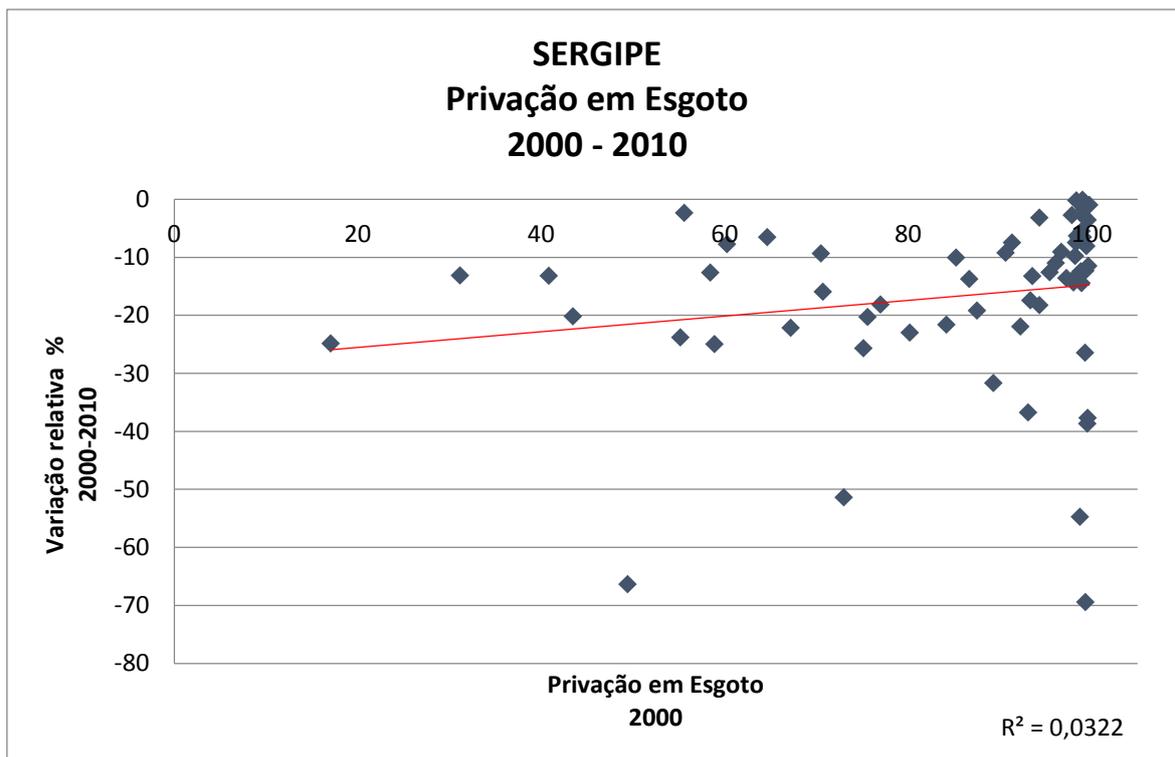
A variação positiva significa o aumento da privação, enquanto a negativa representa a sua redução, entretanto, observa-se que mesmo ocorrendo grande variação negativa, observa-se que essa redução não é suficiente para que se possa constatar uma justiça espacial, isto é, a inexistência da privação.

Mesmo sabendo que pode ser uma utopia, buscar a correlação entre os municípios com maior privação e com maior variação, esta comparação foi esclarecedora, possibilitando verificar uma possível justiça sócio-espacial com base na afirmação de que *os que mais variaram negativamente, entre 2000 e 2010, foram aqueles que apresentavam as maiores privações, em 2000.*

4.2.1. Privação em Esgotamento Sanitário

Em Sergipe, a privação em esgotamento sanitário é a que se apresenta de forma mais grave, indicando uma injustiça espacial. Trinta e três municípios apresentaram no ano 2000, quase 100% da população privada desse serviço público. Entre 2000 e 2010, quinze municípios obtiveram aumento da privação, e os que reduziram apresentaram variação relativa negativamente correlacionada com a privação ocorrida em 2000. Portanto, aqueles de maior privação estão com a menor variação relativa, indicando a inexistência ou insuficiência de ações voltadas para a dotação dessa infraestrutura (Figura 28).

Figura 17
Dispersão da Privação em Esgotamento Sanitário



FONTE: IBGE,2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Entre 2000 e 2010, quatro municípios apresentaram redução da privação superior a 51,37% sendo eles, Telha, Carmópolis, Santana do São Francisco e Barra dos Coqueiros. Outros 56 municípios também apresentaram redução sendo que de forma menos significativa, destacaram-se Pinhão, Macambira, Simão Dias, Lagarto, Tobias Barreto e Poço Redondo, enquanto no centro oeste, destacaram-se Ribeirópolis, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel do Aleixo e, no extremo noroeste, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo (Figura 29).

Como resultante do crescimento da população e da ausência de investimento, em quinze municípios houve aumento da privação, sendo mais intenso em Rosário do Catete, Divina Pastora e Riachuelo. Entretanto, este fato também se verificou nos municípios vizinhos de Aracaju como Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Laranjeiras e Itaporanga d'Ajuda. Outro destaque é Itabaiana que também aumenta sua privação de saneamento (Figura 29).



Casos de sobreposição espacial ocorreram entre os municípios de maior privação e os que mais variaram, a exemplo de Telha e Santana do São Francisco situados ao norte, indicando justiça espacial. No entanto, estes representam exceções diante do cenário estadual de injustiça espacial, constatada em decorrência da grande quantidade de municípios em situação de extrema privação, em 2000, e que não apresentaram variação significativa, em 2010 (Figura 30).

Aracaju e Carmópolis apresentaram as variações mais elevadas, mas eram os municípios que, em 2000, tinham a menor privação. Esta situação não é a mais almejada, visto que se deseja maior melhoria para os municípios mais privados, contudo, qualquer nível de redução da privação é importante para o bem-estar da população, diante da gravidade que a privação em esgotamento sanitário se apresenta em Sergipe.

Dentre as principais ações efetuadas pelo governo do estado, entre 2007 e 2011, o saneamento básico recebeu o maior volume de investimento, pois, foram destinados R\$ 608.735.901,04 para ampliação e implantação de sistema de esgoto sanitário e da drenagem urbana, representado 20% do total (Figura 31). A maior parte dessas obras se localizam em alguns municípios da Grande Aracaju, como São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju, no centro do estado, em Nossa Senhora de Lourdes, Ribeirópolis e Itabaiana, além de outros localizados no norte e nordeste (Figura 30).

Os recursos de transferência do governo federal destinados a Sergipe, no período de 2004 a 2010, para investimentos em saneamento básico totalizaram R\$40.979.900,08, incluindo ações de implantação de sistema de esgoto sanitário e conclusões de obras, representando 13% do volume de recursos repassados para o Estado (Figura 32). Com esses recursos foram executadas obras nos municípios de Aracaju, Estância e Aquidabã (Figura 30).

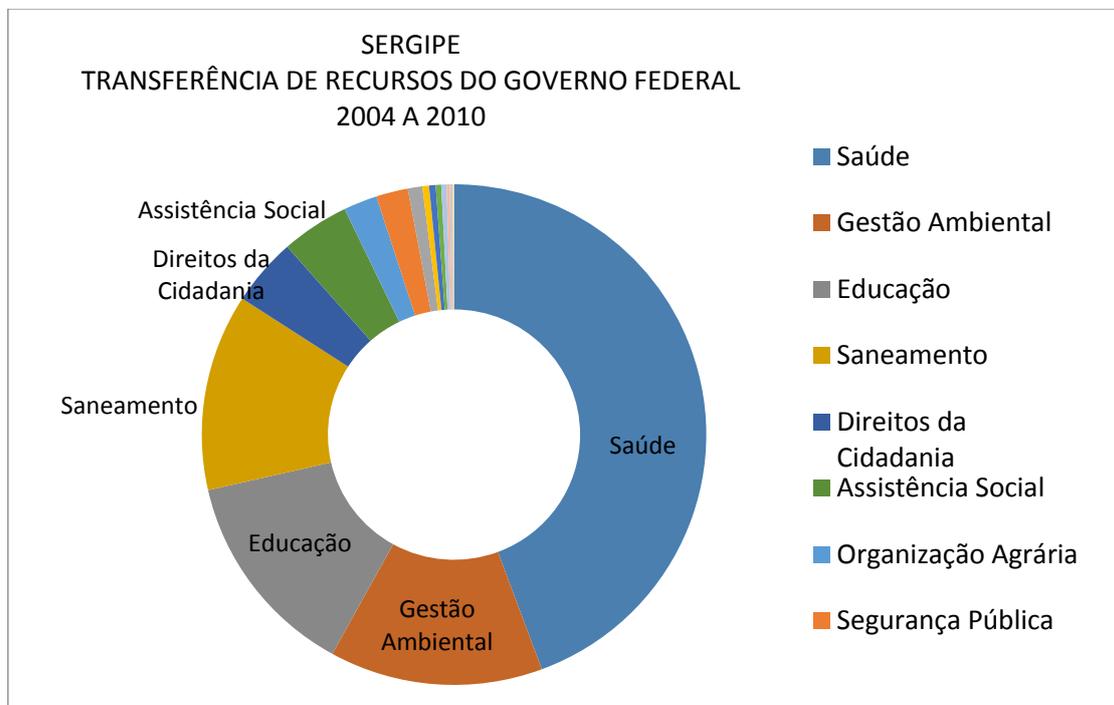
Nos últimos anos, diante da Política Nacional de Saneamento Básico, observa-se prioridade dada ao saneamento por parte do estado, em termos da disponibilização de recursos para o setor, sinalizando para um diagnóstico de justiça social, mas não de justiça espacial, visto que as ações não estão se localizando nos municípios mais privados. Esse descompasso espacial pode ser justificado por se tratar de municípios com grande volume de população privada em esgotamento sanitário, no entanto, comparados a outros municípios, relativamente, apresentam menor percentual de privação.

Figura 18
Principais Ações do Governo Estadual



Fonte: SEPLAG, 2014
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 19
Transferência de Recurso Federal para Sergipe

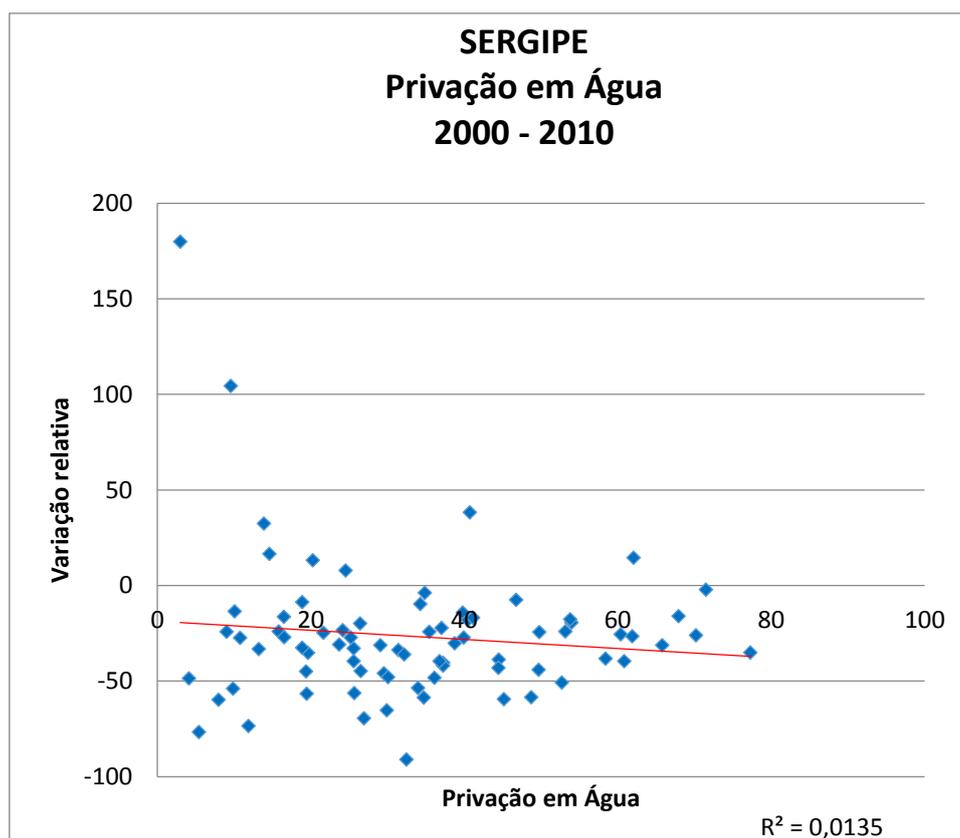


FONTE: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

4.2.2 Privação em Água

A privação em Água não apresenta correlação bem definida em relação a variação relativa, permitindo ocorrer uma variedade de situações: uma delas é a intensificação da privação, em 2010, em oito municípios, a exemplo de Telha, Aquidabã, Pacatuba, Riachuelo, Pedra Mole, Rosário do Catete e Neópolis, ressaltando que destes seis municípios tinham baixos índices de privação (até 24%), em 2000, proveniente do crescimento da populacional ocorrido na zona rural ou em áreas periféricas da sede municipal, onde não é ofertado o serviço de distribuição de água tratada (Figura 33). Entretanto, nota-se que os municípios que apresentaram maior variação relativa são, em sua maioria, os que tinham menor privação, em 2000.

Figura 20
Correlação ente a Privação em Água e a Variação Relativa



FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Treze municípios apresentaram maior redução da privação, isto é, mais de 50%, destacando-se entre eles São Domingos, Carmópolis, Cedro de São João, Muribeca,

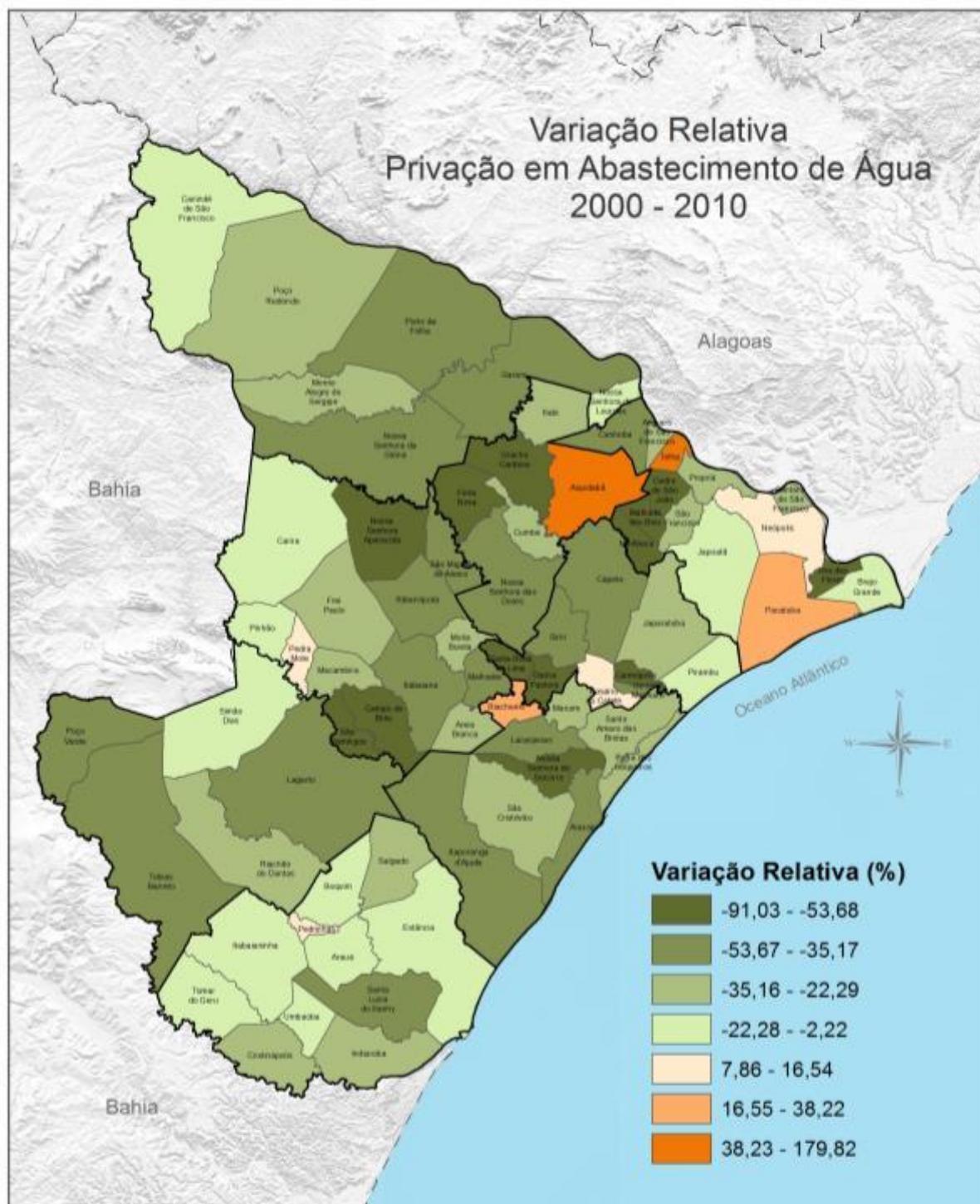
Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Socorro, Divina Pastora, entre outros (Figura 34).

Os municípios com maior privação em água, em sua maioria, estão localizados no sul do estado, com destaque para Riachão do Dantas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba e Santa Luzia do Itanhy. Entretanto, embora tenham reduzido a privação, a variação relativa não foi significativa, à exceção de Campo do Brito, situado no centro do estado. Por outro lado, aqueles que apresentaram maior redução da privação (de até 91%) estão localizados ao norte e nordeste do estado, com destaque para Nossa Senhora do Socorro, Carmópolis, Muribeca e Cedro de São João. Contudo, as maiores variações ocorreram em locais onde os níveis de privação eram mais baixos, demonstrando a não ocorrência de justiça espacial, embora tenha havido grandes investimentos no setor nos últimos dez anos (Figura 35).

O governo do Estado executou ações voltadas a melhoria no abastecimento de água tanto na zona rural quanto na urbana. Desde 1995, o PRONESE busca a redução da pobreza rural, através da melhoria na distribuição de água no campo, resultando em ações que estão dispersas por todo território, com destaque para a construção de cisternas, adutoras, irrigação, abastecimento de água de povoados e rede de distribuição domiciliar. Além disso, a expansão dos sistemas de abastecimento, a ampliação dos pontos de captação e ampliação de sistemas urbanos de abastecimento d'água também vem ocorrendo, sendo que destacam-se as obras em Itabaiana, Canindé de São Francisco, Siriri e Nossa Senhora do Socorro, assim como a construção de barragem no rio Poxim, no município de São Cristóvão. Atualmente, Sergipe tem a maior rede de adutoras do Nordeste.

Conforme já foi dito anteriormente, dentre as verbas de transferência do governo federal para o estado de Sergipe, no período entre 2004 e 2010, 13% do total foi destinado ao saneamento que inclui ações de melhoria no abastecimento de água e no esgotamento sanitário (Figura 35). Entretanto, estes recursos foram insuficientes em decorrência da magnitude das privações existentes na área de saneamento, como foi visto anteriormente.

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 km



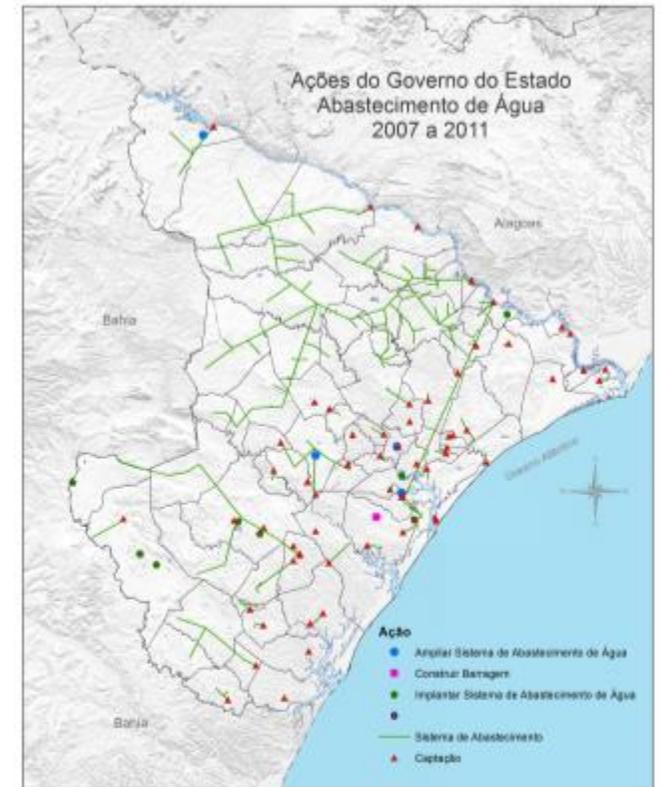
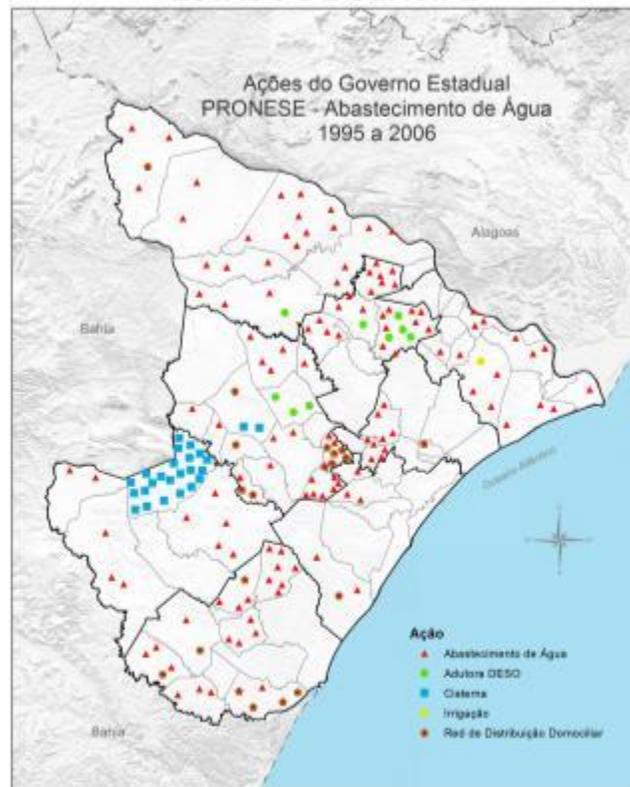
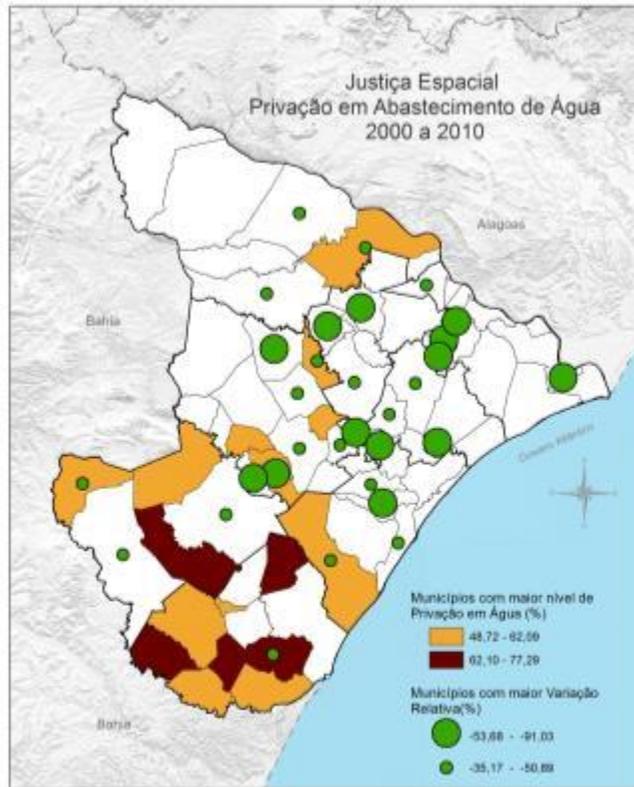
Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S
 FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do
 Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011,
 ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Figura 34 Variação Relativa da Privação em Abastecimento de Água

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 60 80 100 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

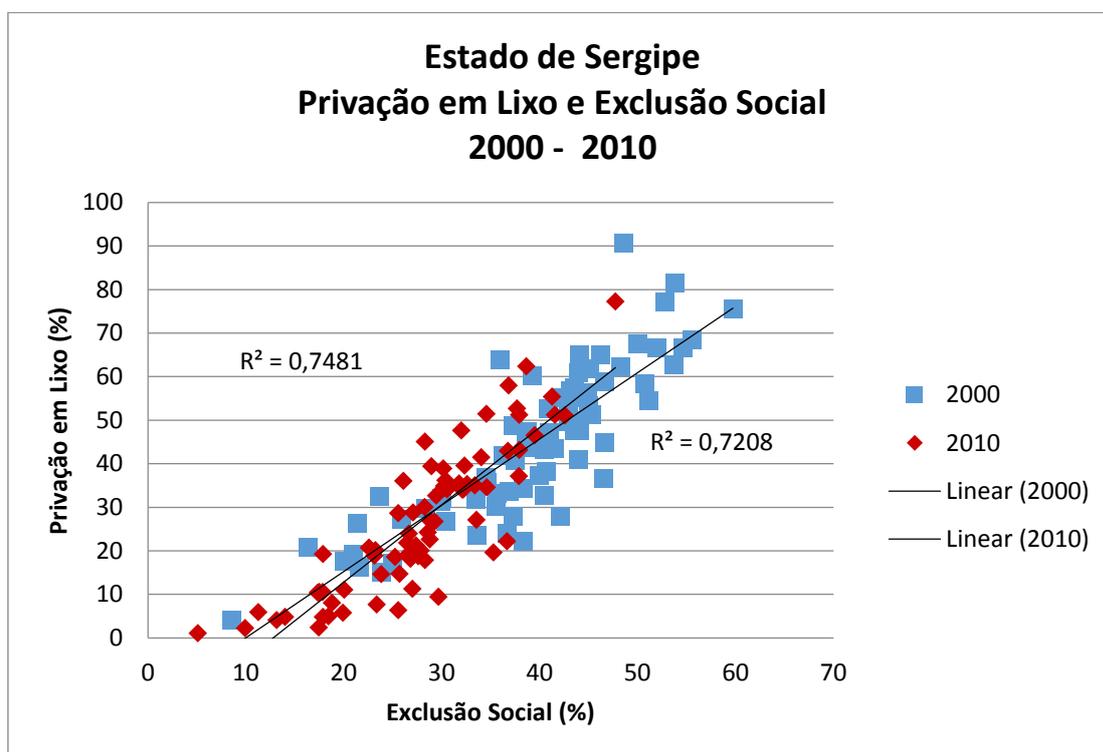
FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010. Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010. Atlas SRH 2011, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG; PRONESE; SRTM Massão NASA 2000.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 35 Justiça Espacial - Privação em Abastecimento de Água

4.2.3 Privações em Lixo

Das cinco dimensões que compõem o índice de Exclusão, a privação em lixo é a segunda maior no estado e no Brasil. Em comparação com as demais, esta privação é uma das principais variáveis responsável pela mudança na composição multidimensional da exclusão, visto que, os municípios menos excluídos têm em sua composição baixo nível de privação em lixo, enquanto os que apresentaram elevado grau de exclusão, mostraram alta privação em lixo. Ainda relacionando a privação em lixo com a exclusão, verifica-se que os municípios com menor exclusão, em 2000, apresentaram maior redução na privação em lixo, sendo também superior a redução da própria exclusão. Esta privação é a que está mais fortemente correlacionada com o índice final de exclusão social (figura 36).

Figura 21
Correlação ente a Privação em Lixo e Exclusão Social

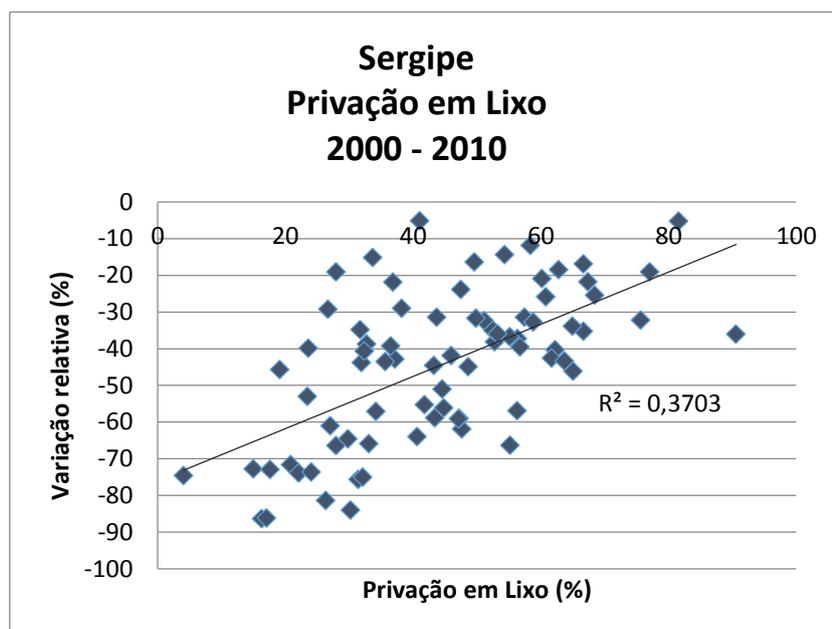


FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

A privação em lixo, relacionada com sua variação relativa, apresenta, de forma geral, correlação negativa, indicando que todos os municípios apresentaram redução dessa privação. Entretanto, quando a privação aumenta, a variação relativa diminui, mantendo níveis de privação indesejáveis (Figura 37).

Figura 22
Correlação ente a Privação em Lixo e a Variação Relativa



FONTE: PNUD, 2000. 2010

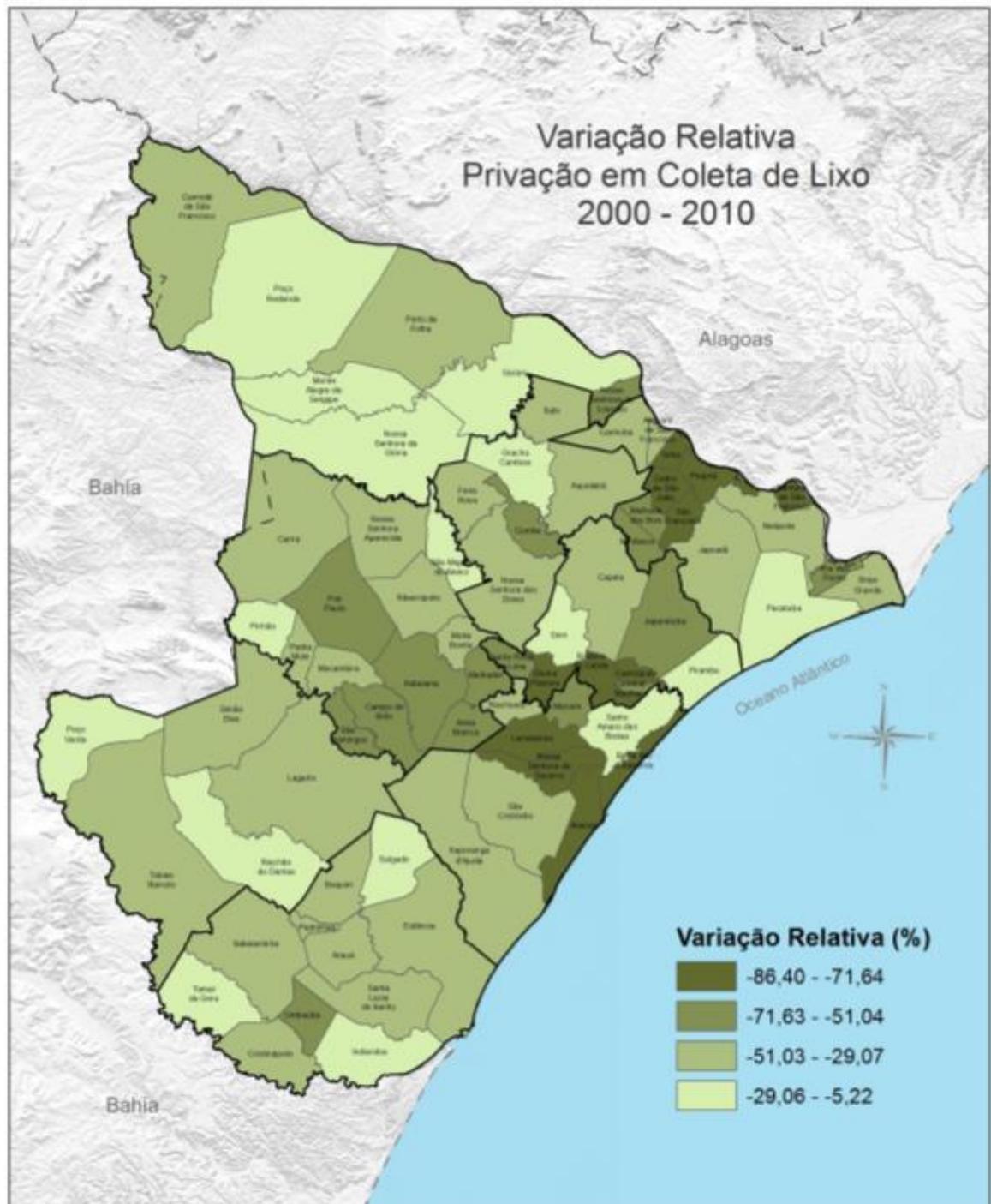
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Doze municípios apresentaram redução superior à 71,64% da privação e estão espacializados em dois grupos; na região central do estado próximos a Grande Aracaju se destacam Rosário, Divina Pastora e Carmópolis, entre outros; e outro grupo no norte formado por Telha, Propriá, Cedro de São João e São Francisco (Figura 38). Esses municípios que formam o primeiro grupo desfrutam de maior volume de recursos próprios, em decorrência da exploração dos recursos minerais e os outros que formam o segundo grupo são alvo das políticas da CODESVASF, facilitando os investimentos no setor.

Nessa privação, a justiça espacial não é constatada, visto que os municípios que apresentaram maior variação relativa não são aqueles apresentaram maior privação, em 2000. Portanto, não ocorre a sobreposição espacial com os municípios mais privados (Figura 39).

Embora, de forma geral, tenha ocorrido a redução da privação, os resíduos sólidos ainda se constituem num sério problema de saúde pública, uma vez que é frequente nas cidades a presença de lixo acumulado nas ruas e em terrenos baldios, exigindo medidas preventivas de educação ambiental

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 km

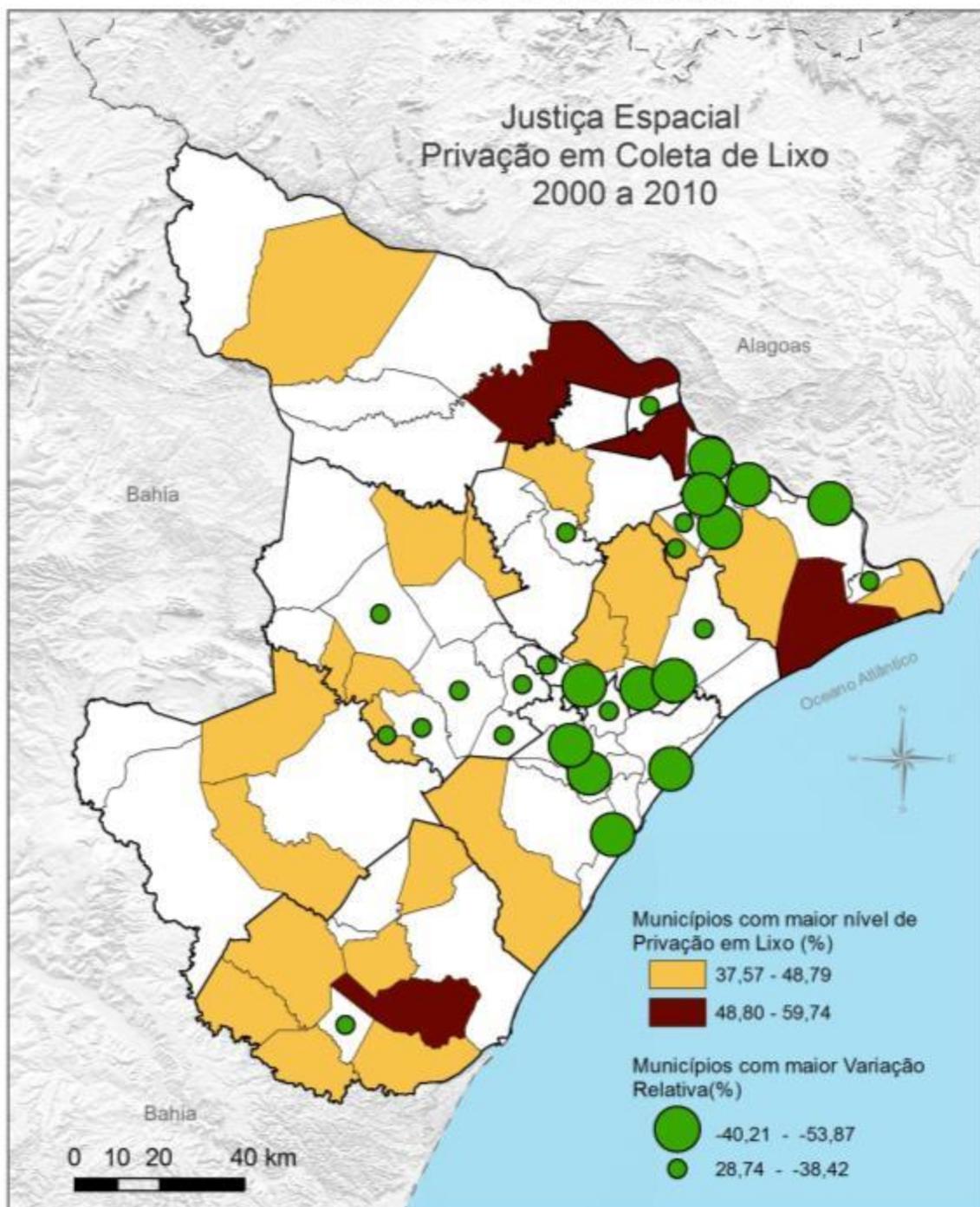
Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S
 FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.
 ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Convenções

	Limite municipal aproximado
	Limite territorial
	Limite estadual

Figura 38 Variação Relativa da Privação em Coleta de Lixo

ESTADO DE SERGIPE



Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S

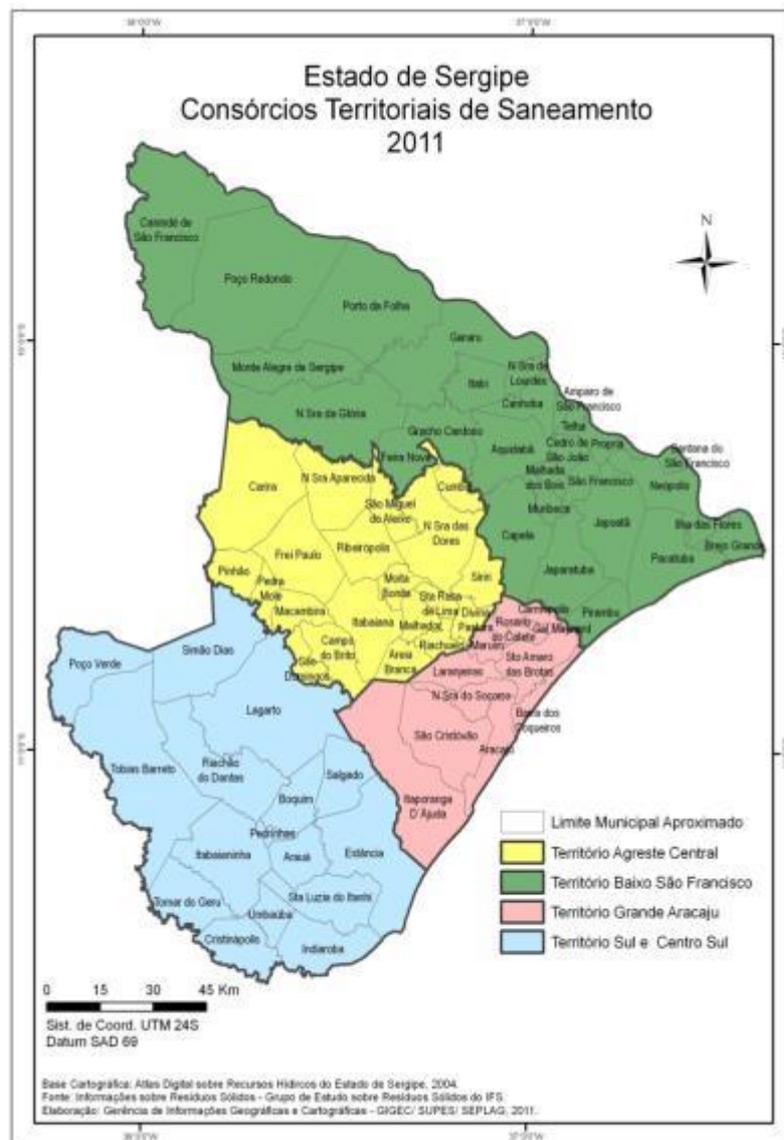
FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG; PRONESE.

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 39 Justiça Espacial - Privação em Coleta de Lixo

Em 2010, foi promulgada a Lei 12.305, de 02 de agosto, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos, voltada para a conservação do meio ambiente e para a inclusão produtiva dos grupos envolvidos no aproveitamento dos resíduos. Esta lei estabelece que cada município elabore o seu Plano de Gestão Integrada para os diversos tipos de resíduos. Em Sergipe, o governo do Estado vem desenvolvendo ações voltadas para a solução desse problema, estando em elaboração o Plano Estadual e os Planos territoriais, para os municípios agrupados em Consórcios (SEMARH, 2011). Para tanto, o Estado foi dividido em quatro Territórios de Consórcio a partir de uma intensa discussão democrática junto à comunidade (Figura 40). Alguns municípios já elaboraram seus Planos, como é o caso de Nossa Senhora do Socorro, ou, estão em fase de elaboração.

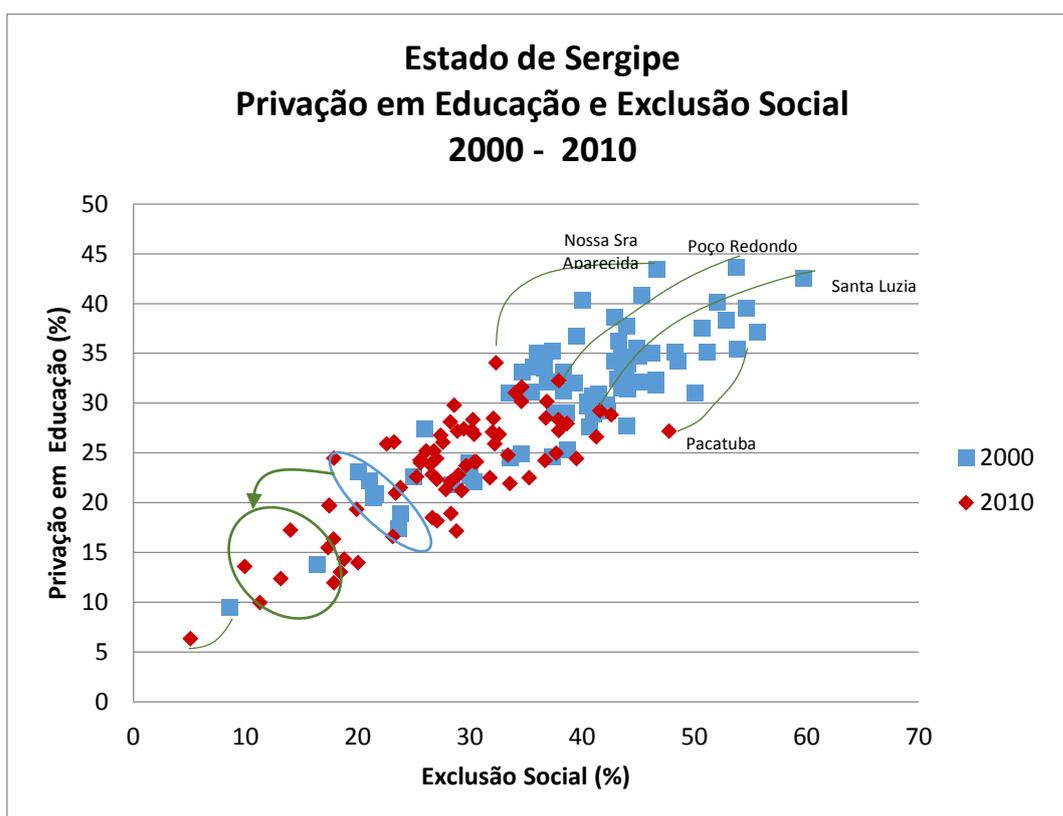
Figura 23
Consórcios Territoriais de Saneamento



4.2.4 Privações em Educação

A privação em educação é aquela que apresenta a menor intensidade entre as cinco dimensões da Exclusão social, passando de 23,5% da população, em 2000, para 16,9%, em 2010. Os dados indicam alta correlação positiva entre esta privação e o índice final de exclusão social, ou seja, os dois indicadores apresentaram redução de forma proporcional. Contudo, foi constatado que entre os anos 2000 e 2010, os dados apresentam comportamento semelhante, permanecendo o mesmo ranking para as duas séries, mostrando que os municípios que estavam mais privados, em 2000, apresentaram redução nessa privação, mas mantiveram a mesma condição em 2010, o mesmo ocorrendo com a maioria dos municípios menos privados (Figura 41).

Figura 24
Correlação ente a Privação em Educação e Exclusão Social

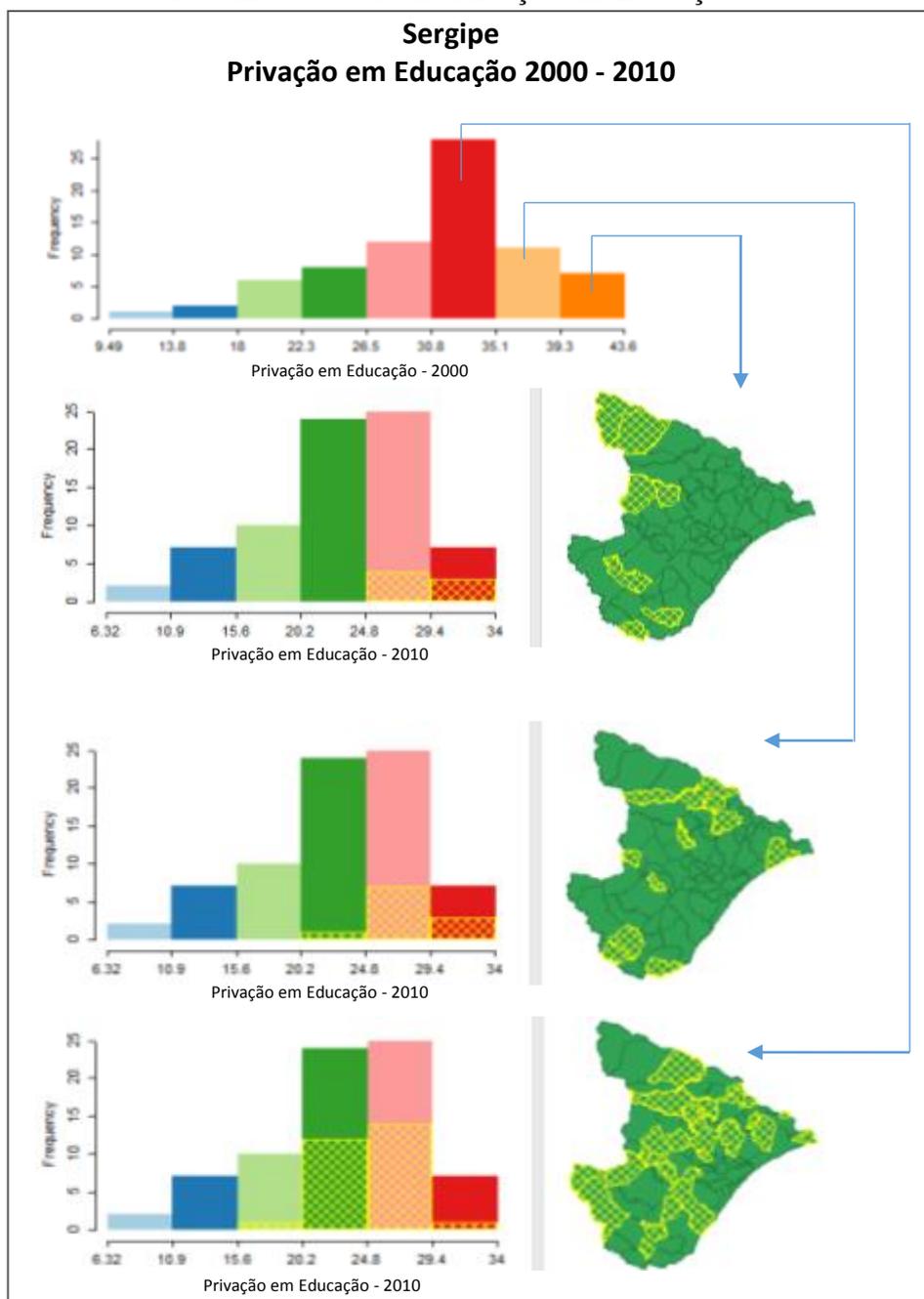


FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Tanto em 2000, quanto em 2010, foi possível visualizar de forma destacada um grupo de municípios que apresentou, em 2000, privação entre 30,8% e 35,1%, sendo que, em 2010, esta classe reduziu consideravelmente pois tais municípios migraram em sua maioria para as classes de 20,2% a 29,4%. Da mesma forma, os municípios das classes de privações de 35,1% a 43,6% em 2000, apresentaram, em 2010, privações de 24,8% a 34% da população (Figura 42).

Figura 25
Mobilidade Social na Privação em Educação

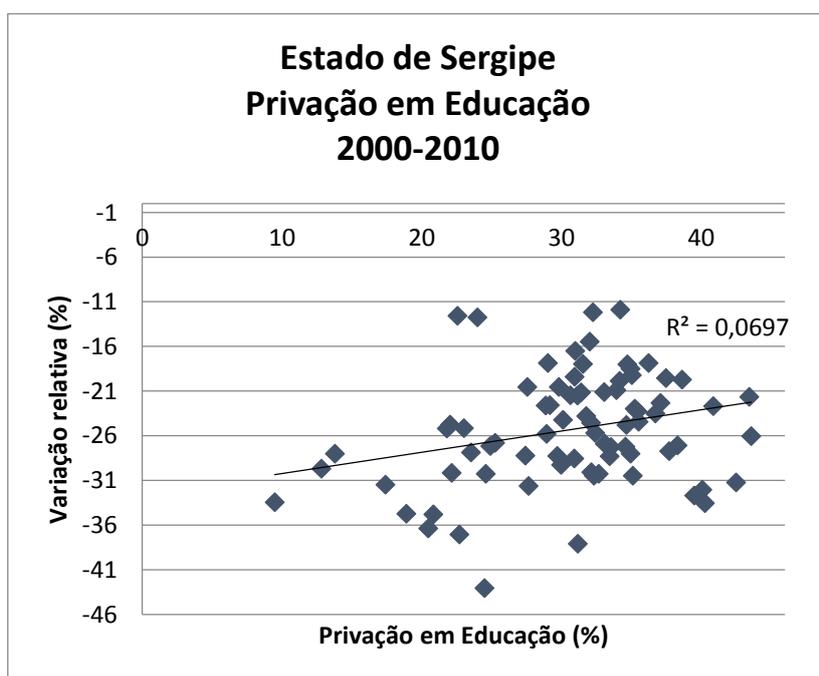


FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

A privação em educação não apresenta correlação significativa com a sua variação relativa, ou seja, não existe um padrão entre as duas, ocasionando uma variedade de situações, nas quais o grupo de municípios mais privados apresenta tanto baixa como elevada variação relativa, conseqüentemente, gerando casos de justiça e injustiça espaciais (figura 43).

Figura 26
Correlação ente a Privação em Educação e a Variação Relativa



FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Os municípios que proporcionalmente apresentaram maior redução da privação foram General Maynard, Laranjeiras, Aracaju e Barra dos Coqueiros ao leste, Santana do São Francisco a norte, Canindé do São Francisco, a noroeste e Riachão do Dantas, ao sul. Diferentemente das dimensões apresentadas até agora, a privação em educação, se intensifica do litoral para o sertão (Figura 44).

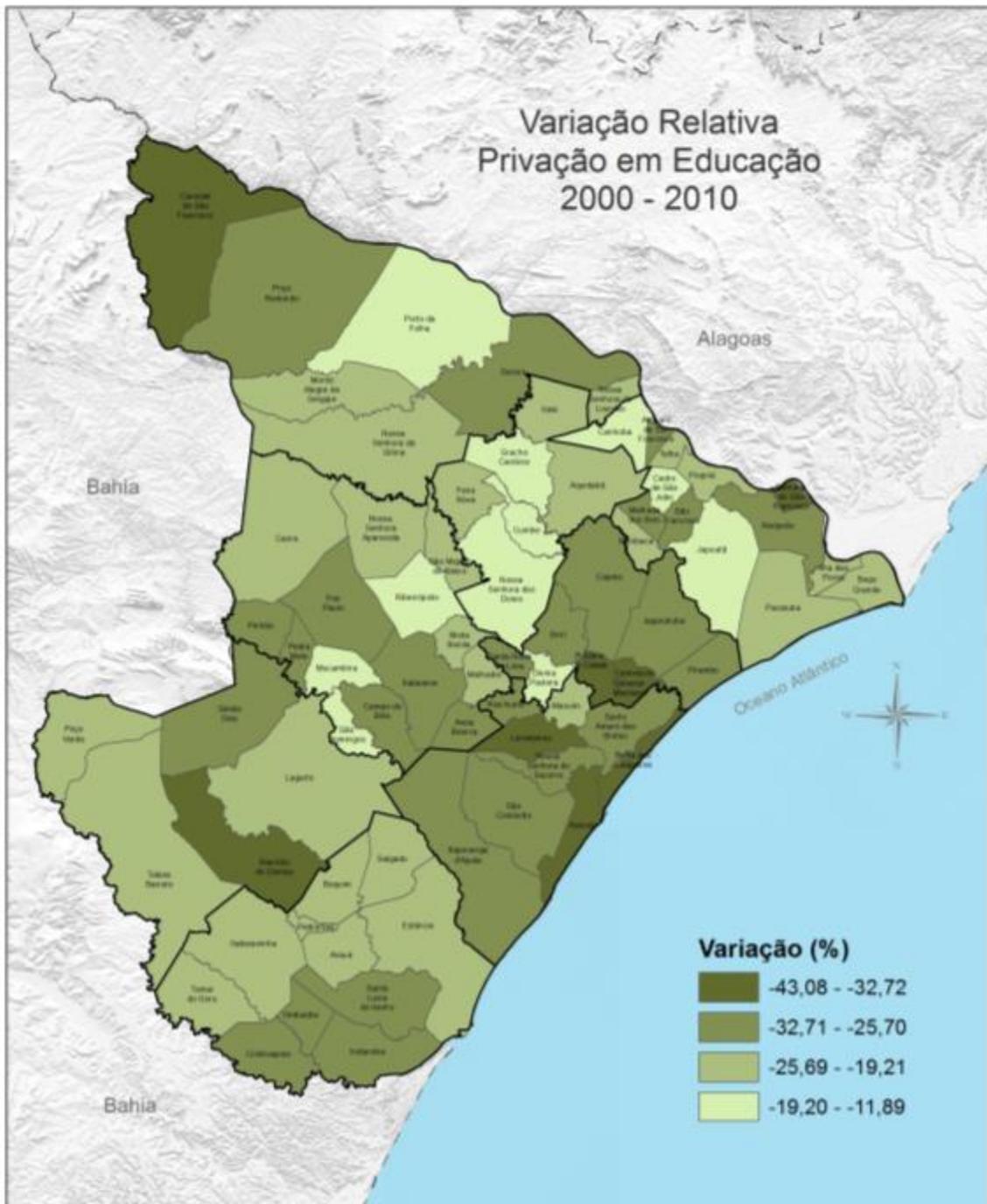
Os municípios que apresentaram maior variação não foram, em sua maioria, os que estavam mais privados. Contudo, a privação, em 2000, apresentou grande abrangência espacial contribuindo para que ocorra em vários locais a sobreposição da variação relativa com a privação, indicando a ocorrência de justiça espacial em dezenove municípios, Telha, Santana do São Francisco, Campo do Brito, Santa Luzia

do Itanhy, Indiaroba, Gararu, Poço Redondo, Cristinápolis, Umbaúba, São Miguel do Aleixo, Simão Dias entre outros. Os municípios mais privados ocupam principalmente a fronteira norte, noroeste, oeste, sudoeste e sul, já os municípios que apresentaram maior redução da privação, estão localizados próximos à faixa litorânea do estado e no eixo centro oeste (figura 44).

As principais ações do governo estadual voltadas para educação estão espalhadas pelo território, indicando que o governo tentou agir bastante no interior do estado, sobretudo nas áreas rurais, a principal ação é a reforma de escola, além da construção de novas escolas e centros profissionalizantes. Contudo, é constatado uma concentração de obras nos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, em consequência do elevado adensamento populacional, resultando no maior volume de investimentos (figura 44).

Observando os investimentos do governo federal repassados para o governo estadual, no período de entre 2007 e 2010, constata-se que a educação recebeu R\$ 43.303.281,75, sendo o terceiro maior volume de recursos, cerca de 13% do total. Analisando os recursos repassados para os municípios, verificou-se que os maiores valores per capita não se encontram nos municípios que compõe a Grande Aracaju, mas em outros espalhados pelo estado, sobretudo em áreas onde a privação em educação se apresentou de forma mais elevada, com destaque para Pacatuba, Rosário do Catete, Pedra Mole, Aquidabã, Amparo de São Francisco e Brejo Grande (figura 44).

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 km



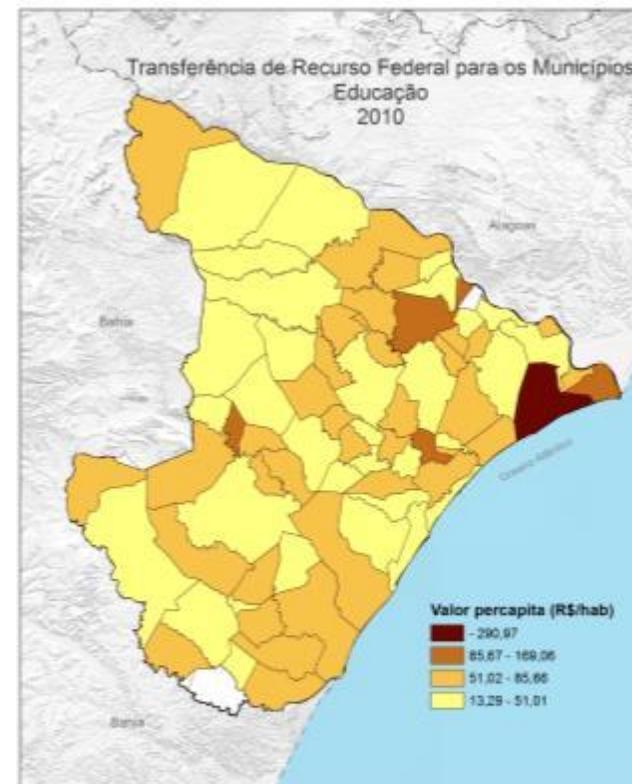
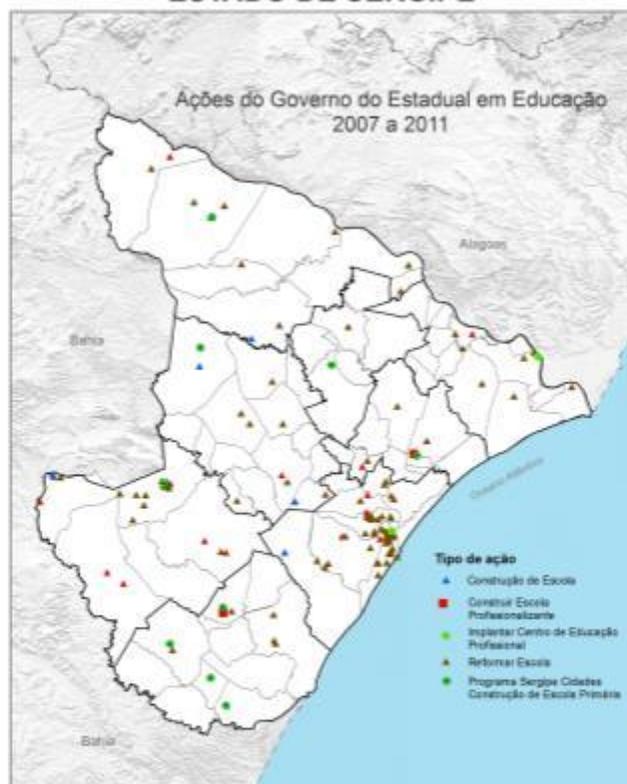
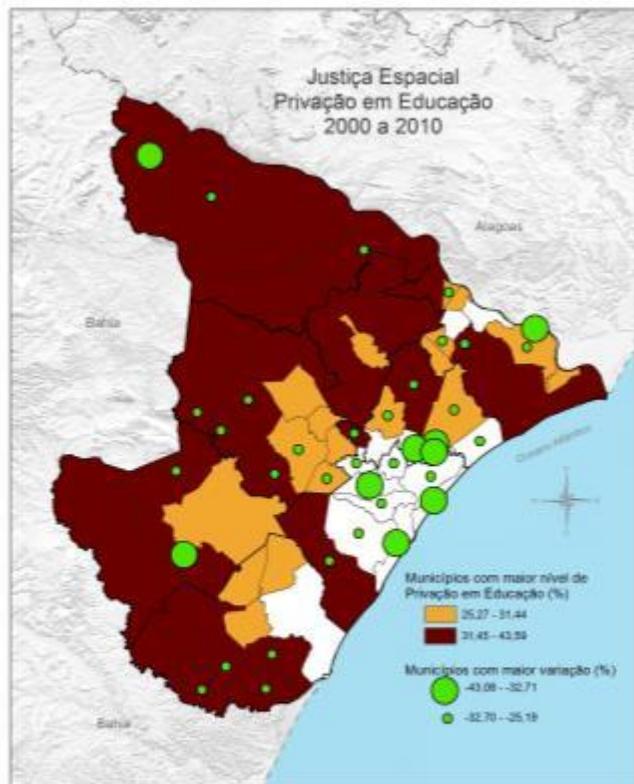
Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S
 FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado
 de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011.
 ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Figura 44 Varição Relativa da Privação em Educação

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 60 80 100 km

Datum SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24S

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

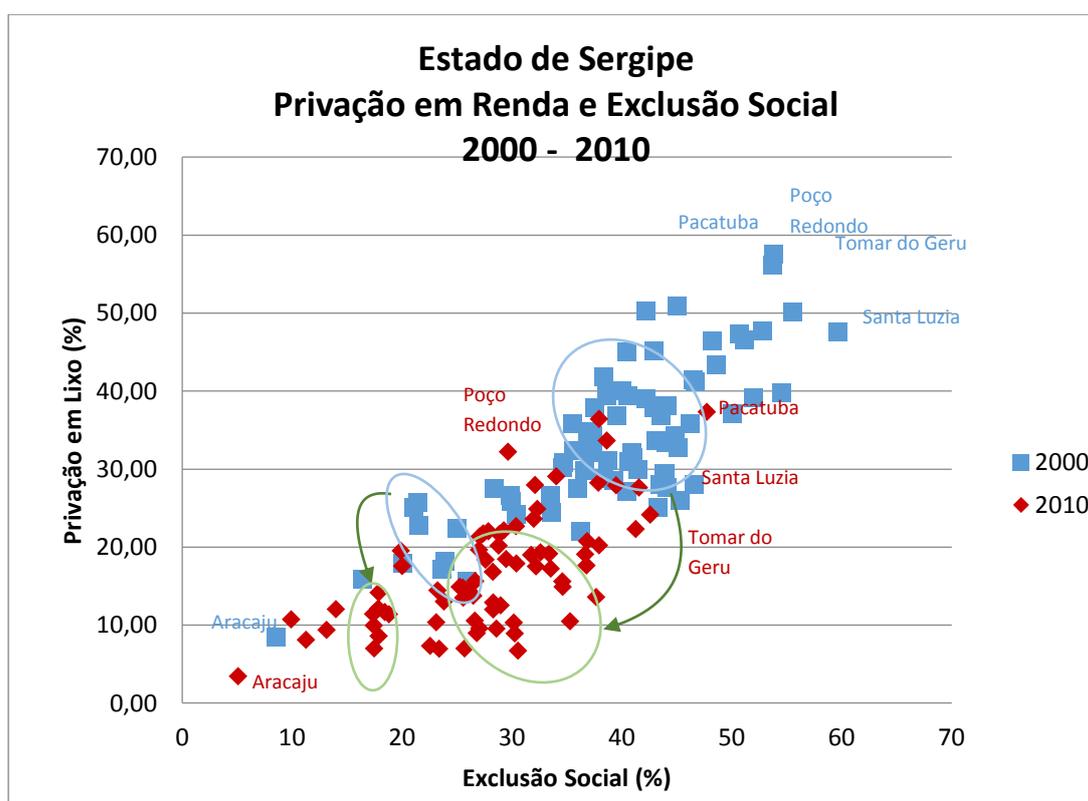
FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão SEPLAG, PRONESE, <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 45 Justiça Espacial - Privação em Educação

4.2.5 Renda

A privação de renda em Sergipe, no ano 2000, era a segunda menor dentre as cinco dimensões, apresentando 24,52% da população com esta privação, em 2010 esse percentual reduziu para 17,1% da população. Esta privação apresentou correlação positiva com o índice final de exclusão, sobretudo no ano 2000, mostrando que a medida que a privação em renda eleva, a exclusão também aumenta proporcionalmente. Ao compararmos esta correlação com a elaborada para o ano de 2010, verifica-se que as duas variáveis reduziram, mas não de forma proporcional, pois a privação em lixo apresenta maior redução que a exclusão social. As mudanças ocorridas entre os dois períodos não foram suficientes para promover significativas alterações na ordem dos municípios, ou seja, houve uma redução da privação em renda, mas os municípios mais e menos privados são praticamente os mesmos (figura 46).

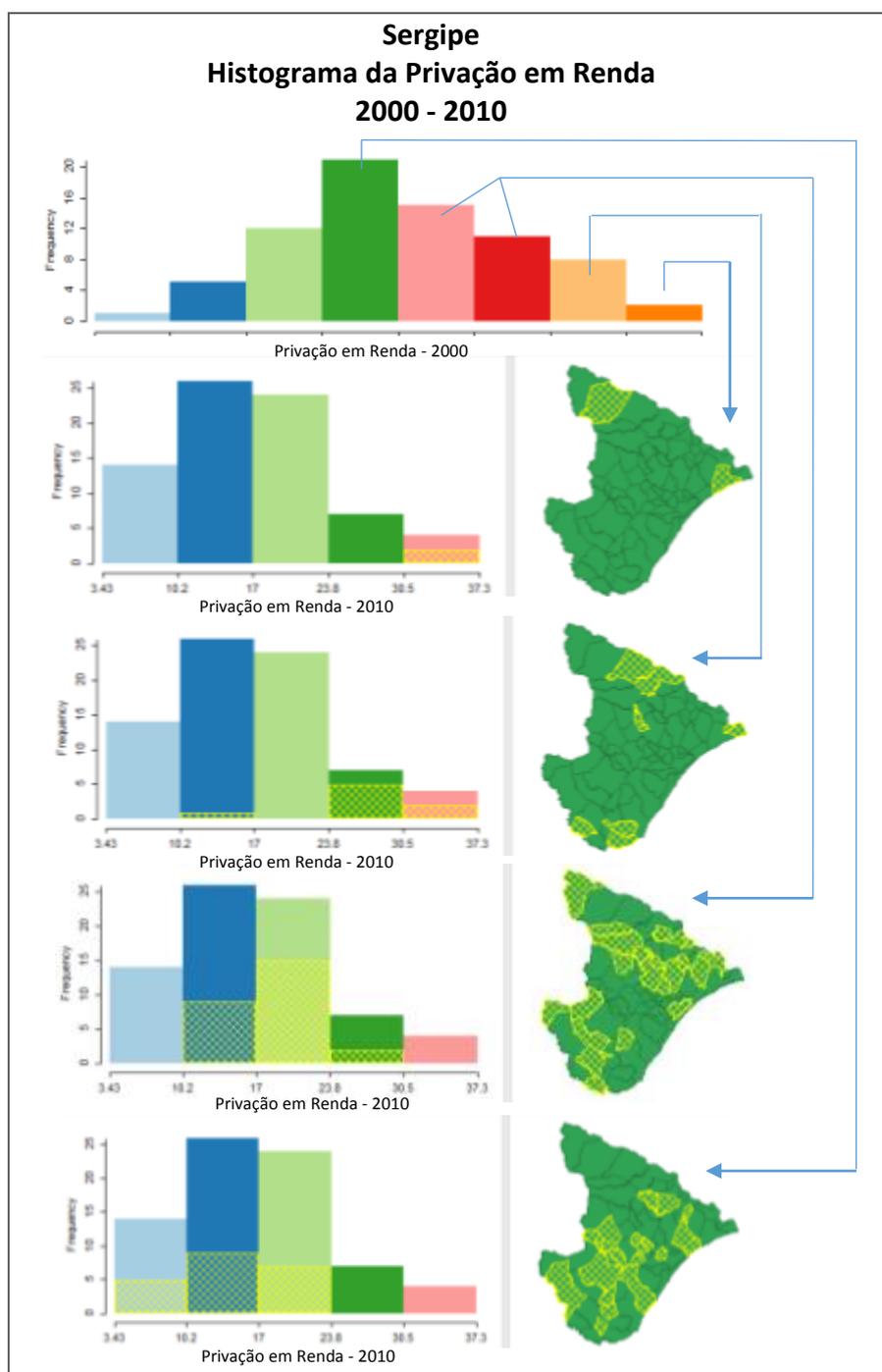
Figura 27
Correlação ente a Privação em Renda e a Variação Relativa



FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Figura 28
Mobilidade Social na Privação em Renda



FONTE: PNUD, 2000. 2010

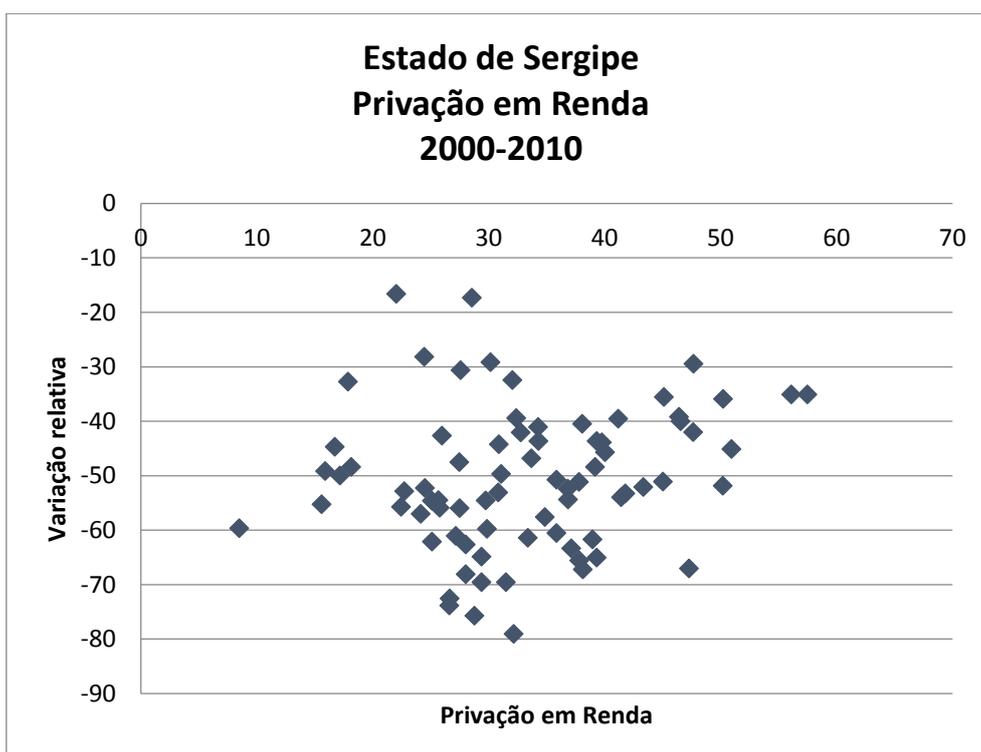
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

A maior parte dos municípios apresentou, em 2000, privação de renda entre 28,8% a 45,3% da população, enquanto poucos municípios apresentam muito alta e muito baixa privação, com destaque para Pacatuba, Poço Redondo, Tomar do Geru e Santa Luzia do Itanhy, no primeiro caso, e Aracaju, no segundo caso. Contudo, em

2010, verificou-se um aumento da quantidade de municípios com privação entre 3,43% a 23,8%. Este acréscimo indica redução da privação em decorrência da adoção de políticas públicas compensatórias (Figura 47).

A privação em renda não está fortemente correlacionada com a variação relativa, não ocorrendo um padrão ou tendência estatística nos dados (Figura 48).

Figura 29
Correlação entre A privação em Renda e a Variação Relativa

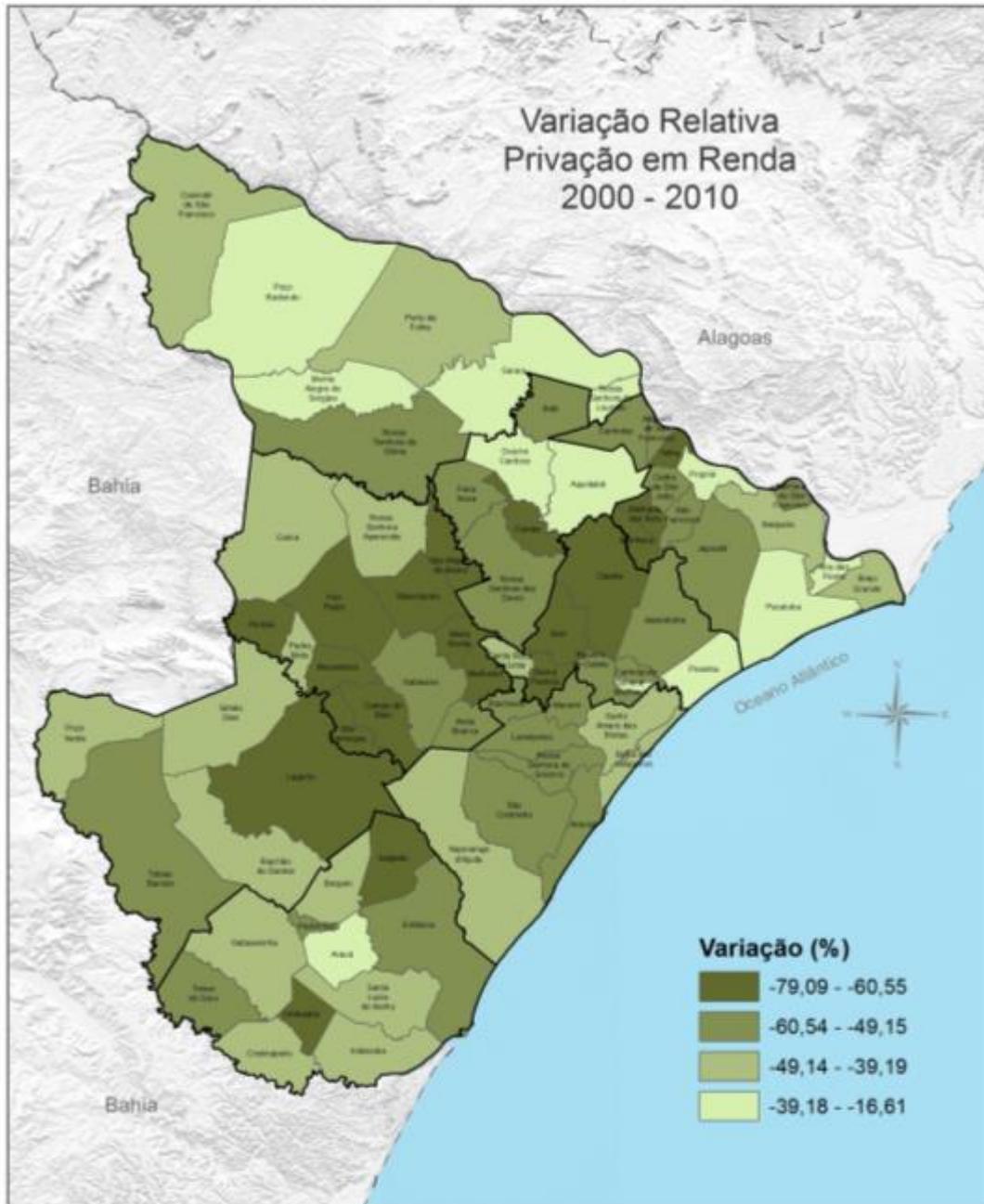


FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Ao analisar a variação relativa, observa-se dezenove municípios apresentaram redução superior a 60% da privação, com destaque para Moita Bonita (79,08%), Frei Paulo (75,74%), Divina Pastora (73,8%) e Ribeirópolis (72,53%) (Figura 49).

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 km



Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S
 FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado
 de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011.
 ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

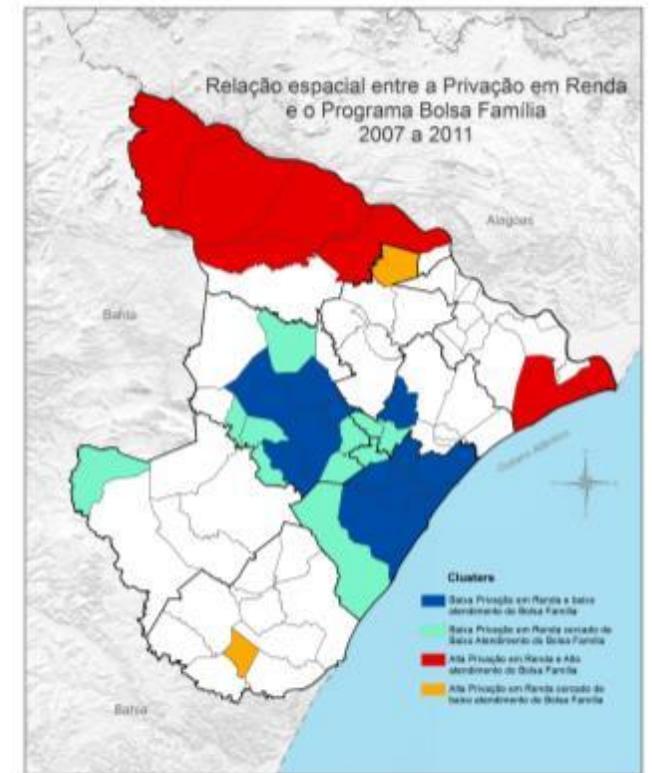
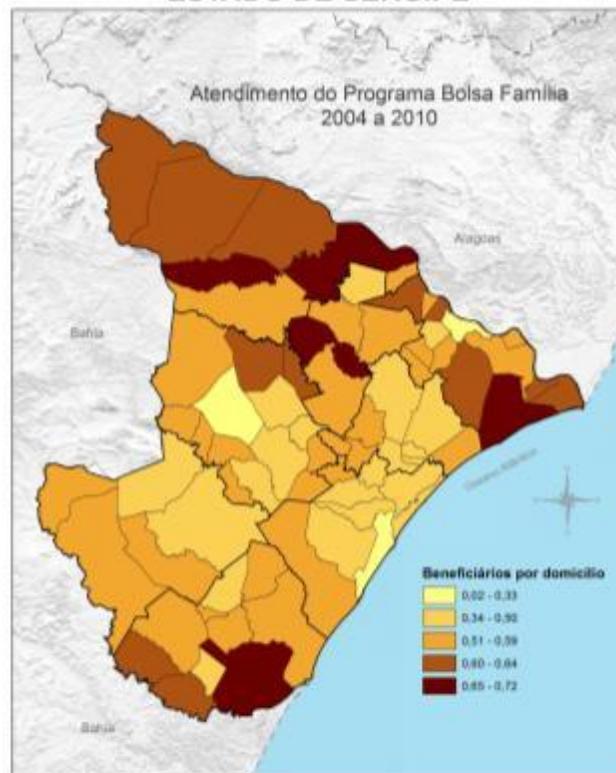
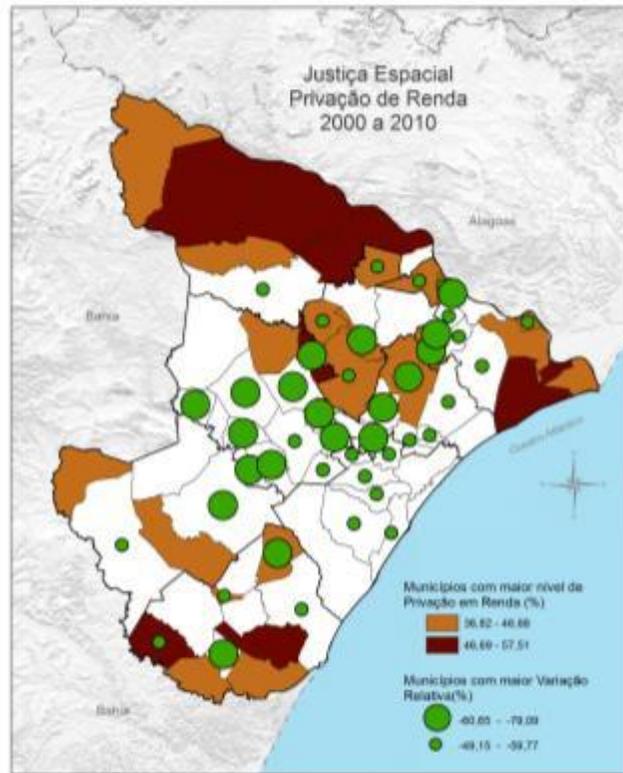
Figura 49 Varição Relativa na Privação em Renda

Entre os municípios mais privados e os que apresentaram maior redução, não foi constatado um padrão espacial de forma plena. Estes estão localizados no extremo norte, nordeste e sul do estado, enquanto que os municípios com maior variação relativa estão localizados, em sua maioria, na região centro-oeste do estado (Figura 50).

A erradicação da extrema pobreza pela renda é a principal meta do governo federal e estadual, com este objetivo foi criado o programa de transferência de renda Bolsa Família, que tem como objetivo proporcionar condições mínimas de alimentação e saúde para a população carente. Os dados de atendimento do programa Bolsa Família indicam que as áreas do estado com maior índice de atendimento por domicílio estão no oeste do estado, assim como, os municípios com menor atendimento estão correlacionados com aqueles de menor privação em renda.

Utilizando-se o Índice de Moran bivariado, foi possível detectar um padrão espacial entre a privação de renda e os dados de atendimento do Programa Bolsa Família. Assim, foram detectados clusters de justiça espacial, no centro do estado, formado pelos municípios de Itabaiana, Macambira, Frei Paulo Ribeirópolis e Moita Bonita e na Grande Aracaju em Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Pirambu, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras e Maruim, situações em que ficaram constatadas baixa privação e baixo atendimento do programa, assim como ocorreram a nordeste e noroeste, outros clusters de alto atendimento do programa e elevada privação renda. Desta forma, ficou constatada a justiça espacial, promovida, em parte, pela ação deste programa de governo, refletindo a ação das políticas públicas (Figura 50).

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 60 80 100 km

Dados SIRGAS 2000 - Projeção Universal Transversa de Mercator - Zona 24E

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- - - Limite estadual

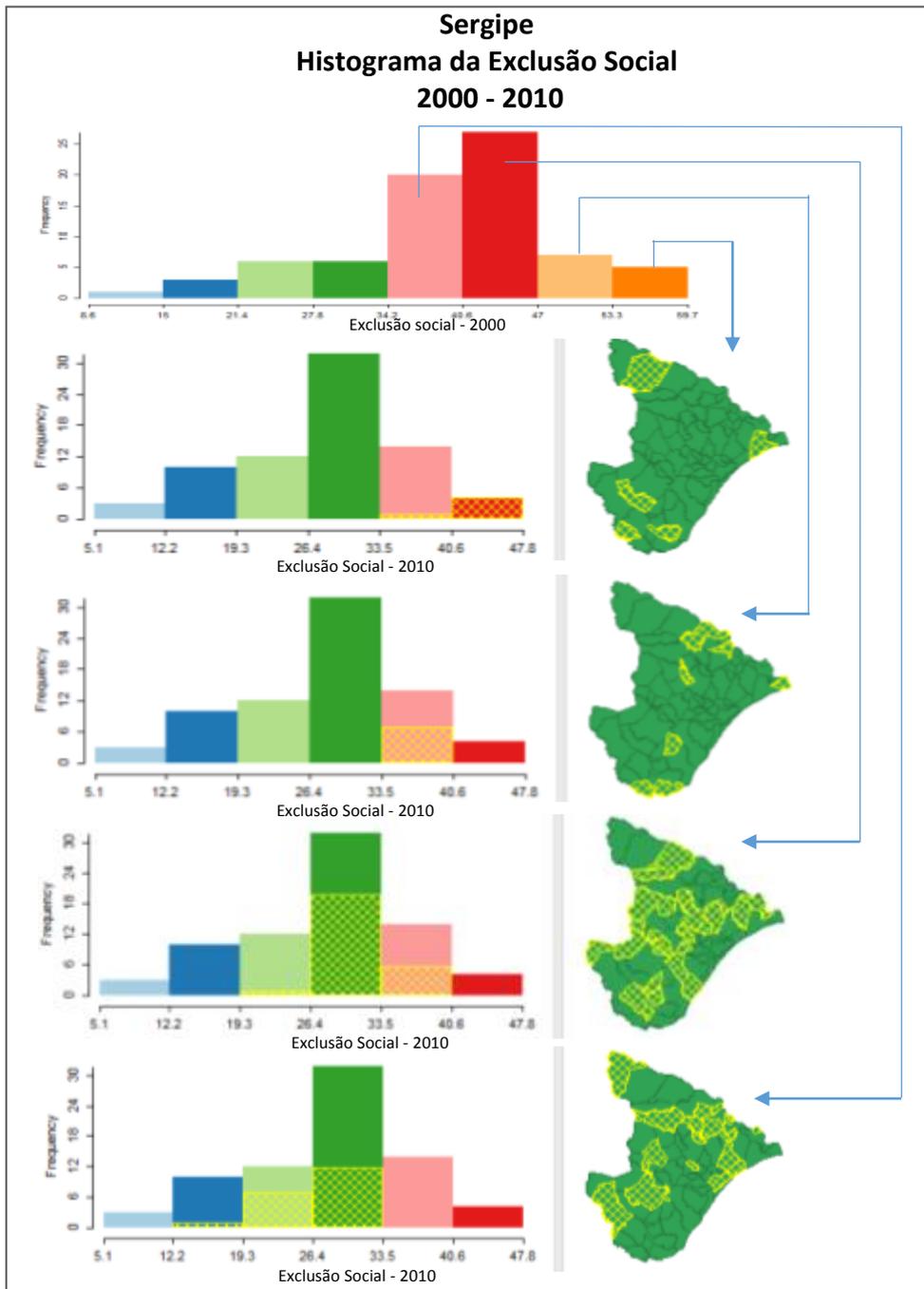
FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010; Atlas GRH 2011; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, PIONESE, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano de Rocha Santos

Figura 50 Justiça Espacial – Privação em Renda

4.2.6 Exclusão Social

Sergipe, em 2000, apresentou 19,9% da população excluída, reduzindo, em 2010, para 14,18% do total. A variação registrada nesse período mostra que 31,71% da população considerada excluída, no ano 2000, saíram dessa condição.

Figura 30
Mobilidade Social na Exclusão Social



FONTE: PNUD, 2000. 2010

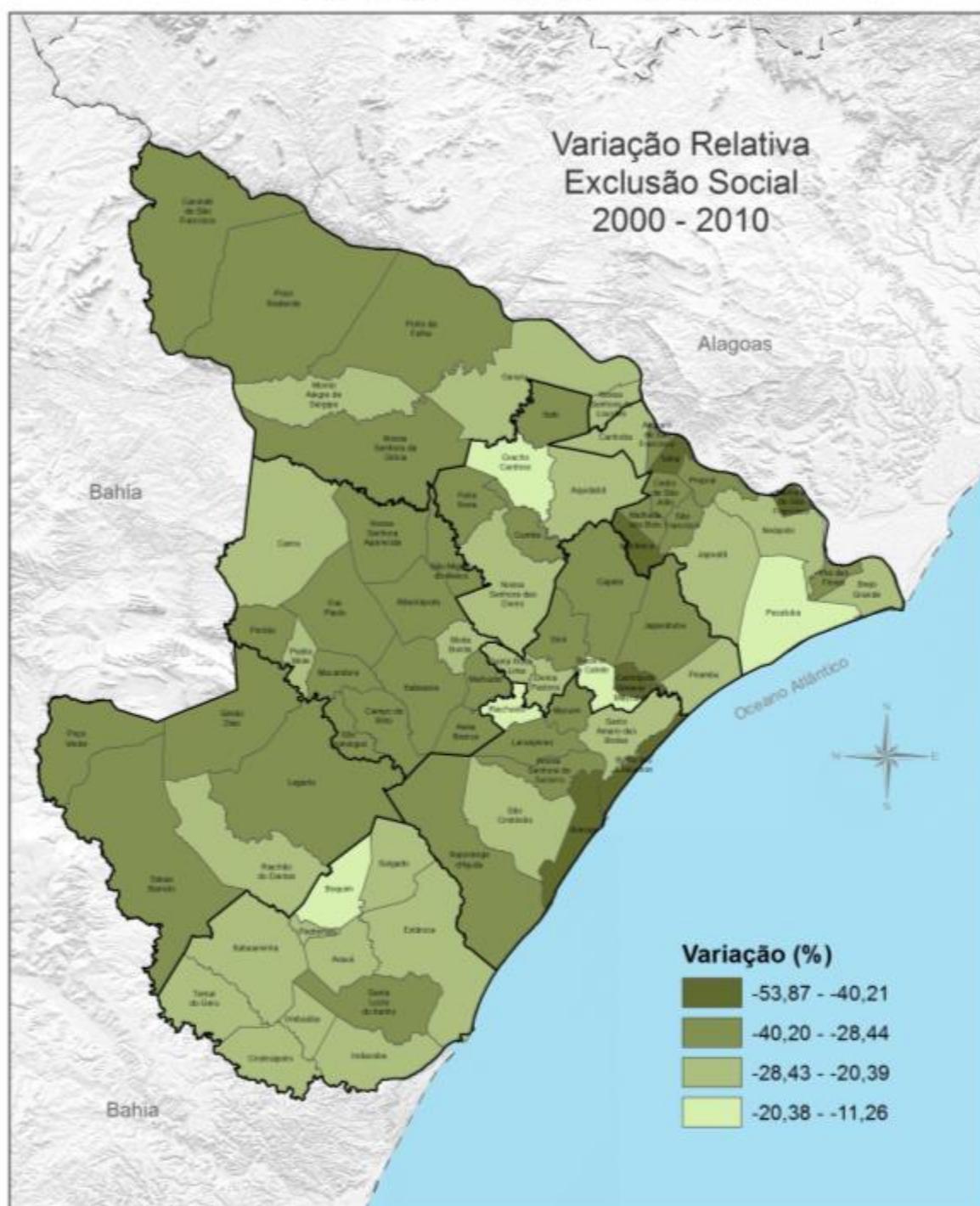
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

A maior parte dos municípios sergipanos apresentou, em 2000, nível de exclusão social entre 34,2% a 47% da população, enquanto, em 2010, trinta e dois municípios compõe a classe entre 26,4% a 33,5%. Tal crescimento se deu pela inexistência de municípios em 2010 com nível de exclusão acima de 47,8% (Figura 51).

Analisando a variação relativa para o período, constata-se que sete municípios apresentaram redução superior a 40% da exclusão: Carmópolis, Telha, Santana de São Francisco, Barra dos Coqueiros, Aracaju, General Maynard e Muribeca, enquanto apenas cinco deles tiveram redução inferior a 20%: Boquim, Rosário do Catete, Riachuelo, Graccho Cardoso e Pacatuba (Figura 52).

Este cenário comparado à espacialização da exclusão vê-se que há grande coincidência espacial entre os municípios mais excluídos e os que reduziram até 38,42% em 2000, no entanto, os municípios que reduziram até 53,87% não coincidem espacialmente com os municípios mais excluídos, não sendo constata uma plena justiça espacial (Figura 53).

ESTADO DE SERGIPE



0 10 20 40 km



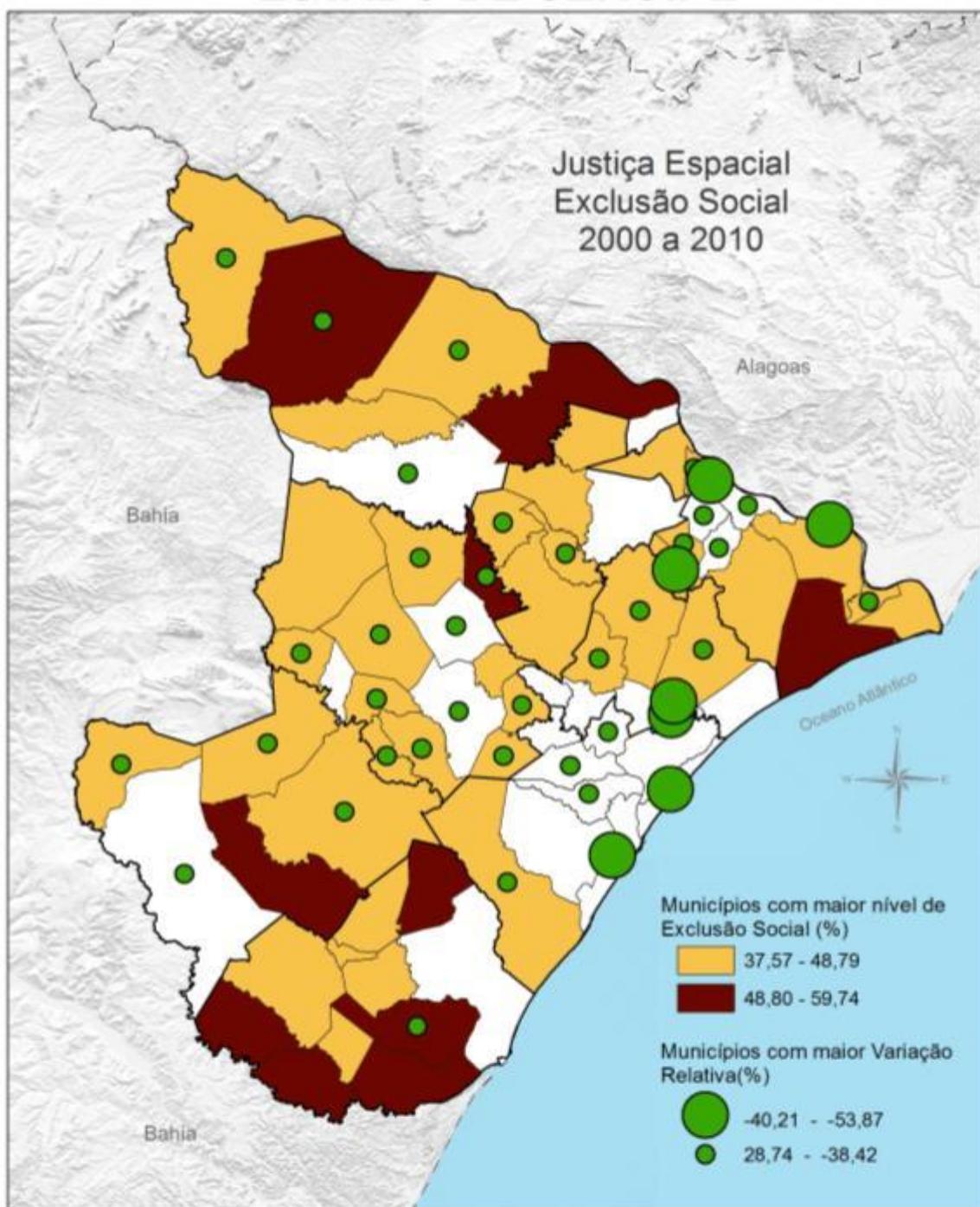
Datum SIRGAS 2000 - UTM - Zona 24S
 FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011,
 ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Convenções

- Limite municipal aproximado
- Limite territorial
- Limite estadual

Figura 52 Varição Relativa da Exclusão Social

ESTADO DE SERGIPE



0 5 10 20 30 40 km

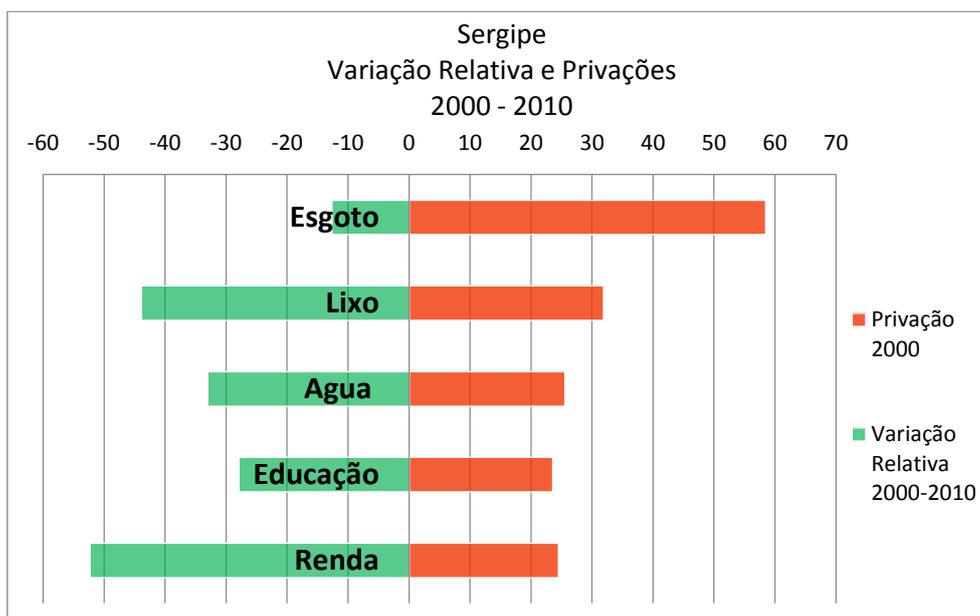
FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011,
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Limite

— Municipal
— Territorial
- - - Estadual

Figura 53 Justiça Espacial - Exclusão Social

Figura 31
 Variação Relativa Multidimensional da Exclusão



FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

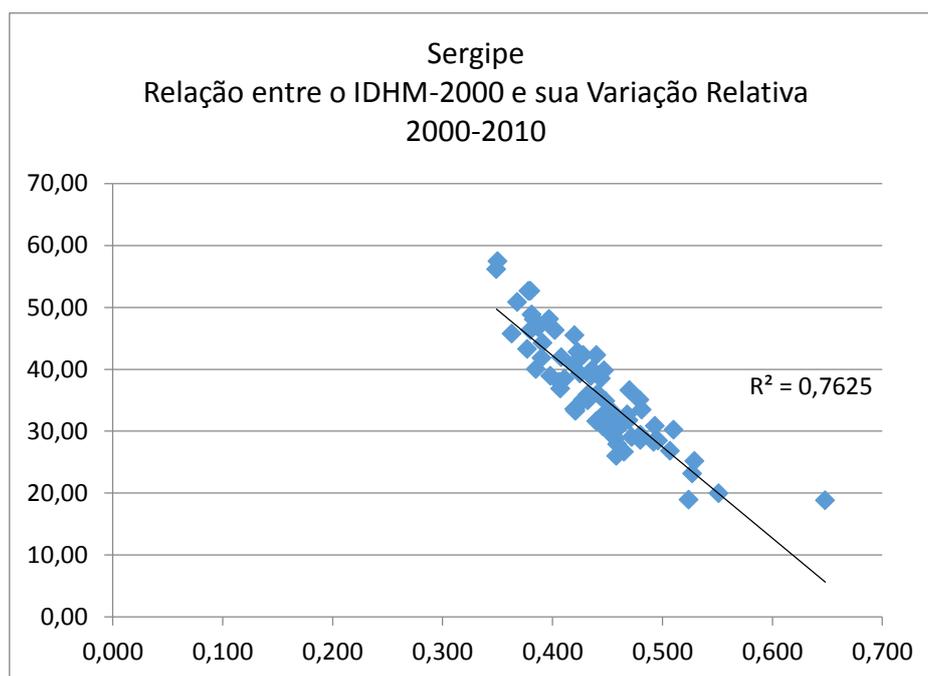
Na busca pela compreensão da exclusão social na sua forma multidimensional, foram analisadas as variações relativas estaduais médias das privações que compõem o índice. Um descompasso entre o ranking de privações e o ranking de variações relativas das privações foi observado. A privação em esgotamento sanitário se apresenta mais intensa, envolvendo maior percentual de pessoas, no entanto, foi a dimensão que apresentou a variação relativa. Igualmente se destaca, de forma inversa, a privação em renda, que se apresenta entre as menores, no entanto, revela o maior nível de redução. Por outro lado, as privações em lixo, água e educação mostraram uma relação mais coerente com suas respectivas variações relativas (Figura 54).

4.2.7 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Como visto no capítulo anterior, todos os municípios sergipanos apresentaram aumento no nível do Índice de Desenvolvimento Humano, assim como o Índice de Exclusão Social, ambos refletem a melhoria social ocorrida no período de dez anos apresentado neste trabalho.

Analisando a relação ente o IDHM e sua variação relativa, verificamos que existe uma forte correção entre as duas variáveis, ou seja, as duas variáveis apresentam comportamento semelhante nos municípios. Esta correlação se apresenta de forma negativa, visto que, à medida que o IDHM vai elevando a variação vai reduzindo, este comportamento indica que a ocorrência de justiça social, pois os municípios que mostraram baixo IDHM apresentaram os maiores níveis de variação (figura 55).

Figura 32
Correlação entre o IDHM e a Variação Relativa



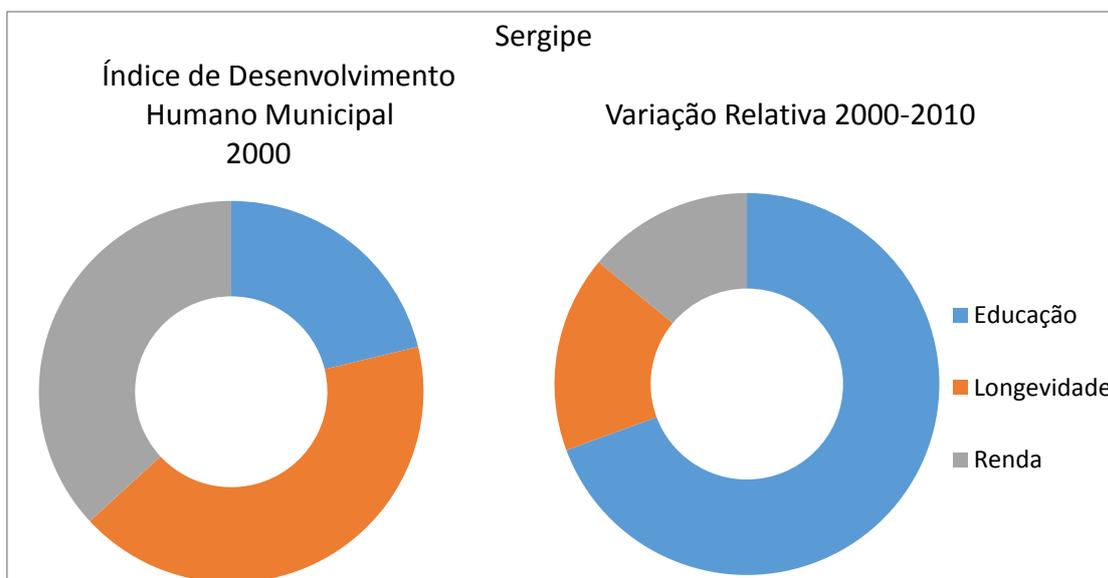
FONTE: Atlas do IDHM, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Observando de forma multidimensional a melhoria do IDHM em Sergipe, observa-se que no ano 2000, a educação foi a dimensão que apresentou níveis o mais baixo nível de desenvolvimento, seguido pela dimensão renda e a longevidade apresentou o melhor nível de desenvolvimento. Ao verificar qual dimensão o IDHM

apresentou maior melhoria, observou-se a indicação de justiça social, pois a dimensão educação apresentou maior variação relativa (figura 56).

Figura 33
Variação Relativa Multidimensional do IDHM

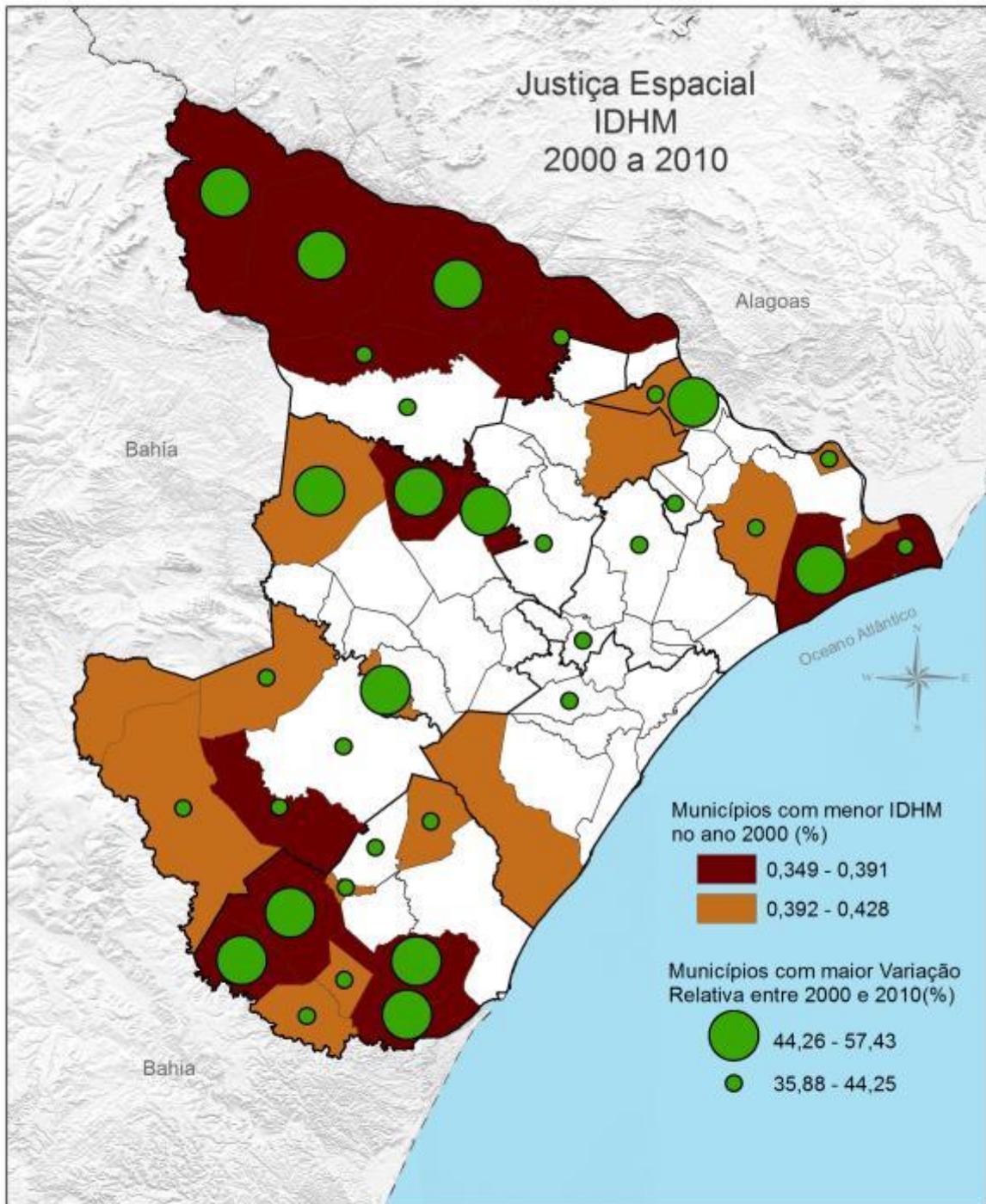


FONTE: Atlas do IDHM, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

A análise espacial do IDHM se destaca de todos os outros indicadores mostrados nesta pesquisa por apresentar maior correlação espacial, ou seja, uma sobreposição geográfica entre os municípios com menor nível de desenvolvimento no ano 2000 e os que mais se desenvolveram no período até 2010, o que caracteriza um cenário de justiça espacial. Dos treze municípios que elevaram em até 57,43% o desenvolvimento humano, dez apresentaram em 2000 os menores níveis de desenvolvimento do estado, até 0,349 (figura 57).

ESTADO DE SERGIPE



0 5 10 20 30 40 km



FONTE: SIDRA IBGE, 2000, 2010; Base Cartográfica do Estado de Sergipe 2010, Atlas SRH 2011, SRTM Missão NASA 2000.
ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Limite

- Municipal
- Territorial
- - - Estadual

Figura 57 Justiça Espacial no IDHM

Durante a elaboração desta pesquisa, foi corriqueira a constatação da melhoria na qualidade de vida da população sergipana mostrada nos indicadores apresentados. Contudo, a partir da justiça espacial apresentada neste último capítulo, verificou-se um descompasso espacial entre o índice final de Exclusão Social e o IDH. Ambos corroboram espacialmente no tocante a mostrar os municípios mais desenvolvidos _ com menor exclusão_ e os menos desenvolvidos _com maior nível de exclusão, nos dois períodos analisados. Entretanto, divergem entre si quanto à variação relativa, o que é esperado tendo em vista que se constituem em metodologias diferentes.

O IDH apresenta um cenário extremamente positivo, mostrando que os municípios que mais se desenvolveram foram os que estavam menos desenvolvidos, em 2000, no entanto, o índice de Lemos indica que os municípios que mais reduziram a exclusão não foram aqueles mais excluídos, em 2000.

A principal diferença entre o IDH e o Índice de Exclusão de Lemos é o foco de mensuração, este último caracteriza-se como um indicador *negativo* que busca mensurar *o problema* a partir da população excluída, o primeiro, como um indicador *positivo*, visa mensurar o desejável desenvolvimento apresentado em um ranking mundial. Embora ambos propiciem análises semelhantes da sociedade, foi possível constatar que o indicador *positivo* apresentou um cenário de Justiça Espacial, ainda que relativo, sendo que o indicador *negativo* evidenciou a ocorrência de Injustiça Espacial para os mesmos municípios, no mesmo período.

Outra diferença entre os indicadores é a composição de variáveis: o IDH apresenta oito variáveis organizadas em três dimensões, enquanto o índice de Lemos é composto por cinco dimensões, cada uma delas formada por uma variável de privação. As duas metodologias têm em sua composição a Educação e a Renda, no entanto, o IDH se dedica a mensurar aspectos sócio-demográficos como a Mortalidade e a Esperança de Vida ao Nascer como indicadores de saúde, enquanto o índice de Lemos, diferindo do IDH, dedica três variáveis de saneamento para a mesma mensuração: Água, Lixo e Esgoto (Quadro 3).

Quadro 3
Composição da Exclusão Social e do IDHM

ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL (Lemos)		ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	
<i>Privações</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Dimensões</i>	<i>Variáveis</i>
Saneamento (Esgoto)	% de pessoas sem esgoto coletado na rede ou sem fosse séptica	Longevidade	Esperança de vida ao nascer
			Mortalidade
Água	% de pessoas sem água tratada em pelo menos no terreno	Educação	% da população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo
			% de crianças de 5 a 6 anos na escola
			% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental
Lixo	% de pessoas que não tem Lixo coletado por serviço de limpeza ou caçamba		% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo
			% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo
Educação	% de analfabetos		
Renda	% de pessoas que recebem até R\$70,00 por mês	Renda	renda média mensal dos indivíduos residentes no município

FONTE: PNUD, 2000. 2010

ELABORAÇÃO: Alan Juliano da Rocha Santos

Desta forma, o IDH reflete o ganho social alcançado nos últimos dez anos, como a redução da mortalidade, o aumento da expectativa de vida e a probabilidade de viver até os sessenta anos, condições que também ocorreram em especial nos municípios mais carentes. O índice de Lemos mostra a melhoria social voltada para os aspectos de base e condições domiciliares indispensáveis para a sobrevivência e qualidade de vida, reforçando as carências ainda existentes e revelando os desafios que estão postos à sociedade.

Essas duas metodologias se constituem em instrumentos de grande utilidade para o uso do planejamento de políticas sociais e de desenvolvimento, entretanto, torna-se difícil a sua comparação uma vez que as mesmas têm objetivos diferenciados, portanto, formas de aferição discrepantes.

5. CONCLUSÃO

A pobreza é um fenômeno que se apresenta disperso pelos países do mundo sendo mais acentuado naqueles que se caracterizam pela concentração do capital nas mãos de poucos, a exemplo do que ocorre no Brasil e em Sergipe.

As desigualdades acentuam a pobreza e conduzem a exclusão social, em decorrência das privações. As políticas públicas têm sido utilizadas como estratégia para redução da pobreza e exclusão social com resultados positivos mas que ainda são insuficientes para proporcionar a Justiça Espacial.

Municípios que apresentam baixo nível de exclusão em valores absolutos, se comparados aos outros do estado, podem ser erroneamente diagnosticados como não prioridade. Um município com população reduzida, mas que contem 60% de sua população excluída reflete a existência de um ambiente social precário, indicando possíveis problemas de saneamento e saúde na sede e, sobretudo, nos povoados que podem apresentar extrema pobreza. Cenários como este, se não forem tratados como alvo prioritário por gestões municipais, estaduais e federais, caracterizará uma situação de injustiça social.

Independentemente do tamanho e nível de riqueza do município, sua população precisa de condições mínimas para sobrevivência como, abastecimento d'água e esgotamento sanitário, assim como para o seu desenvolvimento, com educação, emprego e renda, exigindo medidas do poder público em busca da dotação de infraestrutura capaz de atender a essas necessidades.

Ainda que tenha havido redução das privações em todos os municípios, melhorando as condições da população, o nível de redução observado não foi suficiente para erradicar nenhuma privação ou a própria exclusão social em nenhum dos municípios sergipanos. Desta forma, qualquer nível de redução nas privações, independentemente da sua gravidade, representa um ganho social, no entanto, neste estudo uma das pretensões foi verificar uma possível justiça espacial, a partir da visão multidimensional, observada através dos indicadores e da variação relativa. Portanto, a justiça espacial ainda é uma conquista que está por vir, exigindo da população e do poder público um comprometimento permanente na superação das privações.

Nos últimos anos, não se pode negar que houve redução significativa das privações e da exclusão social nos municípios sergipanos, porém ainda há um longo caminho a percorrer, tendo em vista as carências ainda existentes.

As metodologias utilizadas para medir a exclusão e o desenvolvimento humano municipal apresentam posições contrárias, não permitindo, portanto, comparações. Lemos tem como ponto principal destacar as privações, isto é, mostrar as carências que limitam o desenvolvimento; por outro lado, o IDH mede os níveis de desenvolvimento. As políticas macroeconômicas e sociais promoveram a melhoria social em vários aspectos, minimizando a Injustiça Espacial, entretanto, torna-se necessário um esforço continuado para se alcançar a efetiva equidade sócio-espacial, consolidando a utopia da tão almejada Justiça Espacial.

O maior intento desse trabalho será contribuir para auxiliar no planejamento de ações públicas voltadas ao combate às desigualdades socioespaciais existentes, tanto na escala local (intramunicipal), como na regional, o que, conseqüentemente, refletirá de forma positiva, na redução das desigualdades e das privações nos níveis de exclusão estadual.

REFÊRENCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores**. 1 ed. Outras Expressões. São Paulo, 2012.

CASTRO. **Política social e desenvolvimento no Brasil**. disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/>>. Acesso em: 27 fev 2014.

Censo 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.ibge.gov.br>, 2002.

CLARK, Helen; PNUD, **Humanidade continua extremamente desigual apesar de impressionante progresso, diz relatório do PNUD (notícias)**, disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: set 2013.

CRESPO, Antônio; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. ERA-eletrônica, Vol 1, 2002

Disparities, 1980-1995. Fingleton, *Growth*. Springer, 2003

ERTUR; GALLO. **An Exploraty Spatial Data Analysis of European Regional**

FARRI, Teresa de Jesus Peixoto. **Políticas Públicas e (in)justiças socioespaciais nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos mega-eventos esportivos**. disponível em: <file:///C:/Users/Alan/Downloads/4208-8395-1-SM.pdf >. Acesso em: 23 nov 2013.

GOVERNO FEDERAL. **Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010** (material para a imprensa), disponível em: <www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 20 mar 2014.

GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

HANSEN, Dean; MATOS, Elmer; LIMA, Rodrigo; OLIVEIRA, Michele; JESUS, Daniela; LACERDA, Ricardo. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso** (Nota técnica 13), disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: set 2013.

HANSEN, Dean; MATOS, Elmer; LIMA, Rodrigo; OLIVEIRA, Michele; JESUS, Daniela; LACERDA, Ricardo. **Impactos dos grandes projetos federais no estado de Sergipe e proposições de políticas** in APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da (orgs). **Impacto dos Grandes Projetos Federais sobre os Estados do nordeste**, Eduf RN. Natal, 2011.

HARVEY, David. **A Justiça Social e Cidade**. Hucitec. São Paulo, 1980.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil.**, 1996.

IPEA, **Objetivos de desenvolvimento do milênio (Relatório nacional de acompanhamento)**. disponível em: < <http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 2 out 2013.

IPEA, **Pobreza multidimensional no Brasil**. Texto para discussão no. 1227. Rio de Janeiro, 2006

LACERDA, Ricardo Oliveira. **Economia Sergipana Contemporânea**. Editora Diário Oficial, Editora UFS. Aracaju, 2012.

LACERDA, Ricardo Oliveira; HANSEN, Dean Lee (Org). **Estudos Regionais: Dinâmica econômica e alternativas para políticas públicas**. Editora UFS. São Cristóvão, 2013.

LEIBLER, L. MUSSET, A. **Un transport hacia la justicia espacial? El caso Del metro cable y La comuna nororiental de Medellín, Colombia**. In: Scripta Nova.

LEMOS, J.J.S. **Diagnose geopolítico-ambiental da pobreza: O Brasil no contexto dos países menos desenvolvidos**. São Luís/Fortaleza. 1998.

LEMOS, J.J.S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. São Luís/Fortaleza. 2007.

LEMOS, J.J.S. **Patterns of economic and social development achieved by the less developed countries**. Fortaleza : Universidade Federal do Ceará, 1997

LIMA, Ivaldo. **Entre a geografia do sentido e a justiça territorial: inteligências cidadãs no Equador e México**. disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-I-Goncalves.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

MAGALDI, Sérgio Braz; GUIMARÃES, Raul Borges. **Sistema de indicadores sociais georeferenciados para cidades médias**. Anais do IV Fórum de Ciências da FCT, Presidente Prudente, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MARTINELLI, Marcello. **Curso de Cartografia Temática**. Contexto. São Paulo, 1991.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. Contexto. São Paulo, 2003.

MDS. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> >. Acesso em: 23 nov 2013.

MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. **Políticas públicas e exclusão social: a construção do Debate no interior do SIMESPP**. Anais do IV Fórum de Ciências da FCT, Presidente Prudente, 2003.

MUSSET, A. (dir), **Sociedad equitativa, ciudad justa y utopia**. disponível em: < <http://www.scribd.com/almusset2627> >. Acesso em: 20 jun 2014.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes. **Demografia da pobreza Sergipana**. Editora UFS. São Cristóvão, 2012.

PNUD. **Humanity Divided: Confronting Inequality in Developing Countries (relatório)**, disponível em: < <http://www.pnud.org.br/> >. Acesso em: set 2013.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005: Racismo, pobreza e violência**. disponível em: < http://www.pnud.org.br/arquivos/brazil_2005_po.pdf >. Acesso em: 2 fev 2014.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2009/2010: Valores e desenvolvimento humano**. disponível em: < http://www.pnud.org.br/arquivos/brazil_2005_po.pdf >. Acesso em: 2 fev 2014.

Portal Domínio Público <<http://www.dominiopublico.gov.br>>

- ROGERSON, Peter A. **Métodos Estatísticos para Geografia**. 3 ed. Bookman. Porto Alegre, 2012.
- ROLNIK, Raquel (coord.). **Regulação Urbanística e Exclusão Territorial**. São Paulo: Pólis, 1999.
- RONCAYOLO, Marcel. **La Ville et ses territoires**. 1 ed. Gallimard. Paris, 1990.
- SOARES, Maria José Nascimento; **Meio ambiente, sustentabilidade e saneamento**. Redes Editora, 2010
- SOJA, Edward W. *Seeking Spatial Justice*. University of Minnesota Press, 2010.
- SPOSATI, Aldaíza. **Indicadores Territoriais de Exclusão / Inclusão Social e Sistemas de Informações Geográficas como Suporte ao Direcionamento de Políticas Públicas**. Anais do I Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoramento Remoto. Aracaju, 2000.
- SPOSITO, Eliseu Savério (coord.). **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Projeto. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.
- WORTHEN, Blaine; SANDERS, James; FITZPATRICK, Jody. **Avaliação de Programas, concepções e práticas**. Editora Gente, Edusp. São Paulo, 2004.